

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

TIAGO CONTE

**COMO SE FAZ UM PRESIDENTE: A NARRATIVA DA CAMPANHA DE JK
SEGUNDO EDWARD ANTHONY RIEDINGER**

São Leopoldo

2016

TIAGO CONTE

**COMO SE FAZ UM PRESIDENTE: A NARRATIVA DA CAMPANHA DE JK
SEGUNDO EDWARD ANTHONY RIEDINGER**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, pelo Curso de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir

São Leopoldo

2016

C761c Conte, Tiago.

Como se faz um presidente : a narrativa da campanha de JK segundo Edward Anthony Riedinger / Tiago Conte. – 2016.

131 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

"Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir."

1. Presidentes – Brasil – Eleições. 2. Kubitschek, Juscelino, 1902-1976. 3. Historiografia. 4. Brazilianistas. 5. Riedinger, Edward Anthony, 1944-. I. Título.

CDU 930

TIAGO CONTE

**COMO SE FAZ UM PRESIDENTE: A NARRATIVA DA CAMPANHA DE JK
SEGUNDO EDWARD ANTHONY RIEDINGER**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

BANCA EXAMINADORA:

Cláudio Pereira Elmir (Orientador – UNISINOS)

Mara Cristina de Matos Rodrigues (PPGH – UFRGS)

Maria Cristina Bohn Martins (PPGH – UNISINOS)

Ana Paula Korndörfer (PPGH – UNISINOS)

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa, como pude perceber ao longo destes dois anos, não é resultado apenas do esforço individual, mas também do auxílio e do suporte recebidos nesse tempo. Por isso, devo agradecer a Capes, pela bolsa do programa Capes/PROSUP que me permitiu fazer este mestrado; ao professor Cláudio Elmir, que me orientou ao longo da pesquisa, apesar de meus receios quanto a conseguir realizá-la; e por fim aos meus pais. Graças a eles tive as condições para me formar e cumprir este trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o livro *Como se faz um presidente*, de Edward Anthony Riedinger. Publicado no Brasil em 1988, o trabalho originalmente foi defendido e aprovado como tese de doutorado pela Universidade de Chicago em 1978. Nessa obra, o autor avalia as campanhas para a eleição presidencial de 1955, sobretudo a de Juscelino Kubitschek. Secretário de JK na década de 1970, Riedinger se serviu de fontes escritas e orais para compor a narrativa do período, incluindo entrevistas com o próprio Kubitschek e outros atores políticos da época. Por se tratar de obra escrita por um norte-americano sobre um tema brasileiro, *Como se faz um presidente* pode ser inserida no conjunto da produção brasilianista, ao mesmo tempo em que se destaca por abordar um momento pouco estudado em proporção ao volume de trabalhos sobre o governo JK e suas políticas econômicas. Dessa forma, nosso estudo pretende levantar as possíveis relações entre o trabalho de Riedinger com a produção brasilianista, assim como avaliar quais as fontes mais consultadas ao longo da obra. Além disso, ao considerar as principais referências, esta pesquisa também pretende avaliar como o uso de certos documentos combinou com um estilo de narrar os eventos baseado principalmente nas perspectivas pessoais dos envolvidos. Escrito a partir de fontes próximas ao tempo e local dos acontecimentos, *Como se faz um presidente* insere os eventos mais imediatos numa perspectiva histórica que alguns autores denominam de história do tempo presente.

Palavras-chave: Brasilianismo. Edward Riedinger. Historiografia. Juscelino Kubitschek. Eleições presidenciais.

ABSTRACT

This research purpose is to examine the production *Como se faz um presidente* of the author Edward Anthony Riedinger. Mr. Riedinger literary work was published in Brazil in 1988, as part of the author Ph.D. program on Chicago University in 1978. The author analyzed the Brazilian presidential run of 1955, with focus on Mr. Juscelino Kubitschek campaign. Riedinger have worked as Juscelino's secretary, having the opportunity of recording interviews with Juscelino himself and others prominent politicians. Considering that *Como se faz um presidente* was written by a north american author about a Brazilian historical moment, it can be considered a brazilianist production and it is a distinguished composition fulfilling a lack of researches about that particular time, especially in comparison with the amount of papers regarding JK government and his economic policy. This work has a particular aim of to display some possible relations between Mr. Riedinger written work and brazilianists ones, also depicting the book excerpts. In addition, this written work studies how historical documents can be used to serve to a proper events narration way based on people participant's perspectives. *Como se faz um presidente* was written close to the information sources of its historic case, bringing all related events in a historical perspective named by some specialists as time present history.

Key words: Brazilianism. Edward Riedinger. Historiography. Juscelino Kubitschek. Presidential process.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------|---|
| CPDOC | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil |
| CM | Correio da Manhã |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ISEB | Instituto Superior de Estudos Brasileiros |
| JB | Jornal do Brasil |
| NDEA | National Defense Education Act |
| PDC | Partido Democrata Cristão |
| PR | Partido Republicano |
| PSD | Partido Social Democrático |
| PSP | Partido Social Progressista |
| PTB | Partido Trabalhista Brasileiro |
| TI | Tribuna da Imprensa |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral |
| UDN | União Democrática Nacional |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Quantia de menções por tipo de fonte | 60 |
| Quadro 2: Quantia de livros e menções por década de publicação | 63 |
| Quadro 3: Número de livros e referências por local de publicação..... | 65 |
| Quadro 4: Obras com maior número de referências..... | 67 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 UM “EXÉRCITO ACADÊMICO” A INVADIR O BRASIL? | 18 |
| 2.1 Brazilianismo: da prática ao conceito..... | 18 |
| 2.2 A Revolução Cubana e a chegada dos pesquisadores | 27 |
| 3 A TESE E O LIVRO | 49 |
| 3.1 Os significados das notas..... | 49 |
| 3.2 As notas como indicadores de tendências na escrita de Riedinger | 58 |
| 3.3 Uma hipótese a mais | 74 |
| 4 ENTRE AS FONTES, O TRABALHO DO AUTOR..... | 78 |
| 4.1 Uma história do tempo presente? | 79 |
| 4.2 Um episódio crítico: o encontro JK-Café Filho | 87 |
| 4.3 Riedinger entre as versões da cédula oficial..... | 104 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 117 |
| FONTES | 122 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 124 |

1 INTRODUÇÃO

Dentre os ex-presidentes brasileiros e seus respectivos governos, Juscelino Kubitschek foi e continua sendo um dos mais discutidos. Tanto em âmbito acadêmico quanto em produções mais populares, sua vida e seu governo já foram objeto de teses, biografias, filmes e mesmo uma série de televisão exibida na Rede Globo¹. De maneira geral, é possível diferenciar as duas formas de produção sobre JK e seu governo em suas abordagens. Enquanto os trabalhos acadêmicos se concentram mais sobre as políticas econômicas e o contexto político de seu mandato, as narrativas voltadas para um público não especializado realçam a trajetória individual de Juscelino na presidência, suas características pessoais e por vezes sua vida após o mandato. Sendo impossível fazer um balanço completo do indivíduo e de seu governo (por vezes chamado de “Anos JK”), essas diferentes abordagens variam conforme as escolhas e preferências de seus autores. Ao contextualizar o governo de Juscelino no período entre 1946 e 1964, remete-se aos sistemas econômicos, políticos e sociais da época, que definiram as possibilidades e também os limites de sua atuação. Particularmente, as produções sobre a vida e carreira política de JK ressaltam aquilo que ele teve de singular em relação aos demais mandatários, como o Plano de Metas, sua política desenvolvimentista e o estilo pessoal do presidente, cuja imagem foi bastante associada a um período de conquistas e realizações.

Nesta dissertação, procuraremos analisar um livro em especial neste conjunto de produções. Trata-se de *Como se faz um presidente: a campanha de JK*, escrito pelo norte-americano Edward Anthony Riedinger. Publicado em 1988, o trabalho foi apresentado como sendo o primeiro estudo mais detalhado sobre uma campanha presidencial no Brasil, concentrando-se a narrativa no período entre o suicídio de Getúlio Vargas e a posse de Juscelino. Neste curto espaço de tempo, o autor levanta e avalia desde a nomeação dos candidatos pelos partidos até a composição das alianças e os comícios ao longo do país. Comparado a maioria dos trabalhos sobre Juscelino e o período, *Como se faz um presidente* trata de um momento pouco pesquisado, pois grande parte dos estudos se concentrou nas políticas econômicas, na aliança entre PSD e PTB ou nas manobras militares após a eleição que garantiram a posse do eleito. Assim,

¹ A minissérie, intitulada *JK*, foi exibida em 2006, trinta anos após a morte do político. Maiores informações sobre o programa podem ser consultadas em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/minisseries/jk.htm>. Acessado em 06/01/2016.

o trabalho de Riedinger já se destaca na historiografia e de outras narrativas por este motivo, ao que podemos acrescentar outra particularidade: a nacionalidade do autor. Doutor em História pela Universidade de Chicago e, antes disso, secretário de JK entre 1972 e 1976, Riedinger teve seu trabalho publicado originalmente nos Estados Unidos como tese², havendo um intervalo de tempo até seu lançamento no Brasil sob a forma de livro. Deste modo, pela origem da obra e pela formação de seu autor ele se inscreve num grupo relativamente mais específico de pesquisadores, conhecidos como brasilianistas.

Para realizar uma análise mais detalhada de *Como se faz um presidente*, acredito que é preciso considerar as filiações acadêmicas que condicionaram sua escrita. Afinal, como assinala Michel de Certeau em seu texto clássico³, o valor de uma obra de história depende de seu reconhecimento pelos pares, que partilham críticas e práticas a respeito do ofício. No caso em questão, além do componente acadêmico podemos observar que o brasilianismo tornou-se um termo carregado de conotações políticas, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Pois embora obras produzidas por autores norte-americanos sobre o Brasil existam desde, pelo menos, o século dezenove, é numa situação bastante particular que o termo “brasilianismo” adquire notoriedade e uma carga de significados, tanto positivos quanto negativos. E ainda que o trabalho de Riedinger não tenha alcançado o mesmo destaque de outros autores, como Thomas Skidmore, Richard Morse e Joseph Love, por exemplo, não há como desconsiderar as condições que permitiram a sua realização, condições essas que remetem ao sistema universitário norte-americano daquele período.

Outro aspecto a ser destacado é a significação dada ao brasilianismo no Brasil, num processo que envolveu tanto professores e pesquisadores universitários quanto jornalistas e o público em geral. Afinal, quando os primeiros pesquisadores reconhecidos como brasilianistas chegaram ao Brasil, o país atravessava a crise política que culminou com o golpe de 1964. Neste cenário, e diante do apoio que o governo norte-americano prestou à ditadura recém-instalada, a identificação do brasilianismo

² A biblioteca da Universidade de Chicago possui tanto o trabalho original, que pode ser encontrado em <https://catalog.lib.uchicago.edu/vufind/Record/242057>, quanto a edição em livro publicada no Brasil.

³ “O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma “realidade” passada. É o produto de um lugar.” CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 64.

com a política externa dos Estados Unidos foi quase imediata, o que acabou por influenciar tanto na recepção das pesquisas quanto no relacionamento dos autores com a comunidade acadêmica do Brasil. Num dos primeiros estudos sobre o assunto⁴, José Carlos Meihy afirma que a rejeição ao brasilianismo foi condicionada pela conjuntura política do período. Diante da censura, dos expurgos e de outras formas de intervenção praticadas pelo governo militar, o antibrasilianismo foi uma forma de criticar a ditadura através da desqualificação de um grupo identificado como seu aliado. Ao mesmo tempo, isso acarretou em equívocos como o de esvaziar o conteúdo acadêmico do brasilianismo, passando a explicá-lo somente em função de seu caráter político. Por consequência, os brasilianistas eram vistos como um grupo homogêneo, um “exército” a “invadir” o Brasil e, além disso, com acesso a arquivos e recursos inimagináveis para os pesquisadores nacionais.⁵

Apesar do brasilianismo se apresentar mais complexo, não podemos desconsiderar suas características mais gerais. Afinal, como dito anteriormente, a obra de Riedinger remete ao sistema universitário norte-americano, assim como grande parte da produção brasilianista. Daí a importância de levantar os traços em comum do fenômeno, desde uma concepção do conhecimento acadêmico às preferências temáticas e os sistemas de subvenção para as pesquisas. O primeiro capítulo deste trabalho trata dessas questões, tanto pelo significado que adquiriram nos Estados Unidos quanto pela percepção do brasilianismo entre os pesquisadores e o público no Brasil. Nessa perspectiva, pretendemos avaliar em que grau o trabalho de Riedinger se relaciona com uma possível “escola” brasilianista, de que formas ele se insere numa filiação acadêmica mais ampla e ao mesmo tempo apresenta características próprias.

No segundo capítulo desta pesquisa é feito um levantamento das referências mais utilizadas ao longo do trabalho de Riedinger. Através da leitura das notas de rodapé, será possível constatar quais as obras mais mencionadas no decorrer do texto, e a partir desses dados apontar para certas influências que permearam a obra. O somatório das menções a cada referência está classificado por critérios distintos, conforme um título específico, uma categoria de fonte – livros, artigos ou jornais, por exemplo – ou pela

⁴ MEIHY, J. C. S. B. *Introdução ao nacionalismo acadêmico: os brasilianistas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁵ Como no artigo de Elio Gaspari “A história do Brasil – O passado do país está sendo escrito em português”, na *Revista Veja* de 24/11/1971 e no levantamento sobre o brasilianismo na imprensa feito por MASSI, Fernanda Peixoto. “Brasilianismos, ‘brazilianists’ e discursos brasileiros”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: v. 3, n. 5, 1990.

origem da produção, se nacional ou estrangeira. Para fazer este trabalho, o acesso ao texto original da tese foi fundamental, uma vez que quase todas as notas de rodapé foram retiradas na edição brasileira. Acreditamos que tal diferença pode ser explicada por critérios editoriais, pois a versão brasileira da obra foi publicada por uma editora não vinculada a uma universidade, sendo assim dirigida a um público mais geral. O levantamento quantitativo desse tipo de informações não constitui novidade⁶, mas aplicado a uma obra em específico nos permite observar algumas tendências que acreditamos terem influenciado nas formas pelas quais Riedinger escreveu a narrativa dos eventos. Além disso, também nos permite avaliar de que maneira Riedinger trabalhou com conceitos como o de populismo, e as relações que o autor pode ter estabelecido com outros trabalhos sobre o tema.

O terceiro capítulo “desce” ao nível do texto, especialmente em passagens relativas a dois episódios críticos no decorrer da campanha. O primeiro deles foi o encontro entre o então presidente Café Filho, que assumiu após o suicídio de Getúlio, e o candidato JK, que se encontrava em campanha para ser nomeado pela convenção nacional de seu partido, o PSD. Como veremos mais adiante, essa reunião foi um momento decisivo para o prosseguimento da campanha de Juscelino, pois várias forças políticas e o próprio presidente se opunham à manutenção da candidatura do político mineiro. Outro evento de importância foram os debates em torno da mudança na cédula eleitoral, que mobilizaram políticos, militares e a imprensa do período. Pelo levantamento das fontes no capítulo anterior, essa tarefa poderia parecer simples, mas uma característica da tese nos levou a ter de fazer uma leitura mais atenta das referências. Pois ao contrário de grande parte dos textos acadêmicos, o trabalho de Riedinger não apresenta citações diretas, sejam elas no corpo de sua narrativa ou destacadas do texto. Dessa forma, a leitura desses eventos em Riedinger teve de recorrer ao texto original da tese, para averiguar de que maneira o autor manejou e combinou as referências indicadas com as interpretações do autor.

⁶ Em *Quem explica o Brasil* (Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999), Manuel Palacios da Cunha e Melo analisa as bibliografias de 302 dissertações e teses defendidas entre 1989 e 1993 nas áreas de antropologia, ciência política e sociologia em onze instituições. Trata-se de um trabalho muito mais complexo do que o nosso, inclusive por ter em vista um universo de produção mais amplo. No entanto, com esse método o autor também tem por objetivo verificar os principais autores que influenciaram essa produção acadêmica. A referência aos números de trabalhos pesquisados está em: MELO, M. P. C., 1999, p.54.

Devido a essa característica da tese, reconhecemos que a leitura comparada entre o texto e suas referências está sujeito a imprecisões, sem falar nas avaliações sobre os juízos do autor. No entanto, uma análise que evitasse essas questões ficaria numa descrição da obra, sem relacionar o objeto com um conjunto de textos capazes de ampliar sua significação. Além disso, os processos pelos quais um texto estabelece relações com os demais por meio das citações também são abordados na pesquisa, sobretudo a partir das considerações de Antoine Compagnon⁷. Outros conceitos com os quais podemos relacionar o trabalho de Riedinger são o de história do tempo presente e história imediata. Pois embora trabalhos escritos a pouca distância do tempo e do local dos eventos sejam produzidos desde sempre, o debate sobre a possibilidade de uma história nesses moldes é mais recente entre os historiadores. Semelhante ao brasilianismo, esses conceitos abarcam uma produção bastante heterogênea entre si, mas com algumas características em comum. Ao analisarmos o texto da tese, também pretendemos saber em que grau esse trabalho pode ser considerado como uma história do tempo presente, ainda mais considerando as relações que existiram entre o autor e Kubitschek.

No entanto, antes de passar para a análise de *Como se faz um presidente* e de suas relações com o brasilianismo, acredito que é importante trazer algumas informações sobre seu autor. Afinal, pela sua origem e pelo contexto no qual sua pesquisa se deu, a trajetória de Riedinger contém algumas características do brasilianismo que serão discutidas mais adiante. Entre o conjunto de abordagens possíveis, as advertências sobre os elementos paratextuais⁸ nos parecem válidas para o estudo da obra. No caso em questão, os paratextos levantados estão na “segunda aba” do livro, na introdução, numa breve apresentação sobre o autor em uma coletânea de textos sobre o brasilianismo e em seu obituário, que traz mais alguns elementos sobre sua carreira acadêmica. São poucas informações, mas que remetem tanto ao sistema de formação acadêmica dos brasilianistas quanto à trajetória individual do autor. Na “segunda aba”, Riedinger é apresentado como doutor em História pela Universidade de Chicago, com cursos de pós-graduação nas universidades de Oxford, Harvard e Cambridge. Além disso, sua

⁷ COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

⁸ O conceito de paratexto aqui utilizado é de Carlos Ceia, que o define como “Aquilo que rodeia ou acompanha marginalmente um texto e que tanto pode ser determinado pelo autor quanto pelo editor do texto original”. Ilustrações, prefácios, bibliografia e principalmente o título são alguns exemplos de paratexto. A importância desse conceito, a meu ver, está em destacar a participação de agentes externos na realização da obra, ainda mais em se tratando de um livro publicado fora do âmbito acadêmico, com vistas a um público não especializado. O conceito pode ser encontrado em http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&link_id=351:paratexto&task=viewlink. Acessado em 22/04/2015.

formação e atuação foram pluridisciplinares, pois ele foi professor de língua e literatura inglesa na faculdade de Letras da PUC-RJ, além de ter lecionado nas faculdades de História e Letras da Universidad de las Americas, em Puebla, México. Na época do lançamento do livro, ele pesquisava biblioteconomia e informática na Universidade da Califórnia, em Berkeley, o que nos fornece a imagem de um pesquisador com trânsito em várias disciplinas, nem todas sob o epíteto mais conhecido como “ciências humanas”.

Na introdução, além de apresentar a campanha presidencial de Kubitschek como tema de estudo do livro, Riedinger comenta o relacionamento que manteve com Juscelino. Na contracapa, que contém uma foto do autor com JK, menciona-se que o autor trabalhou como secretário de JK entre 1972 e 1976. Contudo, Riedinger adverte que “Não obstante sua admiração por ele, o autor procurou atender plenamente aos critérios de um estudo histórico objetivo, examinando criticamente a conduta de Juscelino, seus correligionários e oponentes”.⁹ Além de servir como precaução quanto a possíveis críticas a respeito da parcialidade da obra, creio que essa afirmação serve para nos advertir para a maneira como JK aparece no decorrer da narrativa, em comparação aos demais candidatos e personagens daquele período. Mas há ainda um outro aspecto a ser considerado, para além das relações pessoais do autor. Na introdução, Riedinger agradece a Ford Foundation, que lhe concedeu uma bolsa de estudos entre 1968 e 1972, ou seja, muito tempo antes da publicação do livro. Segundo ele, essa bolsa não apenas lhe permitiu estudar em Chicago, Harvard e Oxford, como também financiou suas pesquisas sobre história brasileira na Biblioteca do Congresso em Washington, e no Rio de Janeiro, “[...] tarefa da qual surgiu, mais tarde, a base deste livro” (RIEDINGER, 1988, p.12). Nestas afirmações, percebe-se ao menos dois aspectos que seriam bastante debatidos no Brasil quando da eclosão do brasilianismo: o volume de recursos disponíveis aos pesquisadores, comparado à realidade brasileira, e a relação de muitos deles com fundações ligadas a grandes empresas, quando não ao próprio governo dos Estados Unidos. Neste ponto, podemos afirmar preliminarmente que a trajetória acadêmica de Riedinger e a obra aqui analisada foram resultado de um mesmo sistema,

⁹ RIEDINGER, Edward Anthony. *Como se faz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p.11.

que sustentou a formação e pesquisa de grande parte dos brasilianistas¹⁰. Este aspecto será analisado mais detalhadamente no primeiro capítulo deste trabalho.

Numa coletânea de textos sobre o brasilianismo intitulada *O Brasil dos brasilianistas*, há um breve perfil dos autores, estando Riedinger entre eles. Além das informações sobre sua formação acadêmica, o texto menciona a relação profissional entre Juscelino e Riedinger e o livro *Como se faz um presidente*. Entretanto, o artigo de sua autoria na coletânea não trata de história do Brasil, mas da história dos estudos franceses sobre o Brasil, abarcando desde os viajantes do século XVI até a fundação da USP na década de 1930 e os períodos mais recentes. Apesar da brevidade, nesse texto se percebe um autor ciente da grande influência intelectual francesa no Brasil, assim como de uma longa tradição de estudos franceses sobre o Brasil. Contudo, na abertura há uma passagem que chama a atenção para um aspecto que foi bastante debatido em relação ao próprio brasilianismo, a relação entre cultura e poder:

Em fins do século XX tornou-se comum observar nos estudos e nas relações internacionais que os Estados Unidos tinham despontado como única superpotência do mundo. Havia derrotado seu grande inimigo militar e ideológico, a União Soviética. Era raramente observado e muito pouco analisado, porém, o fato de que algumas décadas antes os Estados Unidos tinham derrotado outra superpotência, esta culturalmente: a França (RIEDINGER, 2002, p.469).

Seria esta avaliação uma espécie de eco tardio das críticas que surgiram no Brasil quando da chegada dos brasilianistas? Seria arriscado afirmar, mas nessa citação o autor ressalta a existência de uma polarização não somente política, como também cultural. Afinal, além das suspeitas quanto a sua utilização política, uma das críticas mais recorrentes sobre o brasilianismo era a pouca base teórica, que tornaria esses trabalhos meras coletâneas de dados. Mais do que responder a essas críticas, porém, creio que nessa afirmação Riedinger aponta para as diferenças entre o sistema acadêmico norte-

¹⁰ Embora não seja o foco desta pesquisa, a atuação das Fundações Ford e Rockefeller é levantada em artigo de Lina Faria e Maria Conceição da Costa. Nele, as autoras destacam as diferentes áreas em que cada fundação fomentou pesquisas e a formação de profissionais ao longo de décadas, assim como as inflexões políticas que orientavam os investimentos. Vale destacar que a Fundação Ford financiou pesquisas na área de administração pública, tendo a Universidade de Chicago como sede para encontros e reuniões. Considerando que a tese de Riedinger foi defendida nessa mesma universidade, podemos conjecturar que a escolha de JK como tema tenha se dado pelas mudanças que seu governo implementou nesse campo. Ver: FARIA, Lina e COSTA, Maria Conceição da. “Cooperação científica internacional: estilos de atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford.” DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, nº 1, 2006, pp. 159-191.

americano e francês, sendo que este último serviu de modelo dominante para a academia brasileira.

Finalmente, o texto de seu obituário fornece mais algumas informações sobre a carreira acadêmica de Riedinger.¹¹ Nele, descobrimos que o autor trabalhou entre 1979 e 1988 como assessor educacional no consulado norte-americano no Rio de Janeiro, além de ter organizado grupos de estudo sobre o Brasil com outros pesquisadores estrangeiros. Na década de 1990, ele foi primeiro-secretário e membro do comitê executivo da Brazilian Studies Association (BRASA) na Universidade do Novo México, grupo que ainda hoje reúne pesquisadores de assuntos brasileiros em diversas disciplinas.¹² Assim, percebe-se que Riedinger atuou tanto em instituições acadêmicas quanto oficiais, no Brasil e nos Estados Unidos. Embora seu nome não seja dos mais conhecidos se comparado a outros autores, sua trajetória contém muitas das características associadas ao brasilianismo, como veremos mais adiante. A publicação de *Como se faz um presidente* também é mencionada, e o texto destaca que seu lançamento se deu na véspera da primeira eleição direta para presidente no Brasil desde o golpe militar de 1964. Embora seja apenas uma passagem, isso nos leva a pensar nas estratégias e motivações para a sua publicação, ainda mais considerando que não se trata de uma publicação acadêmica, mas de um livro destinado ao público em geral.

Apesar de escassas, as informações sobre Riedinger permitem-nos traçar uma trajetória pessoal e acadêmica com características em comum aos demais brasilianistas. No entanto, o objetivo deste trabalho não consiste apenas em verificar essas filiações, mas também perceber as maneiras pelas quais Riedinger construiu sua narrativa, os diálogos e interpretações que realizou em relação a outros autores. De que forma Juscelino é apresentado no decorrer do texto, assim como as avaliações de Riedinger sobre sua campanha e as demais candidaturas. Afinal, se *Como se faz um presidente* não é dos livros mais conhecidos na historiografia, uma análise do texto e dos processos de formação acadêmica do autor talvez nos permita compreender por que sua obra permanece pouco conhecida quando comparada as de outros brasilianistas¹³.

¹¹ Texto disponível em <http://www.legacy.com/obituaries/dispatch/obituary.aspx?n=edward-a-riedinger&pid=146592247>. Acessado em 19/04/2015.

¹² A associação possui um site, <http://www.brasa.org/brasa-xiii-chamada-de-trabalhos/> Acessado em 22/04/2015.

¹³ Um exemplo desse relativo silêncio pode ser encontrado num guia sobre a produção brasilianista feito por Fernanda Massi e Heloísa Pontes. Concentrado no período entre 1930 e 1988, as autoras estenderam a

relação de livros e autores até 1991, portanto logo após a publicação de *Como se faz um presidente*. No entanto, entre quase cem autores mencionados não consta o nome de Riedinger. Considerando que as autoras optaram por incluir no guia autores com formação em história ou ciências sociais cujos livros tenham sido editados no Brasil, essa omissão se deu por outros critérios, talvez de relevância ou impacto na produção historiográfica. Ver PONTES, Heloísa André e MASSI, Fernanda Peixoto. *Guia bibliográfico dos brasilianistas: obras e autores editados no Brasil entre 1930 e 1988*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1992. Recentemente, foram publicadas duas obras que tomaram o trabalho de Riedinger como parte de suas referências: *JK, o artista do impossível*, de Claudio Bojunga (Rio de Janeiro: Objetiva, 2010) e *O essencial de JK: visão e grandeza, paixão e tristeza*, de Ronaldo Costa Couto (São Paulo: Planeta, 2013). Contudo, ambas são biografias de JK publicadas por editoras não universitárias, o que parece indicar que a falta de análises sobre Riedinger no âmbito acadêmico se mantém.

2 UM “EXÉRCITO ACADÊMICO” A INVADIR O BRASIL?

2.1 Brazilianismo: da prática ao conceito

No que consiste o brasilianismo? O que caracteriza um brasilianista? São questões aparentemente simples de serem feitas, mas conforme o pesquisador se aprofunda sobre elas descobre um debate que provocou (e por vezes ainda provoca) algumas polêmicas. Até mesmo a grafia do termo, se “brasilianismo” ou “brazilianismo”, foi motivo de discussão, pois a primeira forma seria uma tentativa de incorporar um conceito surgido num contexto específico, os Estados Unidos entre fins da década de 1950 e começo da década de 1960¹⁴.

O dicionário Aurélio traz a seguinte definição de brasilianista. “[Do ingl. *Brazilianist*.] S. 2 g. Estrangeiro especialista em, ou estudioso de assuntos brasileiros” (FERREIRA, 2004, p.326). Embora seja um conceito mais abrangente, notamos que se origina de uma adaptação da palavra em inglês, o que de certa forma remete ao debate sobre o contexto no qual o brasilianismo surgiu para o público em geral. No prefácio de *Brasil: de Getúlio a Castelo*, de Thomas Skidmore, Francisco de Assis Barbosa traz a definição talvez mais conhecida sobre este grupo de estudiosos: “Como é óbvio, “brasilianista” é todo aquele estudioso americano, historiador ou sociólogo, economista ou cientista político, professor de Português ou de Literatura, que se interessa pelo Brasil” (SKIDMORE, 2000, p.2). Escrito em 1969, quando a discussão em torno do brasilianismo estava em plena efervescência, ele apresenta um outro aspecto que torna a conceituação mais difícil, a ampla gama de assuntos sobre os quais o termo pode ser utilizado. Neste mesmo texto, Barbosa estima o número de brasilianistas dedicados à História do Brasil em torno de quatrocentos dentro de um universo mais amplo de especialistas na América Latina, que estaria em torno de dois mil membros. Mesmo sem precisar de onde retirou estas informações, essa afirmação levanta um outro aspecto a ser analisado mais adiante, que são os diferentes significados que o brasilianismo apresenta no Brasil e nos Estados Unidos.

¹⁴ A discussão em torno da grafia pode ser lida em BEIGUELMAN, Paula. “Cultura acadêmica nacional e brasilianismo”. In: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura brasileira, temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987. pp.199-207.

A bibliografia sobre o brasilianismo ainda é escassa se comparada a outros temas, mas pelas poucas referências levantadas até o momento percebemos que seu significado ainda é objeto de controvérsias. Afinal, trata-se de um conceito que alguns localizam como tendo surgido num contexto determinado, enquanto outros o ampliam para designar quaisquer estudos sobre o Brasil feitos por estrangeiros. Num dos primeiros textos específicos sobre o tema, José Carlos Sebe Bom Meihy diferencia duas fases do fenômeno:

Primeiro, o “brasilianismo histórico”, aquele que, tendo se despreendido dos estudos sobre a América Latina, desde o começo deste século, ganhou autonomia como tema de estudo e passou a compor as investigações comuns a diferentes países. Segundo, o “brasilianismo político”, ou simplesmente brasilianismo, que teria espelhado um conceito igual e contrário: o antibrasilianismo (MEIHY, 1984, p.9).

Com essa distinção, o autor pretendeu separar as críticas feitas ao brasilianismo como se dirigindo ao segundo tipo. Rejeitado por muitos intelectuais brasileiros na época de seu surgimento enquanto conceito, o brasilianismo veio associado a um período de extrema repressão política no Brasil, em contraste com as condições e recursos que os acadêmicos norte-americanos encontravam para a realização de suas pesquisas. No entanto, acredito que a melhor forma de abordar o assunto é remeter a um debate anterior, das primeiras ocorrências do termo “brasilianismo” e os significados que ele foi adquirindo conforme o contexto político e social do momento. Ao remontar para a origem do termo, José Carlos Sebe aponta para o *Correio Braziliense*, de José Hipólito da Costa, como um dos primeiros registros mais próximos do brasilianismo. Na véspera da independência em relação a Portugal, “brasiliense” distinguia os portugueses que viviam na Metrópole daqueles que nascessem ou morassem no Brasil, sinalizando uma postura nacionalista (idem, p.86). Contudo, é preciso observar que a palavra “brasilianista” surgiu mais de um século depois, num contexto bastante distinto. Enquanto “brasiliense” distinguia os habitantes locais dos portugueses da Metrópole durante o período colonial, “brasilianista” designava os pesquisadores estrangeiros que pesquisavam o Brasil. Embora sejam vocábulos com sentidos diferentes, em ambos podemos observar a distinção que marcam entre os que nasceram ou viveram no Brasil e os demais.

No entanto, há muito tempo que viajantes e pesquisadores estrangeiros deixavam registros de suas passagens pelo Brasil. Para mencionar apenas alguns exemplos,

podemos citar o naturalista alemão Von Humboldt, o suíço Louis Agassiz, os franceses Saint-Hilaire e Gobineau, entre outros. Em artigo sobre os estudos brasileiros nos Estados Unidos, Paulo Roberto de Almeida afirma que, no âmbito da historiografia, o *founding father* do brasilianismo provavelmente é o inglês Robert Southey:

Este arguto observador do império colonial português – que antecedeu aos estudos ainda mais abrangentes de Charles Boxer – escreveu, em plena fase da independência, uma história do Brasil que serviu de referência quase única nessa disciplina (a exceção de John Armitage) até o surgimento do primeiro historiador verdadeiramente nacional, o diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen (ALMEIDA, 2002, p.32).

Apesar da distância no tempo, algumas características do debate em torno do brasilianismo podem ser antevistas aqui. A abordagem historiográfica de períodos contemporâneos, por exemplo, foi um fator de distinção entre os pesquisadores norte-americanos e os brasileiros quando o debate em torno do brasilianismo eclodiu. Além disso, o fato de uma obra sobre o Brasil escrita por um estrangeiro ter se tornado a maior referência no campo foi um dos aspectos mais candentes da discussão em torno do brasilianismo, pois muitos temiam que a escrita da história do Brasil ficasse a cargo de pesquisadores estrangeiros.

Contudo, por muito tempo as pesquisas feitas por estrangeiros a respeito do Brasil foram realizadas sem que um vocábulo específico às caracterizasse. O Brasil era objeto de interesse sobretudo pelo exotismo, um país de fauna e flora quase desconhecidas no exterior. Os livros de viagem sobre o país encontravam público e repercussão no exterior, como afirma Robert M. Levine:

Em 1857, os reverendos James C. Fletcher e D. P. Kidder publicaram o livro *Brazil and the Brazilians*, inspirado em suas viagens. A obra descreve a sensação dos autores diante das maravilhas que viam, aguçando ainda mais o interesse dos americanos por informações sobre o Brasil. Em 1866 o livro já tinha alcançado cinco edições (LEVINE, 2002, p.58).

Por outro lado, as relações com os Estados Unidos não escaparam às observações de alguns intelectuais brasileiros já no século XIX e começo do XX. Durante o Império, as relações com o país do norte foram de certa reserva, pois o Brasil procurou manter-se neutro ao mesmo tempo em que viu na relação com os Estados Unidos um meio de superar o seu isolamento em relação à América Espanhola.¹⁵ A declaração de neutralidade durante a Guerra Civil norte-americana e a resistência em abrir a Amazônia

¹⁵ Como comentado em MEIHY, 1984, p.40.

para a livre navegação são alguns exemplos de uma política externa mais isolacionista, que manteve relações com os Estados Unidos como um vínculo útil diante das repúblicas vizinhas. Com a República essa relação mudou, e a presença dos Estados Unidos passou a ser mais ostensiva. A aproximação com os Estados Unidos passou a ser vista como um movimento no sentido da democracia e da industrialização, rompendo com a antiga herança colonial: “Havia chegado a hora do rompimento com o passado imperial e com o modelo europeu de desenvolvimento. Os segmentos mais progressistas do país se identificavam com a americanização do Brasil” (MEIHY, 1984, p.41). Contudo, alguns autores já criticavam essa aproximação desde os primeiros anos da República. Um dos primeiros exemplos dessa tendência é *A Ilusão Americana*, livro de Eduardo Prado criticando a pretensa dominação norte-americana no Brasil, publicado em 1893 (idem, p.22); outro é Lima Barreto, escritor e jornalista do início do século XX que em 1920 declarou “Não dou cinquenta anos para que todos os países da América do Sul, Central e o México se coliguem a fim de acabar de vez com essa atual opressão disfarçada dos “yankees” sobre todos nós; e que cada vez mais se torna intolerável”.¹⁶

Num outro sentido, um dos primeiros autores brasileiros a abordar as relações entre os dois países foi Manuel de Oliveira Lima, pesquisador e diplomata que foi um dos primeiros colaboradores da *Hispanic American Historical Review*, periódico norte-americano especializado em estudos sobre a América Latina. Em livros como *Nos Estados Unidos* (1899) e *The Evolution of Brazil Compared with that of Spain and Anglo-Saxon America* (1914), Oliveira Lima realizou uma abordagem histórica e comparativa sobre as diferentes vias de desenvolvimento dos países americanos. Ainda que suas análises tenham sido influenciadas pelas teorias racialistas em voga no período, Paulo Roberto de Almeida considera que ele

[...] pode legitimamente ser considerado como um dos primeiros, senão o *founding father* dos brasilianistas “norte-americanos”, não apenas em virtude de suas numerosas conferências nos meios acadêmicos dos EUA (e ali publicadas), como também pelo fato de se ter engajado, segundo os mais rigorosos cânones universitários, em pesquisas de natureza comparada sobre a evolução do Brasil em face de seus vizinhos hemisféricos (ALMEIDA, 2002, p.35).

Portanto, podemos observar que as relações entre Brasil e Estados Unidos já eram objeto de crítica e de análise desde ao menos os primeiros tempos da República, indo

¹⁶ BARRETO, Lima, *Marginália*. p.53. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000154.pdf>. Acessado em 05/05/2015.

muito além da mera assimilação. No caso da historiografia, os estudos mais sistemáticos vieram a partir do início do século XX, conforme a profissionalização da disciplina avançava no exterior. Nesse sentido, um marco dos estudos norte-americanos sobre a América Latina foi a fundação da *Hispanic American Historical Review (HAHR)*, publicada pela primeira vez em 1918. Fundada por historiadores dedicados ao estudo da região, a revista foi a principal publicação acadêmica de historiadores norte-americanos sobre a América Latina. Cabe ressaltar que o termo “*hispanic*”, em vez de “*latin*”, foi utilizado para abranger tanto os estudos sobre a América Espanhola quanto sobre a América Portuguesa, pois ele refere-se à antiga designação romana para a região da Península Ibérica. Neste ponto, Paulo Roberto de Almeida ressalta que

Em outros termos, os brasileiros e com eles os estudos luso-brasileiros nos EUA são uniformemente agrupados na categoria “hispânica” não em virtude de uma “ignorância generalizadora” dos anglo-saxões, mas por motivo de uma discussão e de uma classificação cuidadosamente manejadas por *scholars* americanos [...] (ALMEIDA, 2002, pp.34-35).

Na fundação mesma do periódico podemos notar uma outra característica da formação acadêmica norte-americana, a de agrupar os historiadores conforme uma região de estudo “comum”, os chamados *area studies*, ou “estudos de área”. Nessa perspectiva, o brasilianismo é um entre diversos ramos de estudo sobre a América Latina, não carregando o significado que adquiriu para os acadêmicos brasileiros quando a discussão em torno dele encontrou seu auge. Conforme assinala Judy Bieber num balanço recente sobre essa produção, “A história do Brasil tem sido um campo subestudado nos Estados Unidos em comparação com outras regiões da América Latina, como o México”.¹⁷ Portanto, é preciso considerar que o brasilianismo não teve a mesma repercussão nos dois círculos acadêmicos, numa desproporção que será analisada em detalhes mais adiante.

Apesar da existência de uma publicação específica, nas primeiras décadas do século XX os estudos latino-americanos dentro dos Estados Unidos foram precários, tanto na produção como nos recursos disponíveis. Quase sempre os pesquisadores tinham de arcar com os custos ou recorrer a instituições não acadêmicas, como as doações de famílias como os Rockefeller, que possuíam investimentos na região (ALMEIDA, 2002, p.35). Mais adiante, o surgimento de fundações para financiar pesquisadores com bolsas

¹⁷ BIEBER, Judy. “História do Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000”. In: BARBOSA, Rubens Antônio; EAKIN, Marshall C.; ALMEIDA, Paulo Roberto de (orgs.). *O Brasil dos brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.197.

de estudo foi um dos fatores que impulsionou os trabalhos de diversos brasilianistas, inclusive o autor do livro analisado nesta pesquisa.¹⁸ Porém, até os anos de 1950 a produção dos *scholars* norte-americanos sobre o Brasil permaneceu escassa. Em levantamento do número de trabalhos sobre o país entre 1930 e 2000, Judy Bieber aponta que “Apenas oito dissertações foram redigidas antes de 1950, e só duas foram transformadas em livros” (BIEBER, 2002, p.198). Ao mesmo tempo, a criação do *Handbook of Latin-American Studies* em 1936 indica um esforço maior na sistematização das pesquisas existentes.

Um dos fatores que impulsionaram os estudos latino-americanos a partir das décadas de 1930 e 40 foi a proximidade e eclosão da Segunda Guerra. Afinal, numa época em que as grandes potências europeias se alinhavam e ampliavam suas áreas de influência ao redor do mundo, a política externa dos Estados Unidos procurou aproximar-se da América Latina ao mesmo tempo em que buscava informar-se sobre ela. Era a chamada “política da boa vizinhança”, anunciada pelo então presidente Franklin D. Roosevelt em 1933 “como um princípio de respeito” (MEIHY, 1984, p.34). Além de buscar uma aproximação, essa política propunha programas de ação conjunta por todo o continente, de contatos entre intelectuais à instalação de bases aéreas e navais. O que distinguiu essa política das anteriores, como afirma Maicon Carrijo,

Foi a primeira vez que a política de compreensão cultural internacional entrou diretamente na agenda do Departamento de Estado e da política exterior, solidificava-se a visão sobre as relações culturais como meio de transmissão da influência norte-americana (CARRIJO, 2007, p.41).

Foram criados cursos de espanhol e português em universidades norte-americanas, ao mesmo tempo em que instituições como o “Office of Coordinator of Inter American Affairs” (CIAA) financiavam universidades e institutos para a organização de cursos e palestras sobre a América Latina. O intercâmbio entre as regiões se deu tanto num sentido intelectual quanto econômico. Por exemplo, as primeiras traduções de *Os Sertões* [1902], de Euclides da Cunha, e *Casa grande e senzala* [1933], de Gilberto Freyre, foram publicadas nos EUA em 1945, na esteira da “política da boa vizinhança” que norteou a relação dos EUA com o resto do continente americano durante o período.

¹⁸ Na introdução a seu livro, Riedinger agradece à Ford Foundation, que financiou sua formação e pesquisa “[...] da qual surgiu, mais tarde, a base deste livro”. In: RIEDINGER, Edward Anthony. *Como se faz um presidente: a campanha de J.K.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p.12

¹⁹ Por outro lado, autores como T. Lynn Smith (que trabalhou nos primeiros anos da Universidade de São Paulo), Ruth Landes e Donald Pierson foram alguns dos *scholars* a realizarem estudos sobre o Brasil antes da década de 1950, ainda que a produção sobre o Brasil permanecesse pequena. Além desses trabalhos, houve a publicação de textos não especializados, como *Brasil: país do futuro* [1941], de Stefan Zweig, e obras mais descritivas com o fim de informar os norte-americanos sobre o país aliado.²⁰ De acordo com a conjuntura do período, houve um encontro de fatores, tanto acadêmicos quanto políticos, que se influenciaram reciprocamente no sentido da aproximação:

[...] a necessidade de atrair a boa vontade dos governos na causa comum contra o inimigo nazi-fascista e a de manter um aprovisionamento regular de produtos primários estratégicos motivaram tanto o envio de algumas missões de boa vontade [...] como convites formulados a muitos intelectuais latino-americanos para visitarem universidades americanas e nelas proferirem palestras sobre seus respectivos países [...] (ALMEIDA, 2002, p.38).

Por outro lado, o crescente interesse dos Estados Unidos pelo Brasil numa época em que o mundo se encontrava em guerra enquanto internamente vigorava o Estado Novo não passou despercebido a alguns intelectuais. Exemplo disso é a crônica “O simpático William Berrien”, na qual Carlos Drummond de Andrade comenta a suposta visita de um intelectual norte-americano ao Brasil. “Representante do meio universitário norte-americano, enviado da Divisão Cultural da Fundação Rockefeller”, ele seria um exemplo de alguém que incorporou tanto os autores locais quanto os costumes do povo brasileiro. Durante o almoço em sua homenagem “Não se pronunciou, diante da fruta e do peixe, a palavra pan-americanismo, ou similar”, o que pode ser lido tanto como um elogio quanto uma ironia em relação às suas verdadeiras intenções. Contudo, para além das alusões mais ou menos explícitas sobre a política da boa vizinhança e dos interesses embutidos nela, Drummond declara que

Qualquer outra concepção das relações culturais, baseada na inoculação de uma cultura mais débil por outra mais poderosa ou melhor provida de elementos de expressão, será sempre uma concepção imperialista, a serviço de fins econômicos e políticos indesculpáveis (ANDRADE, 2011, p.116).

¹⁹ Um exemplo mais detalhado sobre essa política pode ser encontrado em: SMITH, Robert Cândida. “Érico Veríssimo, um embaixador cultural nos Estados Unidos”, no qual se detalha o contato do escritor com editores, crítica e público norte-americano como forma de aproximar a América Latina da opinião pública do país. *Revista Tempo*, v. 19, n. 34, Jan – Jun 2013: pp. 147-173.

²⁰ Esses diferentes tipos de produções sobre o Brasil são apontadas em: LEVINE, 2002, p. 60.

O que Drummond comenta com ressalvas será um dos principais argumentos críticos contra o brasilianismo nas décadas de 1960 e 70, quando se acusou esses pesquisadores de servirem aos interesses do governo norte-americano enquanto ele apoiava a ditadura militar.

No campo econômico, o governo brasileiro recebeu apoio financeiro: “[...] Em 39 o Brasil recebeu 50 milhões de dólares e, em 40, um empréstimo de 20 milhões era destinado à construção da usina siderúrgica de Volta Redonda” (MEIHY, 1984, p.44). Em troca, o Brasil posicionou-se ao lado dos Aliados durante a guerra, garantindo tanto uma posição estratégica na região quanto o envio de tropas para combater na Itália. No entanto, nem todas as relações foram pacíficas. Especialmente no âmbito da historiografia, a profissionalização da disciplina nos Estados Unidos vinha desde fins do século XIX, tanto na formação quanto no aparato institucional correspondente. A *American Historical Association* foi fundada em 1884, enquanto que a *Hispanic American Historical Review* vem de 1918. Por sua vez, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado em 1838, mas no dizer de Judy Bieber “[...] sua tendência era atrair entusiastas autodidatas da elite social e política” (BIEBER, 2002, p.205). Dessa forma, os diferentes processos na constituição da disciplina histórica nos dois países mantiveram as produções distantes entre si. Por vezes, a avaliação dos trabalhos era notadamente negativa, como menciona Judy Bieber:

Os estudiosos norte-americanos que faziam o resumo anual da situação da história do Brasil no *Handbook of Latin American Studies* (doravante *HLAS*) eram duríssimos e afirmavam que os trabalhos, em sua grande maioria, eram medíocres e destituídos de originalidade e de rigor metodológico. Eles lastimavam abertamente a preponderância de diletantes (idem, p.205).

Embora nem sempre polidas, as críticas dos acadêmicos norte-americanos também apontavam para outro aspecto, a precariedade das condições financeiras, políticas e institucionais para a realização da pesquisa histórica no Brasil. Conforme os períodos de instabilidade econômica e transição política, certos trabalhos foram impedidos de ser publicados (idem, p.206). Fosse pelas espirais inflacionárias, fosse pelo corte de subsídios, as pesquisas permaneciam ao sabor da conjuntura econômica mais imediata, ao mesmo tempo em que certos temas só puderam ser mais investigados conforme a situação política do momento, como os diversos livros sobre o governo Vargas lançados depois de 1945. As diferenças de recursos entre os pesquisadores brasileiros e os norte-

americanos foram outro ponto de intensa discussão quando o brasilianismo veio a público, e de certa maneira já estavam patentes num período anterior.

Após o fim da Segunda Guerra, a América Latina perdeu importância na política externa norte-americana. Com a eclosão da Guerra Fria, dividindo o mundo entre os blocos capitalista e socialista, e a necessidade de reconstrução da Europa, a região não foi considerada como prioritária naquele momento. Diante de um cenário mundial bipolarizado, e sendo o país capitalista mais proeminente, “Na mira dos interesses norte-americanos estava a agressiva política contra as Repúblicas Socialistas. Todo o esforço da política externa dos Estados Unidos foi posto nas relações extra-americanas” (MEIHY, 1984, p.47). Considerada como área de influência “garantida”, a América Latina foi preterida em favor de regiões onde a expansão socialista era mais evidente, como a Europa e a Ásia. Por outro lado, como afirma Paulo Roberto de Almeida, “As elites brasileiras do imediato pós-guerra [...] se fixavam no mito da relação especial com os Estados Unidos” (ALMEIDA, 2002, p.39), pleiteando acordos econômicos semelhantes aos que os EUA implantaram na Europa, sobretudo o Plano Marshall.

Nos Estados Unidos, essa situação influenciou a produção acadêmica, que permaneceu em moldes mais tradicionais. Predominavam os tópicos como história política e diplomática, e trabalhos mais generalizantes sobre o Brasil. Contudo, como aponta Paulo Roberto de Almeida, essa produção influenciou na formação dos acadêmicos brasileiros:

Métodos e temas de pesquisa eram bastante tradicionais, mas a seriedade metodológica na coleta de dados e a “facilidade” com que os pesquisadores partiam à busca de fontes originais impressionam bastante seus colegas brasileiros, nesta fase pioneira de instituição de cursos de ciências sociais nas principais universidades do país (São Paulo e Rio de Janeiro) (idem, p.40).

Nesta fase, que Almeida chama de “pré-brasilianista”, as relações entre as duas comunidades acadêmicas permaneceram bastante assimétricas. Raros eram os contatos entre os pesquisadores, inclusive porque a maioria dos acadêmicos norte-americanos desconhecia o português ou o espanhol, assim como poucos brasileiros sabiam falar inglês. Como observa Robert Levine, “O resultado é que seus contatos acadêmicos no Brasil se restringiam a intelectuais que falavam inglês, o que, obviamente, limitava as oportunidades que teriam para aprender mais com outros que não as elites” (LEVINE, 2002, p.61). Já pelo lado brasileiro, a recepção aos estudos estrangeiros era

majoritariamente positiva, pois se via neles um sinal de inserção do Brasil nas perspectivas dos países mais ricos:

Pode-se até dizer que uma relativa euforia ou satisfação era comum nos círculos universitários que viam nestas publicações dois aspectos extremamente positivos: 1) a colocação do Brasil nas grandes linhas do universo capitalista ocidental – este aspecto foi mais vibrantemente assinalado pelos europeus e 2) uma redefinição dos estudos de comunidade introduzidos no Brasil desde Donald Pierson nos fins da década de 30 (MEIHY, 1984, p.54).

Contudo, a grande mudança nos estudos sobre o Brasil feitos nos Estados Unidos não se deu por causas teóricas, mas políticas. Com o advento da Revolução Cubana, em 1959, o Brasil, assim como os demais países da América Latina, foi objeto de interesse e de estudo como jamais havia sido até então, tanto dentro quanto fora dos espaços acadêmicos norte-americanos.

2.2 A Revolução Cubana e a chegada dos pesquisadores

Na bibliografia existente sobre o brasilianismo, há quase um consenso de que a Revolução Cubana em 1959 serviu para impulsionar a criação de bolsas de estudo e cursos sobre a América Latina num volume inédito, tanto de produção quanto de recursos disponíveis. Em um livro de entrevistas com alguns dos principais nomes do brasilianismo²¹, José Carlos Sebe Bom Meihy se refere à geração que começou a carreira acadêmica nesse período como “filhos de Castro”, expressão utilizada pelos próprios brasilianistas a respeito de si mesmos. De fato, ao considerar o volume da produção acadêmica percebemos que a maioria absoluta das pesquisas se deu no período posterior: em levantamento a respeito, Judy Bieber aponta que “Das 285 dissertações produzidas desde 1930, a maioria (255 ou 89%) foi concluída a partir de 1965” (BIEBER, 2002, p.199). Numa avaliação sobre a relação entre os dois fenômenos, Paulo Roberto de Almeida afirma que

Muitos *latin-americanists* já propuseram, não sem ironia, erigir uma estátua a Fidel Castro, na medida em que suas iniciativas, logo identificadas com a causa do socialismo mundial, motivaram a administração americana a financiar diversos programas voltados para a “prevenção e cura” dos males latino-americanos (ALMEIDA, 2002, p.40).

²¹MEIHY, J. C. S. B. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

Ao mesmo tempo, tal percepção não foi muito diferente entre os críticos do brasilianismo, mas em sentido contrário. A relação entre a emergência do brasilianismo e a política externa dos Estados Unidos aparentou ser quase automática, o que motivou grande parte das críticas e das desconfianças quanto à presença de estudiosos norte-americanos no Brasil. No entanto, acreditamos que uma avaliação mais equilibrada sobre o brasilianismo precisa ser mais abrangente, indo além de uma relação de causa e efeito que muitas vezes empobrece a compreensão do fenômeno. Sem menosprezar a importância da Revolução Cubana para o impulso financeiro e institucional que fomentou os estudos latino-americanos nos Estados Unidos, entre eles o brasilianismo, outro grande estímulo é imediatamente anterior. Trata-se do National Defense Education Act (*NDEA*), de 1958, sobretudo o Título VI. Embora esse documento seja mencionado em diversos levantamentos sobre o brasilianismo, vamos nos deter mais detalhadamente neste ponto.

Num artigo sobre o tema, José Carlos Meihy salienta que “Sem a clareza do peso dessa norma, qualquer leitura sobre os brasilianistas e o brasilianismo padece de equívocos fundamentais” (MEIHY, 1991, p.128). Promulgado antes da revolução Cubana, o *NDEA* disponibilizava recursos federais para programas de estudos latino-americanos, tanto no nível de graduação quanto no de pós-graduação. O foco inicial se concentrava no ensino de línguas estrangeiras que não contavam com instrução regular nos Estados Unidos, mas sua abrangência se estendeu a outras áreas consideradas necessárias para a compreensão de uma região:

Qualquer contrato desse tipo deve prover instrução não apenas em língua estrangeira moderna mas também em outros campos necessários para prover um entendimento completo de áreas, regiões ou países em que tal língua é comumente utilizada, na medida em que a instrução adequada em tais campos não está prontamente disponível, incluindo campos como História, Ciência Política, Linguística, Economia, Sociologia, Geografia, e Antropologia.²²

²² “Any such contract may provide for instruction not only in such modern foreign language but also in other fields needed to provide a full understanding of the areas, regions, or countries in which such language is commonly used, to the extent adequate instruction in such fields is not readily available, including fields such as history, political science, linguistics, economics, sociology, geography, and anthropology”. Tradução livre do autor. O texto está disponível em <https://federaleducationpolicy.wordpress.com/2011/06/03/national-defense-education-act-of-1958-2/>, p 1593. Acessado em 07/03/2015.

Nesse aspecto, o surgimento de programas e cursos específicos sobre a América Latina é indissociável dos “area studies”, ou estudos de área, que já existiam pelo menos desde o começo da década de 1950. Em estudo relacionado, Maicon Carrijo afirma que

Podemos definir os estudos de área como o resultado da união de especialistas de várias disciplinas através de projetos de departamento ou de institutos especializados para tratar de uma região do mundo a partir de um enfoque que privilegiasse a abordagem multidisciplinar (CARRIJO, 2007, pp.52-53).

Entre os objetivos de tais programas estava a formação de quadros para trabalhar em órgãos de relações exteriores, evidenciando a proximidade entre as instituições acadêmicas e o Estado norte-americano, um dos aspectos mais destacados pelos críticos do brasilianismo. Ao mesmo tempo, essa abordagem multidisciplinar de acordo com uma área – conceito que nem sempre correspondia a uma região geográfica, podendo abarcar um grupo cultural (idem, p.53) - contribuiu para a aproximação dos historiadores com outros especialistas, como cientistas políticos e antropólogos, a fim de trazer novas questões e instrumentos teóricos.

No contexto mundial pós-guerra e com o advento da Guerra Fria, porém, a América Latina não foi tomada como prioridade num primeiro momento. Dada a ascensão dos Estados Unidos como líder do bloco capitalista e da União Soviética no bloco socialista, os estudos de área se concentraram em regiões onde o potencial de conflito entre os dois blocos parecia alto, como a Rússia, o leste europeu e o sul da Ásia. Exemplo desse declínio nos estudos latino-americanos e de sua vinculação à política externa norte-americana pode ser observado na trajetória do “Joint Committee on Latin American Studies”:

Fundado em 1942 interrompeu suas atividades logo após a segunda guerra, em 1947, permanecendo desativado até 1958, quando retornou suas atividades com apoio da “Carnegie Corporation”, priorizando bolsas de pós-doutoramento e pesquisas sobre o período nacional (idem, p.55).

Nesse trecho observam-se algumas características já levantadas sobre o brasilianismo, além de uma questão cronológica. Afinal, a fundação do comitê e seu fechamento correspondem ao período entre a “política da boa vizinhança”, comentada anteriormente, e a ascensão da Guerra Fria, quando as prioridades estratégicas do governo norte-americano se voltaram para outras regiões. Além disso, a relação entre os grupos de estudo e fundações privadas também aparece aqui, algo que em menor escala

já podia ser observado desde a década de 1930. Mas há mais um ponto a ser analisado, que é a possível relação entre a reabertura do comitê e a promulgação do NDEA, que aconteceu no mesmo ano de 1958. Não há como apontar uma relação direta entre os dois acontecimentos, mas a própria cronologia demonstra que ambos se deram antes da Revolução Cubana, o que parece indicar uma origem um pouco mais complexa para o surgimento do brasilianismo.

Além das motivações políticas que condicionaram a criação de bolsas e programas de estudo por parte de fundações privadas e do governo, é preciso considerar as motivações internas das academias norte-americanas. Conforme advertiu Maicon Carrijo, a recepção ao brasilianismo na década de 1970 oscilou entre a denúncia dos pesquisadores como agentes a serviço do governo dos Estados Unidos e

[...] uma postura que se manteve atenta à relação financiamento acadêmico e interesse político, ao mesmo tempo em que buscou aprofundar a análise de outros elementos dessa produção, observando, por exemplo, as especificidades do código historiográfico norte americano ou então os brasilianistas como portadores de uma estrutura institucional extremamente diversa da brasileira [...] (idem, pp.9-10).

Quanto à estrutura institucional, é preciso considerar outras razões além das eminentemente políticas. Afinal, como adverte José Carlos Meihy, “[...] o endereço da produção dos brasilianistas não é sempre e fatalmente o Brasil e sim, na maioria absoluta dos casos, suas carreiras nos Estados Unidos” (MEIHY, 1991, p.139). No momento em questão, a estrutura institucional e os objetivos dessa produção procuravam corresponder às demandas internas da academia norte-americana, principalmente com a chegada dos chamados “baby boomers” às universidades.

Nascidos após a segunda guerra, uma geração de novos estudantes ingressava no ensino superior em grandes contingentes, o que demandou uma reforma universitária entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse contexto, a ampliação das faculdades tornava necessária a criação de novas frentes de emprego para os recém-formados. Com suas bolsas de estudo para a formação de professores e pesquisadores, o brasilianismo foi um dos nichos de uma tendência mais ampla, que abarcava especialistas em México, Argentina, Chile e outras regiões da América Latina. Contudo, como ressalta Meihy, é preciso considerar que os objetivos acadêmicos e governamentais nem sempre coincidiam:

Para muitos jovens candidatos à profissionalização através da pesquisa acadêmica, o Brasil se mostrava como uma opção que combinava a

oportunidade indicada pela política de Washington com o novo elenco de temas significativos para a geração que clamava por mudanças. Assim, pela versão americana que contextualizava o brasilianismo, era possível distinguir duas políticas: a do governo e a dos jovens da contra-cultura (MEIHY, 1990, p.48).

Deste modo, a cultura acadêmica apresenta ritmos próprios, o que ajuda a explicar a trajetória do brasilianismo, sua fragmentação em diversos temas de estudo e as diferentes abordagens adotadas ao longo do tempo. Não se trata de negar a importância das relações entre o governo norte-americano, fundações ligadas a grandes empresas e as universidades, mas de obter uma visão mais abrangente do fenômeno, considerando qual o seu significado para o meio acadêmico nos Estados Unidos. Do contrário, corre-se o risco de apresentar o brasilianismo apenas pela sua recepção no Brasil, que apresenta uma estrutura institucional e uma formação acadêmica de bases diferentes.

Na virada entre os anos 1950 e 1960, os estudos sobre a América Latina começaram a tomar outras formas. Sobretudo após a Revolução Cubana, o desconhecimento sobre a região tornou-se evidente para grande parte dos norte-americanos, tanto acadêmicos quanto funcionários do governo. Como destaca Paulo Roberto de Almeida, as consequências dessa nova percepção sobre o continente se estenderam aos métodos de estudo e análise:

Esse período [...] assistiu, precisamente, à fragmentação do “monopólio” dos antigos “*latin-americanists*” dos Estados Unidos [...], cujas generalizações analíticas já não permitiam acomodar as situações subregionais e as particularidades nacionais. Isto não quer dizer que estudos “latino-americanos” deixassem de ser enfocados nas universidades americanas [...], mas emerge um reconhecimento de que a uniformidade continental [...] esconde situações específicas que precisam ser estudadas (ALMEIDA, 2002, p.42).

As sínteses que pretendiam explicar a América Latina como um todo, por vezes carregadas de estereótipos, perderam espaço para uma visão mais especializada em diversos temas, conforme a profissionalização avançava nos estudos referentes ao continente. Essa mudança remonta a um outro aspecto considerado característico do brasilianismo, o caráter utilitário do conhecimento produzido. Numa entrevista para José Carlos Meihy, Thomas Skidmore, talvez o brasilianista mais conhecido no Brasil, aponta para o aspecto pragmático do conhecimento nos Estados Unidos:

Convém lembrar que a educação norte-americana se apoiava teoricamente em uma visão supostamente “instrumental” da educação, isto é, acreditava que os departamentos universitários deveriam produzir especialistas que instruísem as políticas do governo ou

fornecessem conhecimentos para promover o desenvolvimento social... Contudo, em face de um fato concreto como Cuba, esta expectativa colocava a nu um fiasco absoluto... (MEIHY, 1990, p.257).

Nesse momento em específico, a utilidade do saber estava relacionada a um projeto de política externa do governo norte-americano, por um lado, e a ênfase nos estudos sobre períodos mais recentes, por outro. No plano político, para combater a possível expansão do comunismo no continente latino-americano, o então governo Kennedy apostou na modernização da região como uma alternativa ao modelo socialista. Esse projeto não foi apresentado como algo fortuito, mas como correspondente à chamada teoria da modernização clássica, que influenciou boa parte dos estudos de área nesse período. Influência essa que também abarcava uma visão da história, como destaca Maicon Carrijo:

A história, dentro dessa concepção, foi vista como linear, nutrindo-se da dicotomia sociedade moderna e tradicional, e a modernização, entre outros aspectos, tinha na transformação cultural um dos seus princípios essenciais; [...] Dentro dessa percepção, os teóricos dessa corrente defenderam que o crescimento econômico e a urbanização estimulariam a mudança social e cultural, que, por sua vez, conduziria não só a uma economia mais desenvolvida, como também a política democrática (CARRIJO, 2007, pp.72-73).

Essa teoria orientou muitas das iniciativas adotadas pelo governo dos Estados Unidos em relação à região, tanto no campo econômico quanto no social e cultural. A criação dos *Peace Corps*, organização de jovens voluntários que prestavam serviços nas áreas rurais de países pobres em projetos de habitação, educação e saúde²³; a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, “[...] um órgão de fomento regional proposto havia décadas”, no dizer de Paulo Roberto de Almeida (ALMEIDA, 2002, p.41); e talvez a iniciativa mais notória, o lançamento da Aliança para o Progresso pelo presidente John Kennedy em 1961. Esse programa previa uma série de investimentos, e para tanto envolveu a atuação de um órgão governamental que seria alvo de muitas críticas posteriores no Brasil:

Como órgão viabilizador dessa política, a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) canalizou fundos para aplicação em diversos projetos previstos pela “Aliança” e

²³ Conforme mencionado em FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p 28. Sobre a atuação dos Corpos de Paz nas universidades, sobretudo no Chile e no Peru, ver: CASALS, Marcelo e PURCELL, Fernando. “Espacios em disputa: el Cuerpo de Paz y las universidades sudamericanas durante la Guerra Fría em la década de 1960”. *História Unisinos*. São Leopoldo: v. 19, n. 1, janeiro/abril de 2015.

que tinham como principais metas as seguintes: 1) a aceleração do processo industrial; 2) efetivação do mercado comum latino-americano; 3) combate ao analfabetismo; e 4) construção de casas para famílias pobres (MEIHY, 1984, p.71).

Conforme comentado anteriormente, um aspecto característico da educação norte-americana é a sua visão utilitária do conhecimento, do saber como algo a ser aplicado com objetivos específicos. No período em questão, esse pragmatismo assumiu formas diferentes conforme as organizações envolvidas. Para o governo, a conjuntura política e econômica demandou um conjunto de medidas para o “diagnóstico” correto da América Latina no combate à expansão do comunismo, assim como para dar vazão a uma leva de jovens que ingressavam e se formavam nas universidades. Na historiografia, e em particular o brasilianismo, o pragmatismo influenciou na escolha dos temas e períodos estudados, sobretudo a ênfase nas épocas mais recentes.

Trata-se de um aspecto quase assente nas análises sobre o brasilianismo: a grande maioria dos estudos realizados concentra-se no período nacional, principalmente a partir do século XIX. Em levantamento das dissertações escritas a partir de 1930, Judy Bieber afirma que 72% da produção se concentra no período nacional, posterior à independência do Brasil (BIEBER, 2002, p.214). De maneira semelhante, neste caso analisando os artigos publicados na *Hispanic American Historical Review*, Maicon Carrijo observa que

Enquanto na tabela de Simpson [...] – que segue o periódico de 1918 a 1948 – a soma dos séculos que comportam o período nacional contabilizou 54% do total [...], entre 1955 e 1967 [...] a soma de artigos que trabalharam com o período nacional atingiu 72% (CARRIJO, 2007, p.59).

As motivações para que a maioria dos estudos se concentre no Brasil Império e na República são diversas. Algumas de ordem mais prática, relativa ao mercado acadêmico norte-americano, como a dificuldade em ter trabalhos sobre o período colonial aceitos por uma editora acadêmica e a pouca oferta de vagas para professores especializados no período (BIEBER, 2002, p.215). Contudo, a preferência ou a inclinação pelo estudo da história mais recente têm origens mais aprofundadas, que remetem ao período em que o brasilianismo ganhava espaço nas academias e entre um público mais amplo. No período em que esses estudos se profissionalizavam e se especializavam, o brasilianismo mudou de forma para responder às demandas daquele tempo:

O que o novo “brasilianista” americano aporta de singular nos estudos estrangeiros sobre o Brasil [...], foi uma preocupação sistêmica em explicar o Brasil enquanto tal, eventualmente numa perspectiva implicitamente comparativa (em relação ao padrão ocidental ou “moderno”) (ALMEIDA, 2002, p.52).

Essa tendência de certa forma se chocava com a formação brasileira, para a qual o passado mais recente ainda não se constituía em objeto de estudo da história. Exemplo disso é a trajetória editorial de *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*, de Thomas Skidmore. Publicado nos Estados Unidos em 1967, quando a ditadura militar no Brasil já vigorava, foi traduzido e publicado no Brasil pouco tempo depois, em 1969, período em que a repressão política atingia seu auge. O livro alcançou tal sucesso a ponto de ser o título mais reeditado de toda a produção brasilianista desde então, no dizer de Paulo Roberto de Almeida (idem, p.44). Obras como *Unrest in Brazil: Political-Military Crises, 1955-1964* [1970], de John Dulles, e *The Military in Politics: changing patterns in Brazil* [1971], de Alfred Stepan também são exemplos dessa tendência. Por outro lado, a repercussão dessas obras no Brasil iniciou uma mudança nas abordagens historiográficas feitas no país, segundo Heloísa Pontes:

As obras dos brasilianistas, por anteciparem-se às dos historiadores brasileiros, acabaram por promover uma reorientação da história nacional: tanto no sentido de tornar relativa a ênfase concedida ao período colonial e ao Império, quanto no de obrigar a atribuir uma importância maior ao período republicano (até então praticamente ausente do seu universo de investigação e, quando estudado, era como “patrimônio de poucos, como Edgar Carone) (PONTES, 1990, p.57).

Nesse sentido de reorientação, as análises dos motivos para as diferenças entre as duas historiografias apontavam para certo anacronismo nas instituições de ensino brasileiras, ainda atreladas à influência dos professores franceses da década de 1930 (MEIHY, 1984, p.89). Além disso, a influência do momento político vedava aos pesquisadores brasileiros a abordagem de temas e períodos relativos às causas do golpe e da ditadura militar, que estava em pleno vigor quando os brasilianistas se encontravam em evidência. Pelo lado norte-americano, o estudo de questões mais próximas ao presente remonta tanto ao pragmatismo, já referido, quanto à influência que a teoria da modernização exerceu sobre a escolha dos temas e períodos. Influência essa que mais uma vez alude à política externa dos Estados Unidos, numa relação que vem desde a origem do brasilianismo histórico, retomando o conceito de Meihy. Entre as décadas de 1950 e 1960, o período nacional se torna mais estudado

[...] pela maior atenção dispensada às questões do desenvolvimento econômico e político nos séculos XIX e XX pelos pesquisadores, motivados, entre outras questões, pelas agências financiadoras após a Revolução Cubana, que viram nesse período as raízes e os fatores explicativos para as revoltas da década de sessenta nos países do continente (CARRIJO, 2007, p.60).

Daí em parte a suspeita que cercou os brasilianistas quando esses se tornaram conhecidos para os pesquisadores e para o público no Brasil. A conjuntura política da época teve influência decisiva na recepção das obras, polarizando as avaliações sobre essa historiografia durante anos. Pois no período em que a primeira geração de brasilianistas reconhecida como tal pelos brasileiros se formava e começava suas pesquisas, o Brasil atravessava um período de instabilidade política que culminou com o golpe militar em 1964. No entanto, deve-se destacar que a percepção dessa imagem foi diferente em cada país, como afirma Paulo Roberto de Almeida:

No intenso período de fermentação social que corresponde ao final do governo Kubitschek e à sucessão de crises político-militares dos governos Quadros-Goulart, estava nascendo, na prática, a personagem “*brazilianist*” enquanto cientista social, [...] e como tal identificado pela comunidade acadêmica brasileira, mesmo se em sua instituição de origem ele não tivesse, habitualmente, de manter tal concentração de estudos com seus alunos matriculados em cursos orientados para uma grade disciplinar tradicional (ALMEIDA, 2002, p.41).

Dessa forma, enquanto nos Estados Unidos o brasilianismo, mesmo no auge do número de pesquisadores e dissertações, permaneceu como um ramo menor dos estudos latino-americanos, para a comunidade acadêmica brasileira ele adquiriu o aspecto de uma ameaça ou invasão. Somado a isso, as crises que o Brasil atravessava nesse mesmo período combinadas ao alinhamento entre o governo norte-americano e a ditadura militar recém-instalada contribuíram para alimentar a imagem dos brasilianistas como agentes a serviço da política externa dos Estados Unidos. Outro aspecto a ser considerado é a diferença de recursos disponíveis para a formação de pesquisadores e trabalhos entre os dois países. Nesse ponto, os brasileiros se viam em nítida desvantagem, conforme afirmou José Carlos Meihy:

Ilhados em círculos universitários pouco abertos ao envio de nossos pesquisadores ao exterior, os brasileiros do raiar dos anos 60 se viam perplexos ante a multiplicação de tipos que se denominavam *brazilianist*. Nutridos com bolsas de estudos, que por pior que fossem eram boas se comparadas aos salários brasileiros, criavam-se situações que contrastavam as possibilidades das partes (MEIHY, 1990, p.38).

Além das diferenças econômicas, que eram mais vantajosas para os pesquisadores norte-americanos, nesse trecho também podemos observar um senso de comunidade acadêmica que ainda era muito incipiente no Brasil.²⁴ Na introdução de *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Francisco de Assis Barbosa apontava para a disparidade entre os estudantes brasileiros e norte-americanos no nível da pesquisa, sobretudo quanto aos recursos disponíveis: “Ao contrário do que acontece entre nós, o estudante americano não é desamparado material e intelectualmente. Desde que demonstre aptidões, recebe logo uma bolsa que lhe garante a manutenção e o pagamento do ensino” (SKIDMORE, 2000, p.6). Ainda que se tratem de afirmações generalizantes, importa que elas contêm uma crítica ao ensino brasileiro, tanto pela falta de subvenções para a formação de pesquisadores quanto pela falta de professores qualificados para conduzir tais pesquisas. Assim, a reação ante a chegada dos brasilianistas também pode ser vista como uma defesa da comunidade acadêmica enquanto espaço dominado pelos nacionais.

Quando o brasilianismo se tornou tema de discussão no Brasil, foi com a imagem de ameaça que ele foi apresentado ao público em geral. Além disso, ele foi apresentado como um fenômeno homogêneo, considerado mais pelas suas possíveis implicações políticas do que pela análise dos trabalhos específicos: “Até mesmo nas resenhas e entrevistas, onde normalmente é focalizado um único autor, não faltam parágrafos (ou perguntas) sobre o interesse mais geral dos norte-americanos pelo Brasil” (MASSI, 1990, p.31). Esse interesse pelo Brasil era visto com orgulho e temor, pois se o país aparecia como importante também se temia que os pesquisadores estrangeiros em pouco tempo ocupassem os lugares dos brasileiros. Ao comparar as situações dos acadêmicos entre os dois países, José Honório Rodrigues afirma que

A visão norte-americana da história do Brasil não é a visão brasileira, e se deve limitar, em cada departamento de história, o número de professores estrangeiros, para que haja um equilíbrio em nossa história ao nível superior. Porque é do nível superior que vem a formação média e desta a primária. E se nessa cadeia se atinge, com a interpretação estrangeira, ao nível primário, um sério perigo multinacionalizador ameaçaria a nossa mocidade (RODRIGUES, 1976, pp.194-195).

²⁴ A título de comparação, vale observar que a Associação Nacional de História – Anpuh, foi fundada apenas em 1961, ou seja, mais de 70 anos depois da *American Historical Association*. Sobre a Anpuh, ver: <http://site.anpuh.org/index.php/quem-somos>. Acessado em 31/03/15. Sobre a profissionalização do ensino e da pesquisa história nos diversos estados, ver: GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh*. São Paulo: Contexto, 2011.

Por faltar aos norte-americanos a “consciência nacional” necessária para a pesquisa e o ensino da história, Rodrigues receava que as interpretações sobre o nosso passado ficassem a cargo de estrangeiros, prejudicando a formação de uma consciência história pelos próprios brasileiros. Na imprensa, um dos primeiros artigos a respeito do tema foi “A história do Brasil: o passado do país está sendo escrito em inglês”, de Elio Gaspari, publicado como capa da revista *Veja* de 24 de novembro de 1971. Nesse artigo, além de citar diversos pesquisadores norte-americanos com trabalhos então recém-publicados sobre o Brasil nos Estados Unidos, o autor compara desfavoravelmente a situação dos arquivos e dos pesquisadores brasileiros em relação a eles, como neste caso envolvendo o Rio Grande do Sul:

Há pouco tempo, diante da notícia de que os arquivos do velho patriarca Borges de Medeiros haviam sido levados para os Estados Unidos, Porto Alegre foi acometido por uma onda de nacionalismo cultural. [...] Essa demonstração foi puramente emocional, pois os papéis de Borges continuam sendo pouco pesquisados e, se algum americano tiver de consultá-los, não precisará sair de casa, pois o último livro sobre a história do Rio Grande do Sul foi editado pela Universidade de Stanford e escrito por Joseph Love, que trabalhou sobre os documentos de Borges e certamente microfilmou os mais importantes.²⁵

Assim, tanto no discurso acadêmico quanto no jornalístico transparece a imagem de descaso do Brasil com a sua própria história, enquanto que os norte-americanos, mais bem preparados, estariam ocupando esse campo. O brasilianismo tornou-se tema de discussão, entre tantos fatores, porque através dele se avaliava a formação e a produção dos historiadores nacionais: “Se levada à consequência mais extrema, no fundo, ao se discutir o brasilianismo e suas oposições, coloca-se em juízo a imagem historiográfica do Brasil” (MEIHY, 1984, p.77). E acreditamos que esse foi mais um dos motivos pelos quais o brasilianismo, sobretudo nos primeiros tempos, suscitou tantas reações entre acadêmicos e até mesmo entre o público não especializado. Em sua avaliação sobre o brasilianismo, Meihy distinguiu quatro etapas de recepção ao fenômeno dentro do Brasil: uma fase conceitualista, entre o final dos anos 1960 e começo dos 70; uma fase de rejeição absoluta, na primeira metade da década; uma fase de rejeição parcial, a partir da segunda metade dos anos 70 e uma fase de avaliação, entre o fim dos anos 70 e

²⁵ GASPARI, Elio. “A história do Brasil – O passado do país está sendo escrito em inglês”. *Revista Veja*, 24/11/71. p.38. Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>, acessado em 15/02/15. Na matéria há uma página com as capas da “torrente de publicações sobre o Brasil escritas por americanos”. O livro de Love citado na matéria chama-se *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*, publicado no Brasil em 1975.

meados da década de 80 (idem, p.90). Mais do que uma definição exata sobre o assunto, essa classificação importa para apontar as diferentes reações ao brasilianismo no decorrer do tempo, reações essas que foram bastante condicionadas pela situação política que o Brasil atravessava.

Ainda que nem todos os pesquisadores pudessem ser considerados como alinhados ao governo norte-americano, que apoiava o governo militar no Brasil, foi por essa associação que grande parte da produção brasilianista foi rejeitada nos primeiros anos. Regina da Luz Moreira afirma que neste período “[...] “brasilianista” deixou de ser uma designação temática, tornando-se um rótulo com forte conotação pejorativa, empregado pela imprensa, para quem a polêmica era a disputa entre os estrangeiros e os nacionais” (MOREIRA, 1990, p.67), polarizando o debate entre os brasilianistas de um lado e a comunidade acadêmica brasileira do outro. Além das suspeitas sobre o uso político desses trabalhos, também se questionava a qualidade científica de grande parte da produção. Tais críticas, além das motivações políticas, por vezes também remetiam às diferenças de formação entre as duas historiografias, já esboçadas anteriormente.

Mesmo quando a obra de um brasilianista foi bem avaliada, podemos observar o quanto a conjuntura política influenciou na recepção às obras, como no caso de Ralph Della Cava. Autor de uma pesquisa sobre a atuação do Padre Cícero no Ceará, ele foi considerado “um brasilianista atípico” pela revista *Movimento*, pois sua obra seria capaz de influenciar a historiografia brasileira (MASSI, 1990, p.34). Além do juízo negativo sobre os brasilianistas em geral, tal avaliação considerava a importância da historiografia feita pelos norte-americanos sobre o Brasil na medida em que ela fosse capaz de servir de referência para os historiadores brasileiros. Desse modo, mais uma vez o debate foi posto em termos nacionais, levando pouco em conta as filiações teóricas dos autores. Além disso, Della Cava publicou *Torture in Brazil*, texto de 1970 no qual denunciava a existência de torturas praticadas pelo regime militar brasileiro (MEIHY, 1984, p.91), o que contrariava a imagem do brasilianista “típico” como agente a serviço dos interesses do governo norte-americano.

Em sua avaliação sobre o brasilianismo, José Honório Rodrigues afirma que existe uma produção bastante proveitosa, mas também muitos trabalhos de pouco valor, sobretudo uma bibliografia “policy oriented”, que “[...] teve por finalidade – daí a grande ajuda financeira – a informação política para vários órgãos do governo americano”

(RODRIGUES, 1976, p.194). Mais uma vez, percebe-se a diferença entre a imagem do brasilianista nos Estados Unidos e no Brasil, onde um ramo menor da historiografia norte-americana sobre a América Latina se destacava pela quantidade de recursos disponíveis e pelas possíveis filiações políticas de seus trabalhos. No entanto, Robert Levine aponta que o contexto político e social nos Estados Unidos também estava alterando a orientação desses trabalhos, levando inclusive à investigação de novas temáticas:

No final dos anos 60, sobretudo após o recrudescimento da repressão no Brasil após 1968, muitos, senão a maioria dos jovens pesquisadores estrangeiros no Brasil eram solidários com os opositores do regime. Não foi por acaso que muitos acadêmicos passaram então a investigar tópicos não-tradicionais: estudos de comunidades de base religiosas, fracasso da reforma agrária, agressão à floresta tropical, história da escravidão (LEVINE, 2002, p.62).

Essa tendência contrariava a orientação dos estudos conforme a teoria da modernização clássica, anteriormente comentada por Marcos Carrizo. Porém, ao mesmo tempo em que a historiografia abarcava novos temas, havia uma reorientação nos estudos relacionados à teoria da modernização, principalmente após o fracasso da Aliança Para o Progresso. Diante de um crescimento econômico sem distribuição de renda e com sucessivos golpes e ditaduras militares na região, alguns estudiosos se voltaram para as possíveis origens desses acontecimentos na formação histórica dos países. Assim, o papel dos militares na política nacional brasileira passou a ser objeto de estudo mais detalhado, remetendo desde a primeira década da República até o tenentismo e o governo Vargas²⁶. Além disso, certos pesquisadores reavaliaram a atuação dos militares na América Latina, considerando-os como um fator de estabilidade capaz de levar à modernização desses países. Algumas dessas pesquisas foram financiadas pela *Rand Corporation*, fundação criada pela Força Aérea Norte Americana²⁷, assinalando uma mudança na política externa do governo. Se nos tempos da Aliança para o Progresso se enfatizava a ajuda econômica, o aumento das classes médias e a democratização, a partir do final dos anos 60 o foco se concentrou na modernização militar, relacionando ordem e desenvolvimento.

²⁶ Uma relação de trabalhos mais voltados para a atuação dos militares na vida política nacional pode ser encontrada em: RAMOS, Dulce Helena Álvares Pessoa. *Um exemplo de pesquisa bibliográfica como elemento da pesquisa pública: as teses americanas sobre o Brasil (1960-1970)*. São Paulo: Revista de história, 1977. pp.77-78.

²⁷ Alguns trabalhos nesta tendência são mencionados em CARRIJO, 2007, p.79.

Entretanto, tais reavaliações não significaram um abandono completo da teoria da modernização. Se boa parte da produção até o fim da década de 1960 compreendia as mudanças que a região atravessava em termos de sucesso ou fracasso em direção a uma sociedade industrial com um governo democrático, as críticas se concentraram mais nos métodos do que nos objetivos,

[...] mantendo vivos muitos dos pressupostos liberais que sustentavam as proposições da política exterior e do ambiente acadêmico estadunidense, otimistas de que o progresso nos moldes do vizinho ao norte devia ser perseguido, mesmo que por outros caminhos (CARRIJO, 2010, p.11).

Outro ponto de bastante controvérsia foi a criação do “Projeto Camelot”, encomendado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos ao *Special Operations Research Office (SORO)* em 1964. Através de uma vasta coleta de dados políticos, econômicos e sociais dos países latino-americanos, o objetivo desse Projeto consistia em “[...] promover um levantamento capaz de determinar “um modelo” geral de sistemas sociais que possibilite prever e influenciar os aspectos politicamente importantes da mudança social nas nações em desenvolvimento do mundo” (MEIHY, 1990, p.46), e foi alvo de denúncias e acusações desde a sua descoberta. Além das críticas sobre as finalidades políticas do projeto, também se questionava a validade científica de tais pesquisas, acusadas de serem ancoradas num empirismo de pouca profundidade teórica. Esse conhecimento estava lastreado numa visão da cultura como instrumento de dominação, e do saber como algo a ser esquematizado até o ponto de sua utilização em ações específicas (MEIHY, 1984, p.65). Dessa forma, as ciências sociais influenciavam as ações dos órgãos de inteligência, tanto para fornecer informações sobre guerrilhas e movimentos antiamericanos quanto em projetos governamentais para a região. Dentre as críticas que os brasileiros faziam ao Projeto, como aponta Robert Levine,

[...] suspeitava-se que os que tinham vindo ao Brasil para estudar línguas indígenas mantinham ligações com o *Summer Institute of Linguistics*; algum tempo depois, descobriu-se que determinados membros dessa entidade eram espiões a serviço dos Estados Unidos (LEVINE, 2002, p.66).

Denunciado na imprensa por intelectuais como Otto Maria Carpeaux,²⁸ o “Projeto Camelot” fracassou, tornando-se um escândalo internacional. Além disso, o malogro do projeto alimentou a imagem negativa dos brasilianistas em geral, distanciando as duas

²⁸ Sobre as denúncias ao projeto na imprensa brasileira, ver: MEIHY, 1990, p. 47.

comunidades acadêmicas por muito tempo. Mas o afastamento entre as duas escolas não se deu somente por razões políticas, como também teóricas. Embora o Projeto realçasse estes aspectos num grau mais elevado, a sistematização de informações com uma finalidade específica “[...] derivava de uma tendência analítica que sempre caracterizou a ciência norte-americana em geral, qual seja, um saber preocupado com a quantificação, com a coleta de dados, com a cronologização” (MEIHY, 1984, p.68), ainda que essas características não definissem a cultura universitária dos Estados Unidos como um todo.

Um caso bastante chamativo dessa tendência, e das discussões que isso gerou entre as duas comunidades acadêmicas, foi a contratação de Stanley Hilton pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 1972. Especialista em história contemporânea do Brasil, ele foi chamado para implantar e dirigir o Centro de Estudos de História Contemporânea no Brasil, ligado ao Arquivo Nacional, além de assumir o curso de teoria e prática da pesquisa histórica no programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. A contratação de um profissional estrangeiro para dirigir o ensino e a pesquisa de assuntos nacionais foi justificada como uma forma de despertar o interesse pelo estudo de nossa história recente, mas como apontou Regina da Luz Moreira,

Sua escolha muito provavelmente se deu não apenas por sua especialização em história contemporânea do Brasil [...], mas pelo próprio conhecimento que possuía sobre as fontes primárias contemporâneas brasileiras: entre 1966 e 1972, realizou cinco viagens de estudo ao Brasil, ocasião em que pesquisou nos arquivos privados de Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Afrânio de Melo Franco, Hildebrando Acioli, Afonso Arinos de Melo Franco [...] (MOREIRA, 1990, p.70).

A reação foi quase que imediata. No I Congresso Brasileiro de Arquivologia, em outubro do mesmo ano, a discussão se polarizou entre Hilton e Hélio Silva. Enquanto o norte-americano afirmava que os brasileiros temiam pesquisar a história contemporânea por medo das possíveis reações ao se revelarem fatos até então em segredo, Silva rebatia afirmando que havia interesse tanto por parte dos pesquisadores quanto pelas famílias que doavam seus arquivos. No fundo, o que estava em debate era a valorização do pesquisador brasileiro numa época de profissionalização incipiente, pois “[...] em nenhum país do mundo ocorreria a possibilidade de se entregar a um estrangeiro o encargo de organizar documentos até então desconhecidos das autoridades nacionais”,

no dizer de Regina Moreira (idem, p.71). Além disso, o debate entre os dois pesquisadores levantava outro ponto bastante controverso a respeito dos brasilianistas, que era o acesso a arquivos fechados para os estudiosos brasileiros.

Desde a identificação do brasilianismo enquanto tal, tanto na imprensa quanto na academia questionavam-se as supostas facilidades que os pesquisadores norte-americanos possuíam para consultar certos arquivos e realizar entrevistas com políticos e militares, enquanto que no Brasil vigorava a censura. Exemplo disso é o caso de Alfred Stepan, autor de *Os Militares na Política*, obra que pesquisou a formação e atuação das Forças Armadas brasileiras desde o período posterior a Segunda Guerra até 1968. Na reportagem de Elio Gaspari, é mencionado o fato de a pesquisa ter sido financiada por uma bolsa da *Rand Corporation*, além das entrevistas com personagens importantes na época, como o marechal Cordeiro de Farias e Golbery do Couto e Silva. Mais do que a pesquisa em si, o que atrai a atenção e os comentários sobre o trabalho de Stepan é o seu acesso privilegiado a esse tipo de fontes:

No entanto, talvez mais preciosas que as quatrocentas páginas sobre o comportamento político dos militares [...] sejam as três caixas de papelão onde guarda os manuscritos das entrevistas que fez, em três anos, em quartéis, escritórios e até mesmo nas salas de aula da Academia Militar das Agulhas Negras, onde esteve hospedado. Num dos lados de cada caixa estão, em letra miúda, nomes que no Brasil são permanentemente envolvidos pelo rótulo “ele não fala”.²⁹

Posteriormente, Alfred Stepan publicou *Authoritarian Brazil: Origins, Policies and Future*, uma coletânea de artigos de cientistas sociais sobre a situação brasileira pós-golpe.³⁰ Além do acesso a fontes interdidas para os pesquisadores locais, observa-se mais uma vez a vinculação entre o saber acadêmico e o tempo presente, reiterando a perspectiva pragmática do conhecimento que orienta boa parte da produção norte-americana. Contudo, esse privilégio não significou uma boa aceitação desses trabalhos por parte dos acadêmicos locais. Sobretudo após o AI-5, que afetou gravemente as universidades brasileiras, persistiu a impressão de que os brasilianistas vinham para ocupar o cenário e explicar a conjuntura do país, livres da censura que pesava sobre a intelectualidade local (MEIHY, 1984, p.64). Não por acaso a cobertura na imprensa se refere a um “exército dos chamados brasilianistas”, ou a “febre” brasilianista, afirmando

²⁹ GASPARI, Elio, 1971, p.36. De certa maneira, esses comentários se assemelham às críticas dirigidas ao próprio Gaspari quando do lançamento de seus volumes sobre a história da ditadura militar, pelo acesso exclusivo que teve aos arquivos privados de Golbery do Couto e Silva, por exemplo.

³⁰ Citada em MEIHY, 1984, p.88.

que o Brasil foi “tomado pelos norte-americanos”, o que reforçava a imagem dos brasilianistas como invasores e intrusos (MASSI, 1990, p.31). Por outro lado, alguns pesquisadores tiveram acesso a fontes privilegiadas justamente por terem mais facilidade em publicar o resultado de suas pesquisas nos Estados Unidos do que no Brasil. Robert Levine, que pesquisou o governo Vargas, menciona o acesso que teve a documentos pessoais entregues pela filha de Getúlio, e quais seriam os motivos:

Tendo chegado ao Brasil algumas semanas depois do golpe, consegui finalmente examinar os arquivos da polícia política (*DOPS*) no Rio de Janeiro, em Recife e Natal, para uma dissertação sobre a tentativa comunista de 1935; eu e Frank McCann tivemos acesso aos documentos de Getúlio Vargas por intermédio de sua filha, Alzira. Uma das razões que a levaram a tomar essa decisão foi que o regime militar tinha feito de Vargas um “ninguém”, ignorando seu papel na história recente do Brasil. Os americanos, raciocinou Alzira, teriam mais facilidade do que os brasileiros para publicar seu trabalho sobre Vargas e, por isso, ofereceu-se para cooperar (LEVINE, 2002, p.76).

Assim, observa-se que as condições políticas dentro do Brasil também influenciaram as pesquisas sobre o país nos Estados Unidos, embora nem sempre em sentidos convergentes. Pela carga pejorativa associada ao termo no Brasil, alguns procuraram se distanciar da classificação³¹, embora ela continuasse sendo atribuída à maioria deles por parte dos brasileiros. Contudo, as críticas nem sempre partiram apenas de pesquisadores brasileiros, mas também de norte-americanos. Richard Morse, especialista em história cultural e intelectual da América Latina, publicou uma série de artigos reunidos no livro *A volta de McLuhanaíma. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*, nos quais afirma haver uma incompreensão por parte dos norte-americanos quanto à cultura da América Latina, de trajetória diametralmente oposta. Segundo ele, essa visão criou uma lacuna na historiografia sobre a região, condicionando essas análises desde o princípio (CARRIJO, 2007, pp.15-16). Em seu levantamento sobre a trajetória do brasilianismo, Robert Levine aponta como os temas de pesquisa mudaram entre as décadas de 1960 e 70, concentrando-se mais em assuntos como raça, gênero, escravidão e as histórias de grupos além das elites. Contudo, essa mudança não correspondeu na época a uma mudança de paradigma quanto aos métodos e teorias que orientavam grande parte das dissertações. Apesar de algumas exceções,

[...] a produção acadêmica sobre o Brasil nos Estados Unidos mantinha-se fiel a um pensamento empírico, valendo-se de pesquisas

³¹ Como nas entrevistas de Richard Morse, Kenneth Maxwell e Ralph Della Cava citadas em MASSI, 1990, p.32

de campo e do uso exaustivo de documentação formal. Com exceção de historiadores do trabalho e estudiosos da teoria da dependência, os pesquisadores americanos não davam grande atenção a questões teóricas. As consequências foram desastrosas. À suspeita que cercava os “brasilianistas” somava-se agora a acusação de que a pesquisa americana sobre o Brasil carecia de sofisticação teórica, sendo, por conseguinte, irrelevante ou mesmo inútil (LEVINE, 2002, p.67).

Além de alimentar as críticas dos que viam a produção brasilianista como simples coleta de dados, segundo Levine, isso acabou desinteressando estudantes brasileiros de fazerem pós-graduação nos Estados Unidos durante muitos anos, preferindo países europeus, sobretudo a França. Nesse mesmo tempo, a ascensão do pós-modernismo nas ciências humanas ocasionou novas críticas a essa produção. Sob a influência de autores como Antonio Gramsci, Michel Foucault, Edward Said e Michel de Certeau, entre outros, essa vertente deslocou a ênfase dada à análise das relações entre política e sociedade para o estudo dos vínculos entre política e cultura (idem, p.68). Levine acentua a cisão que isso criou entre os brasilianistas, de abordagens mais tradicionais, em relação aos Estudos Culturais, que incorporaram os novos conceitos aos seus estudos.

As diferenças entre os acadêmicos norte-americanos, porém, não se davam somente por um viés teórico. Assim como no Brasil, embora num contexto diferente, a opção de estudar a América Latina e o Brasil também adquiria conotações políticas. Numa palestra de 2001, Barbara Weinstein mencionou o quanto o estudo de regiões do terceiro mundo representava também um posicionamento político, identificando o estudo da América Latina a partir da década de 1960 com a causa socialista e sua viabilidade. Por outro lado, essa escolha a colocou num lado oposto às correntes historiográficas mais tradicionais: “Considerarei elitistas ou retrógrados os colegas que optaram por estudar a história política dos Estados Unidos ou a história intelectual dos países europeus” (idem, p.62). Portanto, podemos observar que também entre os norte-americanos havia controvérsias quanto às definições e abordagens do brasilianismo. As discussões chegaram ao ponto do rompimento quando um grupo de estudiosos ligados aos estudos empíricos mais tradicionais se desligou da Associação Americana de História e fundou uma entidade própria, a Sociedade Histórica de Boston (idem, p.70). Assim, o brasilianismo aparece como um fenômeno mais complexo do que a simples definição de um grupo de pesquisadores norte-americanos que estudam assuntos relativos ao Brasil. Tanto num país quanto noutro, os significados associados ao brasilianismo variaram

conforme o tempo e os tópicos de estudo, e foram objeto de críticas e avaliações nos dois contextos acadêmicos.

Em sua avaliação, Paulo Roberto de Almeida considera que o brasilianismo declinou ao longo dos anos 70 na medida em que o Brasil realizava uma “substituição de importações” no campo das ciências sociais. O aumento dos investimentos governamentais em bolsas de estudos para a formação de pós-graduandos no exterior, assim como o aumento no volume de trabalhos científicos publicados em periódicos especializados levaram à maior profissionalização das ciências sociais brasileiras, diminuindo a disparidade de recursos entre as duas comunidades acadêmicas (ALMEIDA, 2002, p.46). Ao mesmo tempo, observa-se uma queda na quantidade de pesquisas relativas ao Brasil nos Estados Unidos. Em seu levantamento, Judy Bieber aponta uma diminuição gradual no número de dissertações produzidas entre meados da década de 1970 e a metade dos anos 90: de 61 dissertações entre 1970 e 1974 o número cai gradativamente até 17 entre 1990 e 1994 (BIEBER, 2002, p.202). Esse declínio, entre outros motivos, foi resultado de uma reorientação na política externa, acompanhada de cortes nas subvenções que financiavam as viagens e estudos dos pesquisadores no Brasil. Como afirma Robert Levine, muitas fundações passaram a englobar outras regiões do mundo na concorrência por bolsas que antes eram destinadas especialmente para a América Latina (LEVINE, 2002, p.71). Nesse cenário, a concessão de bolsas voltadas especificamente para o Brasil se tornou extremamente rara. E José Carlos Meihy, em seu ensaio de 1984 sobre o tema, avaliou que

Enquanto aqui se procura analisar e proceder uma revisão do conteúdo desta fatia historiográfica chamada brasilianismo, nos Estados Unidos dá-se o inverso, ou seja, decresce sensivelmente o interesse de estudos sobre o Brasil. Certamente as questões ligadas ao Oriente e à América Central agora abrigam muito mais expectativas (MEIHY, 1984, p.98).

Nesse mesmo período, aproximadamente a partir do fim dos anos 1970, na América Latina se davam os processos de abertura política dos regimes militares de diversos países em direção à democracia, enquanto que as atenções do Departamento de Estado norte-americano se voltavam para regiões com maior potencial de conflito. Assim, observa-se que desde o auge dos estudos brasilianistas, entre meados das décadas de 1960 e 70, até o seu declínio posterior, tanto causas políticas como acadêmicas influenciaram no direcionamento dos estudos. Pois embora as subvenções do governo e fundações tenham sido fundamentais para a constituição de um corpo de pesquisa, as

mudanças teóricas e metodológicas também mudaram seu curso. Como advertiu José Carlos Meihy sobre os riscos de se tomar o brasilianismo apenas como instrumento da política externa dos Estados Unidos, “[...] a cultura acadêmica tem ritmos próprios e que sua instrumentalização, em qualquer contexto, não se faz sem contradições giros e negações” (MEIHY, 1991, p.128). Numa visão mais “interna” do fenômeno, Robert Levine aponta que

Nos Estados Unidos, um pesquisador pode dedicar toda sua vida acadêmica a pesquisar o Brasil, mas, do ponto de vista do empregador – normalmente uma universidade com cursos de graduação e pós-graduação – o professor universitário deve não só lecionar matérias estranhas à área de pesquisa como também se manter atualizado em sua própria disciplina. Contam-se nos dedos os “brasilianistas” cuja atividade profissional envolva somente estudos brasileiros (LEVINE, 2002, p.59).

Portanto, a existência de pesquisadores dedicados a questões relativas ao Brasil não significa necessariamente uma autonomia dentro do sistema universitário norte-americano. E é nele que a grande maioria dos brasilianistas atua, tanto na docência quanto sendo o público que avalia esses trabalhos. Daí também a advertência de Levine quanto “[...] a suposição enganadora de que todos os brasilianistas compartilham da mesma motivação, das mesmas metodologias, dos mesmos objetivos eruditos” (idem, p.78), pressupondo uma hegemonia de formação que nunca existiu totalmente.

Pelo lado brasileiro, a rejeição ao brasilianismo diminuiu conforme a conjuntura política se reabria. Pois enquanto o Brasil atravessava o auge da repressão política e da censura, com muitos pesquisadores exilados, “[...] o brasilianismo americano viveu provavelmente seus momentos de maior prestígio e de inquestionável consagração acadêmica”, no dizer de Paulo Roberto de Almeida (ALMEIDA, 2002, p.45). Essa percepção não escapou aos brasileiros, que viram na sincronia entre um e outro fenômeno uma ação conjunta entre os dois grupos. Além disso, diante do fechamento político o antibrasilianismo tornou-se uma forma de manifestação contra o regime militar através da crítica a um grupo identificado como aliado. Ao associar o brasilianismo ao imperialismo, “O antibrasilianismo afluía como um nacionalismo intelectual e se desdobrou na mesma medida que as chances de discussão da nossa problemática eram trocadas pela propaganda política do regime imposto”³². Contudo,

³² MEIHY, 1984, p.11. Ao mesmo tempo, um levantamento sobre o trabalho das fundações de apoio à pesquisa vinculadas a grandes empresas mostra um cenário mais complexo. Além do artigo de Lina Faria e Maria Conceição da Costa, já referido, o texto de Elizabeth Station e Cristopher Welna sobre a trajetória

essa visão levou ao equívoco de esvaziar o conteúdo acadêmico do brasilianismo, expondo somente o caráter político dessa produção e passando a explicar o primeiro somente em função do segundo. Disso decorreu a identificação de todo brasilianista como parte de um grupo hegemônico do qual às vezes havia exceções, como o caso de Warren Dean, referido como “historiador norte-americano” em vez de brasilianista por conta da avaliação positiva a respeito de seu trabalho³³.

Assim, percebemos que a trajetória do brasilianismo teve vários sentidos. Embora a literatura sobre o Brasil feita por norte-americanos venha desde o século XIX, a constituição de um ramo de estudos profissional, com a formação de professores, bolsas de estudo e publicações acadêmicas, se deu principalmente a partir das décadas de 1950 e 60. A influência da política externa norte-americana é presente desde os primeiros estudos, e o grande impulso para a profissionalização do campo veio por razões políticas, sobretudo a Revolução Cubana em 1959. Ademais, cabe ressaltar que o brasilianismo esteve inserido desde o princípio como um ramo menor dos estudos latino-americanos, dentro do qual ele foi uma especialidade.

Feito esse balanço sobre o brasilianismo, contexto no qual o trabalho de Riedinger se insere, passaremos para a leitura de outros autores sobre Kubitschek e o período. Afinal, ao contrário dos textos de circulação acadêmica, *Como se faz um presidente* foi publicado com vistas ao chamado grande público, que em sua grande maioria não conhece os debates teóricos em torno do assunto. Em função disso, quase todas as referências externas ao texto, como as notas de rodapé, foram suprimidas, o que nos leva a ter de buscar os diálogos entre Riedinger e suas referências numa leitura comparativa entre eles. Entre a ênfase nos feitos do personagem JK e as referências à política econômica e ao sistema político da época, veremos de que maneiras *Como se*

da Fundação Ford no Brasil afirma que a conjuntura política da época mudou o foco dos investimentos, o que nem sempre se deu em sintonia com o governo militar: “[...] à medida que a ditadura, com o fechamento dos partidos e a indicação de prefeitos e governadores, limitava progressivamente a participação política e cidadã nas decisões públicas e na elaboração das políticas, o Escritório do Brasil preferiu “apostar nas ciências sociais” por serem um refúgio de intelectuais e de ideias”. STATION; WELNA, 2002, p.171. Além disso, os autores destacam o papel fundamental da Fundação na criação de institutos como o Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj) e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) como locais de pesquisa e emprego de diversos professores universitários que haviam sido cassados pelo regime. Ver STATION, Elizabeth e WELNA, Christopher J. (2002), “Da Administração Pública à Participação Democrática”, In: N. Brooke e M. Witoshynsky (orgs.), *Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora da Universidade de São Paulo/ Fundação Ford, 2002, pp. 167-197.

³³ Na avaliação da revista *Movimento*, em MASSI, 1990, p.34.

faz um presidente se afasta ou se aproxima dessas abordagens, configurando-se também numa narrativa própria sobre esse período.

3 A TESE E O LIVRO

3.1. Os significados das notas

Para realizar uma análise das fontes utilizadas por Riedinger na escrita de *Como se faz um presidente*, uma estratégia relativamente comum seria a leitura das notas de rodapé ao longo do texto. “Relativamente” porque, como se pode ver de acordo com a edição brasileira, grande parte das notas foi suprimida no livro. Em se tratando de uma edição publicada por uma editora não especializada, destinada ao público em geral, tal procedimento não constitui novidade; no entanto, o trabalho de Riedinger origina-se de uma pesquisa acadêmica. Desse modo, quais foram as possíveis alterações entre a tese defendida na Universidade de Chicago e sua edição brasileira, publicada dez anos depois? Embora não constasse no horizonte original desta dissertação, tal questionamento se impôs conforme a pesquisa avançava, diante da dificuldade em apurar quais as obras mencionadas por Riedinger e de que maneira ele se referiu, combinou, refutou ou dialogou com esses trabalhos ao longo de sua narrativa.

As diferenças entre a versão norte-americana e a brasileira de *Como se faz um presidente* serviram ao mesmo tempo como uma forma de avaliar os tipos de fontes e as principais referências das quais Riedinger se serviu no decorrer de seu texto. Neste ponto, o fato de ser um trabalho originalmente acadêmico foi fundamental, pois uma vez de posse dessa versão foi possível verificar a quantidade de notas retiradas do livro em português e sobre quais obras essas notas fazem referência. A uma primeira leitura percebe-se que nem todas foram eliminadas, ao que podemos questionar o motivo dessa seleção. Talvez o critério para apagar grande parte das referências, ao mesmo tempo em que algumas foram mantidas, visasse aquilo que Marjorie Garber define como “efeitos de saber”:

O traço distintivo da nota de rodapé – o fetiche da nota de rodapé, se preferirem – continuou como um marco da fronteira entre profissionais e amadores. Jornalistas de revistas e jornais, é claro, nunca usam notas de rodapé. (...) Isso cria o que podemos chamar de “efeito de saber”: ao apagar todos os vestígios das fontes de informação, orais ou escritas, o jornalista parece autossuficiente, onisciente, independente e completo (GARBER, 2003, p.45).

No entanto, o trabalho de Riedinger não é jornalístico, conforme sua trajetória editorial demonstra. Ainda que a supressão da maioria das notas na edição brasileira possa ter

visado esse efeito diante de um público não especializado, a versão original contém centenas de referências. Assim, o “efeito de saber” pode explicar a forma pela qual o trabalho chegou ao Brasil, mas não alcança o estágio anterior de sua elaboração, escrita e defendida diante de um escrutínio acadêmico. Além do mais, as notas de rodapé podem ser lidas de mais de uma maneira. Elas não apenas servem para fazer referência às fontes pesquisadas, como podem revelar filiações teóricas e recursos argumentativos de seu autor. Seu surgimento e transformação acompanham o curso da historiografia, conforme alguns trabalhos sobre o assunto demonstram. Em *As origens trágicas da erudição*, Anthony Grafton alerta para o quanto as notas e citações acabam por se dirigir à comunidade acadêmica da qual um determinado trabalho faz parte:

As citações em obras científicas – como mostraram inúmeros estudos – fazem muito mais do que identificar as origens das ideias e as fontes dos dados. Elas refletem os estilos intelectuais de diferentes comunidades científicas nacionais (...). Elas podem se referir não apenas às fontes exatas dos dados dos cientistas, mas também a teorias mais gerais e a escolas teóricas com as quais desejam ou esperam ser associadas (GRAFTON, 1998, p.23).

Ao comparar o uso das notas de rodapé por historiadores italianos e alemães, Grafton aponta para as estratégias argumentativas de uns e outros no decorrer de seus trabalhos. Pelo contexto de origem e o meio no qual circulam, os trabalhos acadêmicos visam sobretudo aos próprios pares, que conferem um valor ao texto de acordo com os critérios específicos ao ofício. Nesse contexto, as notas não apenas têm um caráter informativo, como também de convencimento e filiação teórica, por vezes sendo fonte de polêmicas com outros autores. Tanto quanto a historiografia, também as notas de rodapé acompanham as mudanças e exercem funções de acordo com os requisitos de sua época:

Em uma sociedade moderna, impessoal, na qual os indivíduos precisam, para a maioria dos ofícios, confiar em outros dos quais nada sabem, as credenciais fazem o que a recomendação pessoal costumava fazer: elas dão legitimidade (idem, p.19).

No caso de Riedinger, as notas de rodapé ao longo de sua tese apresentam outra peculiaridade em relação ao que se costuma ver nesse tipo de aparato acadêmico. Em

vez de apresentar a citação direta do texto referido na nota correspondente, as notas são dispostas ao longo de um texto “corrido”, sem interrupções, como nesta passagem³⁴:

Cabia agora ao PSD, através de cautelosas manobras – primeiro dentro do seu diretório nacional, depois através de uma convenção nacional – ratificar e efetivar sua candidatura. Durante a convenção do PTB, o partido tivera o cuidado de autorizar o comitê executivo nacional a renegociar os postos de presidente e vice-presidente sem a necessidade de nova convenção (RIEDINGER, 1988, p.161).

No texto da tese, logo após este trecho, há uma nota de rodapé fazendo referência a três edições do *Correio da Manhã* (doravante CM), um número da revista *O Cruzeiro* e outro do *Jornal do Brasil* (doravante JB), além de uma entrevista com Osvaldo Penido, que participou da campanha JK. Dessa maneira, outras questões se levantam ao pesquisador, como saber de que maneira o autor menciona e combina fontes diferentes na construção do próprio texto. Neste ponto, as reflexões de Antoine Compagnon sobre o processo de citação nos parecem especialmente pertinentes. Num primeiro momento, o autor assinala em cada texto uma distinção entre sentido e fenômeno que, apesar de inseparáveis, não se confundem. Enquanto fenômeno, o texto é um trabalho de recortar e colar a partir de outros textos; enquanto sentido, é “[...] uma rede de forças que trabalham e deslocam”. A citação seria o lugar onde ambos se cruzam, onde a correlação e a dinâmica entre eles se torna mais evidente. Desta forma, a citação funciona como “[...] um operador trivial de intertextualidade”, mobilizando a capacidade do leitor em ir e vir entre dois textos que não se equivalem nem se repetem entre si (COMPAGNON, 1996, pp.58-59).

Ao analisar textos da antiguidade sobre a retórica, Compagnon destaca a inexistência de um termo específico o ato de citar em grego e latim, ressaltando o quanto esta categoria foi sendo configurada historicamente. Mais importante do que repetir as palavras, os antigos consideravam a retórica como um trajeto do pensamento ao enunciado, o que garantia sua autenticidade. O contrário disso seria a *vox*, mera repetição mecânica dos termos, uma máscara com a qual o orador se deixaria possuir pelo discurso de outro sem elaborá-lo no pensamento (idem, pp.62-63, pp.87-88). Apenas com o surgimento da imprensa e a possibilidade de se produzir uma série de cópias de um mesmo livro é que

³⁴ O texto correspondente na tese é o seguinte: “His candidacy was now left to go into effect through cautious steps as the P.S.D., first through its national directory, then through a national convention, ratified him. In the P.T.B. convention, the national executive committee had carefully been left with the authority to renegotiate the presidential and vice presidential positions without calling a convention” (RIEDINGER, 1978, p.206). As referências sobre Penido constam em RIEDINGER, 1988, p. 72 e 246.

os princípios de regulação do discurso foram se alterando, processo no qual a citação foi um dos últimos recursos a ser definido.

Feitas estas considerações, talvez possamos ler as notas de referência em Riedinger como um trabalho de assimilação de outro texto no seu próprio, indo além do simples acúmulo de referências. O cruzamento entre sentido e fenômeno seria assim mais elaborado, passando da exposição destacada no texto para uma incorporação das fontes em um formato próprio, de acordo com o trabalho do autor. Certamente seria descabido comparar o texto de Riedinger com os tratados da antiguidade sobre retórica, mas as observações de Compagnon apontam para outras concepções sobre a escrita e o ato de citar, conceitos esses que se mostram em constante elaboração. Se as concepções mais amplas que orientaram a escrita de *Como se faz um presidente* nos são inacessíveis, ao menos as características formais do trabalho de Riedinger permitem-nos refletir sobre as possibilidades que se apresentavam no processo de sua elaboração.

A disposição de um texto acadêmico sem citações destacadas do corpo principal, por exemplo, pode ser um recurso para atenuar os processos nos quais a ação do autor seria mais evidente. Combinado a uma intriga apresentada de forma cronologicamente linear, *Como se faz um presidente* parece evitar uma consideração que a crítica historiográfica incorporou a partir dos estudos literários, a saber, a seletividade que opera em toda escrita da história³⁵:

[...] a supressão implícita do princípio seletivo no labor historiográfico desconsidera desde as escolhas conscientes feitas ao longo de todo o processo de investigação e exposição da matéria histórica até as lacunas involuntárias apresentadas no texto desse profissional. O historiador também tem um ponto de vista, e o fato de tê-lo irá repercutir tanto no seu inquérito quanto na sua resolução textual (ELMIR, 2004, p.100).

Contudo, até que ponto essa disposição foi deliberada? Em se tratando de um trabalho universitário, portanto avaliado por um conjunto de especialistas na mesma área, podemos inferir que seu procedimento não era incomum para o meio no qual foi produzido. Uma questão passível de análise, mas que escapa aos limites deste trabalho, seria avaliar a produção acadêmica brasilianista em fins da década de 1970 a ponto de

³⁵ Em sua obra clássica sobre o assunto, Michel de Certeau já alertava para a participação e os pressupostos do historiador na disposição dos eventos históricos: “Os ‘fatos históricos’ já são constituídos pela introdução de um sentido na ‘objetividade’. Eles enunciam, na linguagem da análise, ‘escolhas’ que lhes são anteriores, que não resultam, pois, da observação – e que não são nem mesmo ‘verificáveis’, mas apenas ‘falsificáveis’ graças a um exame crítico” (CERTEAU, 1982, p.67).

perceber se o trabalho de Riedinger se aproxima ou destoa desse conjunto em seus aspectos formais. Da maneira como estão apresentadas, porém, a grande maioria das notas ao longo de *Como se faz um presidente* parece exercer uma função de sustentar o texto, tomando as referências como fontes a partir das quais o autor obtém suporte para suas afirmações³⁶, como podemos verificar no trecho a seguir:

O PSD preferia evitar essa concentração do PTB no governo, por achar que ela daria aos petebistas força demais para ameaçar a maioria do PSD e expandir sua própria estrutura política. Preferia uma concentração horizontal, na qual o PTB ficasse mais uniformemente – e, portanto, menos ameaçadoramente – distribuído na administração (RIEDINGER, 1988, p.133).

Em nota correspondente na tese, Riedinger apresenta como referências um livro de Robert J. Alexander intitulado *Labor Relations in Argentina, Brazil and Chile*, e uma entrevista com Tancredo Neves feita em 5 de junho de 1977. Sem citações diretas do livro e com o uso de uma entrevista indisponível em arquivos, torna-se difícil distinguir entre as afirmações das fontes e as respectivas interpretações por parte do autor. Em outro trabalho sobre o uso das notas de rodapé, analisadas em *Casa Grande e Senzala*, os autores destacam a historicidade deste recurso:

No século XIX, as notas eram a garantia da cientificidade do texto histórico, permitindo a outrem conferir a veracidade de suas afirmações. Essa função ainda existe, mas agora a teoria da História de Rüsen permite vislumbrar, nas notas de rodapé, um papel importante na racionalidade do texto histórico, ao possibilitar ao leitor acompanhar o debate travado entre os pares. É geralmente, por meio de notas, que os historiadores citam outros historiadores que corroboram suas afirmações ou confrontam suas afirmações com as posições contrárias (OLIVEIRA; RAMOS, 2010, p.257).

Assim, percebe-se que as notas também são parte do processo de profissionalização da historiografia, carregando características de épocas distintas. A ascensão da história científica no século dezenove, conforme as práticas e os preceitos de Ranke, ressaltou o aspecto documental da nota de rodapé, mas ela não deixou de ser utilizada também

³⁶ A imagem das notas como recurso defensivo ou de fortificação do texto aparece em trabalhos distintos. Manuel Cunha e Melo afirma que com as citações “[...] o cientista constrói um sistema de defesa de seu trabalho, elevando os custos do dissenso” (1999, p.71). Dessa forma, as críticas têm de desmontar a rede de associações feitas pelo autor do texto, que mobiliza uma série de trabalhos e autores para sustentar as próprias afirmações. Já Compagnon compara esse processo a um cercamento, que “[...] faz da paisagem textual um campo cultivado” (1996, p.139). A citação apropria-se de um discurso, pertencente a um autor, diferenciando-se da língua, considerada de domínio público (idem, p.153). Tais usos e conceitos surgiram com as noções de direito autoral e propriedade intelectual, formuladas ao longo do século XVII (idem, p.143).

como local de diálogo e às vezes de discussão com outros historiadores.³⁷ A trajetória de sua gradual incorporação enquanto instrumento acadêmico refletia um embate entre duas visões distintas de história,

[...] uma narrativa e sem anotação, parte das belas letras, que se baseava em um conhecimento dos antigos como algo que prescindia de verificação, e outra erudita, que crescentemente concebia o registro do passado como remetendo a um *fato*, cujas fontes deveriam ser citadas e explicitadas (DURÃO, 2012, p.1195).

Segundo Fabio Durão, a história das notas de rodapé conjuga-se com a ascensão do Iluminismo e um progressivo desencantamento da linguagem, processo pelo qual o texto passa a ser concebido como passível de manipulação por um espírito criativo (idem, pp.1194-1197). No âmbito da historiografia, esse debate levou à profissionalização do ramo, afastando-se assim de um conceito de historiografia calcado principalmente na retórica e na tradição.

Na tese de Riedinger encontramos alguns exemplos de uso das notas como espaço de debate e de avaliação sobre outros autores. Quanto a este aspecto, podemos questionar quais as relações que o autor estabeleceu com suas referências, os tipos de fontes mais utilizadas e em que grau seu livro se aproxima ou se afasta da historiografia sobre o tema. No entanto, nenhuma dessas perguntas seria passível de investigação sem a leitura da tese original, defendida dez anos antes de seu lançamento no formato de livro no Brasil. Conforme dito anteriormente, na leitura dessa tese foi possível perceber a presença de centenas de notas, sendo que quase todas foram suprimidas da edição brasileira. Além da atenção para esse aspecto, a leitura do texto principal também buscou as possíveis semelhanças e diferenças entre uma e outra versão. No entanto, de que maneira se poderia avaliar as influências e os diálogos na obra de Riedinger, considerando que quase todo o texto se apresenta sem citações diretas? E como definir as principais fontes utilizadas?

Antes de procurar responder essas questões, porém, parece-nos necessário fazer alguns esclarecimentos. Ao perguntarmos sobre os possíveis diálogos estabelecidos no trabalho de Riedinger com suas referências, e especialmente com a historiografia, consideramos

³⁷ Anthony Grafton relaciona a trajetória de Ranke em direção a uma história científica com gerações de estudiosos anteriores, que já se utilizavam de notas para apresentar suas fontes e sustentar as próprias afirmações. Essas práticas já existiam, mas além delas Ranke “(...) dramatizou o processo de pesquisa e de crítica, fazendo da nota de rodapé e do apêndice crítico uma fonte de prazer, mais do que uma ocasião para apologia” (GRAFTON, 1998, p.183).

que tais procedimentos não perdem de vista a produção de uma credibilidade para o texto do autor. Se em Grafton ressalta-se o quanto a nota de rodapé transformou a historiografia moderna numa forma dupla, apresentando o texto como um produto historicamente contingente em lugar da história política tradicional praticada na Antiguidade e no Renascimento (GRAFTON, 1998, p.30), nem por isso o uso e explicitação de referências externas ao texto deixaram de buscar produzir um efeito de credibilidade para seu autor. Em seu trabalho clássico sobre o assunto, Michel de Certeau expõe como esse processo visa recompor uma série de textos numa unicidade capaz de criar um efeito de real e conferir autoridade³⁸.

Assim, podemos observar que mesmo dentro de um modelo científico e passível de verificação, o discurso historiográfico não deixa de buscar afirmar a credibilidade do autor em relação aos trabalhos que toma como referência. E essa afirmação não se constrói apenas através da citação a um ou outro texto específico, pelo qual o autor apoia suas posições ou rebate afirmações contrárias, mas na própria estrutura do texto. Decompondo os diversos materiais para recombina-los de outra forma, o historiador os apresenta num discurso relativamente unificado, criando o “efeito de real” em relação às suas referências. Estabelece-se assim o que Certeau chama de “contrato enunciativo” entre autor e leitor, contrato esse que é tanto mais eficaz na medida em que o autor dissimule o local de onde fala, seja suprimindo o “eu” do discurso ou apresentando-o mais como relato do que como raciocínio sobre o tema em questão (CERTEAU, 1982, pp.102-103). Tais advertências parecem especialmente válidas ao se analisar o trabalho de Riedinger. Afinal, pela ausência de citações diretas em destaque do texto principal, uma leitura menos atenta poderia ver nisso apenas o “efeito de real” descrito acima, desconsiderando que as fontes arroladas ao longo do texto foram dispostas e combinadas segundo uma determinação do autor.

³⁸ “Coloca-se como historiográfico o discurso que “compreende” seu outro – a crônica, o arquivo, o documento – quer dizer, aquilo que se organiza em um texto *folheado* do qual uma metade, contínua, se apoia sobre a outra, disseminada, e assim se dá o poder de dizer o que a outra significa sem o saber. Pelas “citações”, pelas referências, pelas notas e por todo o aparelho de remetimentos permanentes a uma linguagem primeira (que Michelet chamou “crônica”), ele se estabelece como *saber do outro*. [...] Neste jogo, a decomposição do material (pela análise, pela divisão) tem sempre como condição e limite a *unicidade* de uma recomposição textual. Assim, a linguagem citada tem como função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete, discretamente, a um lugar de autoridade. Sob este aspecto, a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade” (CERTEAU, 1982, p.101).

Ao mesmo tempo, não se trata aqui de colocar o trabalho de Riedinger sob suspeita ou acusação, como se o autor pretendesse distorcer a compreensão das fontes ou induzir seu leitor a uma interpretação enviesada sobre os eventos narrados. Devemos levar em conta que, conforme as discussões teóricas apresentadas anteriormente, o princípio de seletividade opera em toda escrita da história, tanto pela impossibilidade de abordar o real em sua totalidade quanto pela consequente necessidade de se descrever e hierarquizar o parcial (ELMIR, 2004, p.103). Se a historiografia é avaliada dentro de uma série de critérios quanto ao método e a utilização das respectivas fontes no texto, também a crítica precisa ser escrupulosa, a fim de não interpretar um trabalho de acordo com critérios e conceitos que não haviam sido formulados na época em que o texto em questão foi escrito, ou ainda, justapondo como símiles campos que guardam regras de funcionamento distintas. Cada pesquisador ordena e interpreta as referências de que se utiliza segundo uma visão e um critério de relevância pessoal, o que não significa necessariamente falsificação. Em suas reflexões, Compagnon chama esse trabalho de escrita de “[...] uma reescrita já que se trata de converter elementos separados e descontínuos em um todo contínuo e coerente” (COMPAGNON, 1996, p.38), ressaltando a relação que cada texto acaba por estabelecer com outros. Estendendo esta visão epistemológica para a historiografia, é possível conceber que um segundo historiador ordene e produza uma narrativa diferente a partir dos mesmos materiais de arquivo.

Feitas estas breves considerações quanto à natureza e o uso das notas de rodapé, passaremos para uma explicação sobre de que maneira as coligimos a fim de apontar as principais referências no texto de Riedinger. Embora não se tenha previsto enquanto projeto, a leitura cotejada da tese em inglês e do livro em português induziu a adoção de um método que por certo tempo foi identificado com os brasilianistas e de que o próprio Riedinger se serve em seu trabalho: a quantificação. Aplicado em relação à bibliografia e notas de referência, este método nos permite apresentar um perfil do livro, as filiações e os limites intelectuais da obra. Neste ponto, cabe ressaltar que esta pesquisa não chega a ser um estudo inédito, tanto nos objetos quanto nas implicações de sua análise. Manuel Palacios da Cunha e Melo, em *Quem explica o Brasil*, aplica procedimentos

semelhantes e mais complexos sobre a produção das ciências sociais no Brasil, abrangendo um universo muito maior de teses e referências.³⁹

Mas não apenas quanto ao volume, como também na utilização e disposição dos dados, algumas diferenças precisam ser destacadas. Segundo Cunha e Melo, existem quatro diferentes modelos para a análise de referências bibliográficas. Num primeiro formato, as teses e dissertações são objetos dos quais se extrai uma medida, a frequência da citação de uma obra ou autor. Um segundo modelo considera autores e obras como objetos, e as teses e dissertações que os citam como variáveis. No terceiro caso, as obras de referência são tomadas como objetos e variáveis, de onde se mede uma proximidade entre elas a partir das frequências de cocitação em um conjunto de teses pesquisadas. Por fim, o quarto exemplo trata teses e dissertações como objetos e variáveis, produzindo um indicador de proximidade entre estes trabalhos a partir de suas respectivas listas de referências bibliográficas.⁴⁰ Cada um destes modelos é utilizado com finalidades específicas: grosso modo, enquanto os dois primeiros procuram atribuir um perfil a determinado autor ou obra, os dois últimos utilizam os dados em caráter relacional, buscando a partir daí compor um mapa da produção analisada com suas aproximações e distanciamentos entre os pontos.

Neste campo dos estudos bibliométricos, também as representações gráficas dos dados variam de acordo com o tratamento dado, seja considerando a produção acadêmica ou as referências bibliográficas contidas nos trabalhos. Enquanto os dois primeiros modelos de análise dispõem objetos e variáveis em linhas e colunas de naturezas distintas, como tabelas e quadros, os dois últimos apresentam os dados em diagramas relacionais, como gráficos e mapas. Por abordar uma obra em específico de um autor determinado, acreditamos que nossa pesquisa se inscreve no primeiro formato de análise apresentado acima. Trata-se de um estudo considerado mais convencional em relação às demais formas de abordagem, mas que acreditamos capaz de delinear as relações entre *Como se faz um presidente* e os trabalhos que lhe serviram de referência, assim como apontar possíveis omissões. De maneira semelhante, a apresentação dos dados em nossa pesquisa segue o modelo correspondente à abordagem utilizada, ou seja, por meio de

³⁹ Na relação de trabalhos analisados, o autor listou 302 dissertações e teses defendidas entre 1989 e 1993, de 11 instituições (p.54). No total, a pesquisa analisou 29620 referências, relativas a 9555 autores (p.73). Trata-se, portanto, de uma pesquisa com um alcance e ambições bem mais abrangentes que as do presente trabalho.

⁴⁰ Uma descrição dos modelos e formas de apresentação dos dados se encontra em CUNHA e MELO, 1999, p. 100-101.

tabelas apresentando as referências contidas no trabalho de Riedinger como variáveis a serem analisadas.

Não temos a pretensão de apresentar um estudo exaustivo, contudo. Em primeiro lugar, porque os próprios métodos bibliométricos apresentam limitações, seja pelo universo inevitavelmente limitado de obras analisadas, seja pelas distorções inerentes a qualquer modelo utilizado.⁴¹ Por exemplo, na análise das referências em dissertações e teses de diferentes áreas de pesquisa, um mesmo autor pode ser utilizado sem que isso indique maior proximidade entre as vertentes. Em segundo lugar, porque um levantamento das fontes utilizadas por si só não esgota a interpretação da obra: acreditar que tal suposição seja possível seria de certa forma reproduzir o famoso mapa de Borges.⁴² Portanto, ao apresentarmos as referências utilizadas por Riedinger em seu aspecto quantitativo, também pretendemos fazer uma análise qualitativa das mesmas, ou seja, uma interpretação de seus significados dentro da narrativa.

3.2 As notas como indicadores de tendências na escrita de Riedinger

Para realizar uma análise das obras mais utilizadas por Riedinger em seu trabalho, optamos por um levantamento quantitativo das notas de referência presentes na tese. Afinal, conforme dito anteriormente, grande parte delas foi suprimida em relação à edição brasileira, o que talvez denote um critério qualitativo (do autor ou dos editores) a orientar a presença dessas notas no formato em livro. Entretanto, diante da falta de informações sobre as estratégias editoriais referentes ao trabalho em questão, acreditamos que a análise quantitativa das referências pode servir como um caminho para descobrir quais obras foram mais influentes na escrita de *Como se faz um presidente*.

⁴¹ Os limites do método são explanados em CUNHA e MELO, p. 143-144.

⁴² A figura do mapa se encontra no texto “Do rigor na ciência”, que apresentamos na íntegra a seguir: “... Naquele Império, a Arte da Cartografia atingiu uma tal Perfeição que o Mapa duma só Província ocupava toda uma Cidade, e o Mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmedidos não satisfizeram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o Tamanho do Império e coincidia ponto por ponto com ele. Menos Apegadas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse extenso Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste subsistem despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos. Em todo o País não resta outra relíquia das Disciplinas Geográficas”. In: BORGES, Jorge Luis. *História universal da infâmia*. São Paulo: Globo, 1998, p.95.

Neste ponto, certas advertências se fazem necessárias. Ao apurarmos o número de notas de rodapé existentes na tese, cabe lembrar que muitas delas fazem referência a mais de uma fonte em uma mesma entrada. Por exemplo, na nota 2 da página 287 da tese mencionam-se edições do *Correio da Manhã* de 27 de julho, da revista *O Cruzeiro* de 13 de agosto e do *O Estado de São Paulo* de 26 de julho de 1955, além do livro de memórias de Kubitschek, *A Escalada Política*. Em outras ocasiões, mais de uma edição de um determinado jornal é citada na mesma nota, como as três edições do *CM* na nota 1 da página 265 da tese. Considerando estes dois exemplos, contamos quatro referências ao *CM*, distribuídas em duas notas. Deste modo, o levantamento quantitativo apresenta o número de menções à determinada fonte ou obra, número esse que não necessariamente corresponde à quantidade de notas de rodapé referentes ao mesmo texto.

Distribuídas de acordo com o tipo de fonte consultada, entre artigos, livros, documentos oficiais, entrevistas e uma seção de manuscritos e documentos inéditos, as tabelas com o número de vezes em que Riedinger fez referência a um determinado trabalho apontam para certas tendências orientadoras em sua escrita. Este critério de distribuição segue a própria disposição das fontes na tese e no livro, que foram separadas conforme as categorias mencionadas acima. Nesta parte da pesquisa foi possível observar tanto presenças quanto lacunas, e acreditamos que ambos os aspectos permitem uma avaliação dos processos utilizados pelo autor para escrever *Como se faz um presidente*, assim como uma leitura crítica da obra e de suas relações com a historiografia existente sobre o período.

Tanto o texto da tese quanto o do livro apresentam-se divididos em três partes: a primeira abrange desde a crise de agosto de 1954 até a nomeação de Kubitschek como candidato à presidência pela convenção do PSD, em fevereiro de 1955; a segunda trata das campanhas dos quatro candidatos, que foram até as vésperas da eleição em 3 de outubro, enquanto que a terceira parte apresenta uma análise dos resultados da eleição por estados, além de comentar o movimento militar encabeçado por Lott para garantir a posse dos eleitos. Após a leitura e o arrolamento das notas presentes na tese, chegamos a um total de 662 notas de rodapé. Dividi-las conforme o tipo de fonte a qual elas fazem referência tornou-se impossível pela existência de notas mencionando mais de uma categoria ao mesmo tempo, como exposto anteriormente. Assim, um primeiro critério

de pesquisa e exposição se dá pela quantia de vezes em que uma categoria de fonte foi mencionada na obra. Neste ponto, chegamos aos seguintes dados a partir da tese:

Quadro 1: Quantia de menções por tipo de fonte

| Tipo de fonte | Número de referências |
|-----------------------------------|------------------------------|
| Jornais e revistas | 581 |
| Livros | 412 |
| Entrevistas | 156 |
| Artigos | 53 |
| Manuscritos e documentos inéditos | 40 |
| Documentos oficiais | 21 |

Fonte: elaborado pelo autor

Somadas, chegamos a um total de 1263 referências, sendo que quase 80% delas foram feitas a partir de jornais, revistas e livros. Além da proeminência dessas categorias, chama a atenção o total das seções de entrevistas e manuscritos e documentos inéditos, que juntas representam cerca de 15% das referências na tese. Por manuscritos e documentos inéditos, Riedinger inclui desde arquivos particulares, como o de Café Filho, a trabalhos acadêmicos não publicados em livro e arquivos de instituições como o IBGE e o PSD. Esse é um número que se destaca por tratar de fontes praticamente impossíveis de verificar, dada a inexistência de um arquivo específico em que possam ser consultadas. Somadas a isso, as poucas referências a documentos oficiais permitem-nos observar que *Como se faz um presidente* não se baseia no paradigma de prova que orientava a historiografia mais tradicional, tanto pelo tipo de fontes mais utilizadas quanto pela pouca menção a registros de órgãos públicos⁴³.

Contudo, uma análise quantitativa está longe de se esgotar apenas na apuração do tipo de fontes mais utilizadas. Outro ponto a ser considerado é a distribuição das referências

⁴³ A crítica a uma historiografia grosso modo chamada “positivista”, baseada em documentos oficiais e focada em eventos políticos de curto alcance, vem pelo menos desde os *Annales*. Não se tratava, contudo, de rejeitar uma abordagem dos acontecimentos, mas de situá-los em contextos e significados mais amplos, como aponta François Dosse: “Neste processo de elucidação do significado do acontecimento, Marc Bloch e Lucien Febvre rejeitam a divisão que os metódicos introduziram entre dois momentos do trabalho do historiador: estabelecer os fatos e depois solucioná-los, porque essa divisão não leva em consideração a prática efetiva do historiador. Essa “história-problema” como tentativa de análise se opõe à história automática dos metódicos, registro passivo e ilusão de reprodução do passado. Os fatos não são dados, eles são construídos pelo historiador” In: DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p.68.

dentro de uma mesma categoria de texto. Tomemos como exemplo a seção de jornais e revistas: na relação apresentada tanto na tese como no livro, 28 publicações diferentes são mencionadas por Riedinger na lista de fontes consultadas. Contudo, ao verificar quantas vezes cada um dos periódicos foi citado, notamos que grande parte das menções concentra-se num grupo bastante restrito de publicações. Das 581 referências dessa seção, 496 advêm de apenas quatro jornais: *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *Diário Carioca*⁴⁴. Os dois primeiros correspondem a cerca de 65% das citações a esse tipo de fonte, com 241 e 140 citações respectivamente, enquanto o *Estado de São Paulo* aparece com 62 e o *Diário Carioca* com 53 menções. Além disso, metade dos periódicos são citados por uma ou mesmo nenhuma vez, como no caso de seis publicações listadas nas referências e que não são mencionadas ao longo do texto⁴⁵.

Ao verificarmos o número e a concentração das notas de referência, encontramos também um possível acesso para a apresentação que Riedinger faz dos personagens em sua narrativa. No caso do *Correio da Manhã*, jornal mais citado pelo autor, há pelo menos duas passagens em que se comenta a posição do periódico em relação à candidatura JK. Numa delas, Riedinger menciona a atuação de Álvaro Lins, editorialista favorável à sua campanha (RIEDINGER, 1988, p.104), embora essa não fosse a tendência inicial do jornal; noutra, o autor aponta para a complexidade das relações entre a campanha de Juscelino e sua cobertura na imprensa. Na iminência da confirmação de João Goulart como candidato a vice-presidente em sua chapa, a reação do jornal foi negativa:

A oposição à chapa recrudescceu quando o *Correio da Manhã*, o único jornal carioca importante que vinha apoiando Kubitschek, retirou-lhe o apoio e passou a fazer uma série de denúncias contra Goulart, acusando-o de tráfico de influência e abuso de fundos sindicais (RIEDINGER, 1988, p.162).

⁴⁴ Sobre a posição política do *Diário Carioca*, Flavia Biroli afirma que “O *Diário* [...] fez oposição a Vargas e seu governo, porém, após a morte do presidente, passou a relacionar-se estreitamente com os projetos de poder do PSD, apoiando a candidatura Kubitschek – seu redator-chefe, Danton Jobim, participou da campanha e durante o governo ocupou o cargo de presidente do IBGE” In: *Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v.24, n.47, 2004, p.237. Quanto ao *Correio da Manhã*, além de confirmar o apoio do jornal à campanha de Juscelino, a autora menciona que Álvaro Lins tornou-se Chefe da Casa Civil no governo JK.

⁴⁵ Os jornais que constam como referência mas não são citados ao longo da tese são *O Diário* (Santos) de agosto de 1955, *Diário de Notícias* (Rio de Janeiro) de setembro e outubro de 1955, *A Gazeta* (Manaus) de abril de 1955, *A Imprensa* (Anápolis) de abril de 1955, *Jornal do Comércio* (Recife) de agosto de 1955 e *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro) de abril de 1955.

Na nota referente a essa passagem na tese, Riedinger comenta que “Kubitschek, entretanto, agradeceu ao jornal pelo apoio que tinha lhe dado. O CM continuou com um tratamento imparcial de Kubitschek, mas apresentou Goulart negativamente. O editoralista Álvaro Lins, contudo, permaneceu completamente a favor de Kubitschek⁴⁶”. Dessa forma, podemos observar a dinâmica das relações e representações do candidato na imprensa, que variavam conforme o veículo e às vezes dentro de um mesmo jornal. Ao apresentar o *Correio da Manhã* como “o único jornal carioca importante que vinha apoiando Kubitschek”, Riedinger estaria polarizando a cobertura da candidatura JK entre o CM e o *Jornal do Brasil*, por exemplo? Embora o objetivo desta pesquisa não seja analisar essa cobertura sob a ótica da imprensa do período, certas passagens serão analisadas conforme o uso que Riedinger fez dessas fontes.⁴⁷

No levantamento sobre os livros citados ao longo da tese encontramos aspectos já comentados anteriormente, ao mesmo tempo em que analisamos as relações entre *Como se faz um presidente* e a produção acadêmica sobre o período. De acordo com as referências feitas no texto e com as obras listadas na seção bibliográfica, chegamos a um total de 164 livros mencionados, somando ao todo 412 referências. Estes números por si não significam muito, mas antes servem como uma base de dados a partir da qual podemos distinguir as principais obras e mesmo tendências a influenciar na composição do trabalho de Riedinger. Por um primeiro critério, optamos por separar as referências conforme a década de suas publicações, a fim de verificar se o autor se orientou por uma produção mais contemporânea ou não em relação aos acontecimentos narrados⁴⁸. Nesta parte encontramos a seguinte descrição:

⁴⁶ O texto original é o seguinte: “Kubitschek, nonetheless, thanked the newspaper for the aid it had given him. The C.M. continued with an even treatment of Kubitschek, but presented Goulart negatively. The editorialist Álvaro Lins, however, remained completely in favor of Kubitschek” (RIEDINGER, 1988,p.207). A tradução é de minha autoria.

⁴⁷ Em artigo sobre as relações entre o governo JK e a imprensa, Flavia Biroli menciona “[...] a oposição do *Diário Carioca* e do *Correio da Manhã* às soluções (e ameaças) militaristas levantadas contra a candidatura de Kubitschek” (2004, p.219). Ao mesmo tempo, a autora comenta que “[...] a maior parte da imprensa de maior tiragem do país saía frustrada da consulta às urnas”, apresentando um quadro mais complexo da cobertura da eleição conforme as posições políticas de cada jornal.

⁴⁸ No entanto, dos 164 livros na bibliografia 17 são segundas edições das obras ou edições posteriores. Sendo cerca de 10% do conjunto de livros consultados, é uma proporção a deixar o resultado e suas análises sob ressalvas.

Quadro 2: Quantia de livros e menções por década de publicação

| Década de publicação | Número de livros | Número de referências |
|----------------------|------------------|-----------------------|
| 1950-1959 | 59 | 110 |
| 1960-1969 | 36 | 111 |
| 1970-1979 | 49 | 171 |
| Outros | 20 | 20 |

Fonte: elaborado pelo autor

Portanto, notamos que a escolha dos livros de acordo com a época em que foram publicados foi razoavelmente equitativa, com exceção do período descrito em “outros”. Nesta categoria, incluímos obras publicadas antes de 1950, assim como alguns livros sem data de publicação especificada. Outro ponto a ser destacado é a menção a três livros que não constam nas referências bibliográficas da tese nem do livro, apesar de serem citados nas notas de rodapé⁴⁹. Quanto ao número de referências, pode-se perceber que os livros publicados a partir de 1970 foram mais utilizados em relação aos das décadas anteriores, embora essas proporções também sejam passíveis de outras análises. Afinal, ao mesmo tempo em que existem referências a livros que não constam na bibliografia, também há uma série de livros apresentados na bibliografia que não são citados na tese. Nesse grupo constam ao todo 43 livros, de todos os períodos mencionados.

Neste ponto, podemos perceber a existência de dois procedimentos diferentes, mas semelhantes quanto à imprecisão das informações. Afinal, enquanto por um lado há um conjunto de obras citadas nas notas de referência e que não constam na bibliografia, também se nota a presença de textos que não foram citados na tese na seção de referências bibliográficas. Diante disso, como explicar estas operações? Não temos maiores detalhes sobre a composição de *Como se faz um presidente*, nem dos procedimentos que orientaram o autor neste processo. Assim, resta-nos levantar algumas hipóteses sobre os pontos mais obscuros na análise da obra.

Numa primeira leitura, a presença de obras não citadas na seção de referências bibliográficas pode ser explicada como tendo um efeito semelhante ao das citações e

⁴⁹ Os livros são *Uma revisão na política brasileira*, de Francisco de Assis Barbosa (Rio: José Olympio, 1960), com 5 citações; *Gaúcho politics in Brazil*, de Carlos E. Cortés (Albuquerque, New Mexico: University of New Mexico, 1974), com 3 citações e *História militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré (Rio: Civilização Brasileira, 1965), com uma citação.

notas de rodapé, ou seja, de conferir credibilidade ao texto. Trata-se de um aspecto já detalhado nos trabalhos de Grafton e Michel De Certeau mencionados anteriormente. Tanto quanto uma referência a um texto clássico em determinado campo de estudo ou uma descrição precisa de uma fonte utilizada, a relação de obras apresentadas como bibliografia também pode exercer este efeito. Contudo, além dessa função, as notas também podem exercer uma outra, segundo Grafton: “Em segundo lugar, indicam as principais fontes que o historiador realmente usou” (GRAFTON, 1998, p.30). Acreditamos que tal afirmação pode ser estendida até a relação de livros apresentados como fontes em *Como se faz um presidente*. Dessa forma, ao listar uma série de obras não utilizadas em conjunto com aquelas que serviram de referência no decorrer do texto, supomos que Riedinger apresenta um *corpus* de literatura secundária sobre o tema enquanto o distingue dos trabalhos principais que lhe serviram na composição da obra.⁵⁰

Outro ponto passível de ser considerado é a idade média das obras utilizadas, contada desde o ano de sua publicação até o lançamento da tese de Riedinger (1978). Contudo, além dos possíveis erros de verificação, é necessário considerar a existência de uma obra sem data definida nas referências, além de outra em quatro volumes ao longo de dezessete anos. A fim de permitir o cálculo, estes dois livros foram excluídos da listagem⁵¹. Ademais, foram incluídas as três obras mencionadas ao longo da tese e que não constam nas referências bibliográficas. Desta forma, somando a idade e dividindo o resultado pelo total de livros utilizados, considerando as distorções inevitáveis pela ausência de certos títulos, chegamos a uma média de 15,7 anos para os textos utilizados. Este cálculo tem por objetivo verificar se o estudo em questão se baseia numa bibliografia mais ou menos consolidada no tempo, método este que já foi aplicado em relação às diferentes áreas das ciências sociais, por exemplo.⁵² Considerando a diferença em relação à publicação da tese, podemos inferir que a média de idade das publicações utilizadas por Riedinger se encontra a pouca distância dos acontecimentos narrados no texto. O que, de certa forma, corrobora a afirmação de Grafton sobre o predomínio de testemunhos de primeira mão em história contemporânea (GRAFTON, 1998, p.121).

⁵⁰ Outra hipótese a se considerar é que a presença de livros não mencionados na seção de referências bibliográficas tenha se dado por uma falha na revisão, que, por sua vez, pode ter se estendido até a edição brasileira.

⁵¹ Sem data é o livro de Álvaro José de Abreu Franco Ribeiro, *Lápides e aspectos na iniciativa d'um estadista famoso* (2ª Ed. São Paulo: sem paginação). Publicado entre 1952 e 1969, *O governo trabalhista do Brasil*, de Getúlio Vargas (Rio: José Olympio) também ficou fora dos cálculos.

⁵² Manuel Palacios da Cunha e Melo analisou a média de idade das obras citadas conforme a área - Sociologia, Ciência Política e Antropologia - e as instituições, verificando diferenças entre a Antropologia e os demais ramos das ciências sociais (1999, p.84-86).

Não ignoramos que essas considerações são passíveis de críticas. A afirmação de Grafton sobre a função das notas pode ser vista como polêmica ou mesmo irônica, no entanto ela se baseia em duas impossibilidades inerentes à pesquisa histórica e à historiografia em geral. Em primeiro lugar, está “[...] o fato de que uma obra histórica e suas notas nunca, pela natureza das coisas, reproduzem ou citam toda a série de notas sobre as quais se apoiam” (idem, p.27). Afinal, por mais detalhadas que sejam, as notas de rodapé e as referências bibliográficas são utilizadas conforme os pressupostos teóricos de quem pesquisa, inclusive pela incapacidade de se abarcar toda a produção existente sobre determinado tema em uma única obra. A historicidade do trabalho acaba realçada por esse aspecto, ainda que contra as intenções do autor. Um segundo ponto são as próprias limitações das notas como sustento para as asserções do pesquisador, pois “[...] nenhuma acumulação de notas pode provar que cada afirmação no texto repousa em uma montanha inexpugnável de fatos comprovados” (idem, p.30). Transpostas para o trabalho de Riedinger, essas observações podem nos indicar as opções do historiador para a escrita de sua história, desde a escolha da bibliografia até os pontos de vista do próprio Riedinger em relação aos eventos narrados em seu livro.

Os dados apresentados até o momento indicam algumas das tendências que orientaram a escrita de *Como se faz um presidente*, mas ainda podemos analisá-los a partir de outros critérios. Quando consideramos as referências bibliográficas de acordo com os locais de origem das publicações, encontramos mais uma característica para compor os caminhos da composição da obra. Neste caso, por exemplo, um livro de Hélio Jaguaribe publicado na editora da Universidade de Harvard em 1968 acaba por entrar na lista de livros estrangeiros. Para este cálculo foram incluídos os livros mencionados nas notas de referência, mas que não constam na bibliografia da tese e do livro, assim como trabalhos de mestrado e doutorado classificados na seção de documentos e manuscritos inéditos. Deste modo, chegamos a seguinte relação de dados:

Quadro 3: Número de livros e referências por local de publicação

| Local da publicação | Total de livros | Total de referências |
|---------------------|-----------------|----------------------|
| Brasileira | 152 | 394 |
| Estrangeira | 21 | 39 |

Fonte: elaborado pelo autor.

Como podemos observar, a maioria absoluta dos trabalhos utilizados são de origem nacional, com cerca de 87% das obras e 90% das referências. Embora se trate de um critério amplo, pois não separa as obras conforme assuntos, (entre história, jornalismo, ciência política e sociologia, por exemplo), notamos que a bibliografia usada por Riedinger contraria a imagem mais recorrente sobre o brasilianismo na época em que a tese foi lançada, de que haveria pouca relação entre as produções brasileira e norte-americana a respeito de um mesmo tema⁵³. Por outro lado, ao se analisar a relação de trabalhos estrangeiros referidos na tese, percebe-se que a relação entre Riedinger e a produção brasilianista é bastante tênue. Das 39 referências listadas anteriormente, 23 foram a partir de apenas dois trabalhos: o livro de Thomas Skidmore *Politics in Brazil, 1930-1964*⁵⁴, com 10 referências, e a tese de doutorado de Phyllis Jane Petersen “Brazilian Political Parties; formation, organization, and leadership, 1945-1959”, com 13 referências. Considerando que este último trabalho constava na seção de manuscritos e documentos inéditos, é possível afirmar que o diálogo de Riedinger com a produção brasilianista em geral foi mínimo⁵⁵.

Em relação à bibliografia publicada no Brasil, uma análise das obras mais utilizadas como referência aponta para uma concentração em um conjunto menor de títulos. Afinal, das 152 obras relacionadas acima, 116 apresentam uma ou nenhuma referência no texto de Riedinger, embora constem na bibliografia (74 referências). Deste modo, o universo de livros que efetivamente serviram de sustento para a narrativa ou de diálogo com outros autores se reduz consideravelmente. Em contraste, ao abarcar a relação de títulos mais consultados, verifica-se que a maioria das referências se concentra num grupo ainda menor de trabalhos. Devido aos limites deste trabalho, para concentrar a análise num grupo significativo, serão apresentadas as sete obras com maior número de referências ao longo da tese. São elas as seguintes:

⁵³ Como se pode ler nos balanços sobre o brasilianismo de Robert Levine e principalmente José Carlos Meihy no primeiro capítulo deste trabalho, por exemplo.

⁵⁴ Publicado no Brasil com o título *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Lançado originalmente nos Estados Unidos em 1967, a primeira edição brasileira foi publicada em 1969. As referências sobre as datas podem ser consultada em ALMEIDA, 2002, p.44.

⁵⁵ Além dos trabalhos de Skidmore e Petersen, apenas dois livros são citados mais de uma vez: o de John W. F. Dulles (*Unrest in Brazil, political-military crises, 1955-1964*) e o de Carlos E. Cortés (*Gaúcho politics in Brazil*), ambos com três menções. Contudo, o trabalho de Cortés não consta nas referências bibliográficas da tese ou do livro. Uma versão brasileira da tese de Cortés foi publicada pela Editora da PUCRS, em Porto Alegre, em 2007.

Quadro 4: Obras com maior número de referências

| Autor e título da obra | Referências |
|---|--------------------|
| Kubitschek, Juscelino. <i>A escalada política.</i> | 64 |
| Távora, Juarez. <i>Voltando à planície.</i> | 45 |
| Café Filho, João. <i>Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas.</i> | 44 |
| Moraes, José. <i>Juscelino, o homem, a candidatura, a campanha.</i> | 26 |
| Kubitschek, Juscelino. <i>Uma campanha democrática.</i> | 18 |
| Costa, Joffre Gomes da. <i>Marechal Henrique Lott.</i> | 15 |
| Lins, Etelvino. <i>Um depoimento político.</i> | 9 |

Fonte: elaborado pelo autor.

Juntos, esses trabalhos correspondem a 221 referências. Em termos percentuais, isso representa aproximadamente 56% do total de referências no universo da produção brasileira consultada. No entanto, como nas demais tabelas apresentadas anteriormente, esses dados pouco representam sem uma análise mais interna do grupo de obras. Neste caso, a autoria dos textos é um primeiro aspecto a ser ressaltado: dos sete livros apresentados, quatro foram escritos por candidatos ou sobre candidaturas para a eleição presidencial de 1955. Considerando que outros dois títulos são memórias do então presidente em exercício e de um potencial candidato naquela eleição pela ala dissidente do PSD, observa-se que a produção brasileira na qual Riedinger baseou sua narrativa se concentra em obras dos ou sobre os principais atores políticos envolvidos naquele processo.

Em contrapartida, a produção de ciências políticas e sociais quase não é consultada no decorrer da narrativa de *Como se faz um presidente*. Para ficarmos em três exemplos de autores considerados referências em suas respectivas áreas, os trabalhos de Maria Victoria Benevides⁵⁶, Otávio Iani⁵⁷ e Maria do Carmo Campello de Souza⁵⁸ somam apenas seis referências ao longo de todo o texto. Em outros casos, foram algumas ausências que atestam a pouca relação entre a obra de Riedinger e a produção brasileira.

⁵⁶ *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio: Paz e Terra, 1976.

⁵⁷ *Colapso do populismo*. Rio: Civilização Brasileira, 1968.

⁵⁸ *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Nas referências da tese e do livro, o título aparece com os anos de 1930 a 1946. As referências das três obras foram retiradas como constam na tese e na edição brasileira.

Neste sentido, tomamos como exemplo um trabalho com cinco referências cada, índice alto se comparado com a maioria da bibliografia listada.⁵⁹ Trata-se de um livro de Francisco de Assis Barbosa, *Uma Revisão na Política Brasileira*. Apesar do índice de consultas, o livro não consta nas referências bibliográficas da tese ou do livro, sendo mencionado somente nas notas de rodapé. Assim, uma pesquisa bibliográfica que não tivesse acesso ao texto original e não lesse as notas de rodapé contidas na tese acabaria ignorando o uso dessa obra como referência. Se considerarmos que essa omissão foi mantida na edição brasileira, notamos algumas falhas entre a revisão da tese e sua publicação em livro no Brasil.

Como já foi mencionado anteriormente, temos de ponderar a crítica com os limites inerentes a todo trabalho acadêmico. Para ficarmos em dois exemplos, os trabalhos de Maria Victoria Benevides sobre a UDN⁶⁰ e de Lucia Hippolito sobre o PSD⁶¹ foram publicados após a tese, ainda que antes da edição em livro⁶². No entanto, a pesquisa bibliográfica revelou que a maior parte das referências usadas por Riedinger vem de livros escritos pelos próprios personagens envolvidos nos eventos da eleição de 1955, ao menos de um ponto de vista político. Nota-se assim um predomínio do político a partir das perspectivas dos personagens, e não por uma discussão de conceitos políticos. Temos um exemplo disso na seguinte passagem, quando o então presidente Café Filho recebeu, em 31 de dezembro de 1954, o memorial assinado pelos membros militares de seu ministério em favor de uma candidatura única de união nacional, enquanto Juscelino teve seu nome apontado pelo diretório nacional do PSD no mês anterior. Como JK ainda precisava ser ratificado pela convenção nacional do PSD em 10 de fevereiro do ano seguinte, ainda havia tempo de fazê-lo desistir em favor de um nome apoiado pelos principais partidos, evitando uma disputa eleitoral capaz de reacirrar os confrontos e a crise que chegou ao auge em agosto de 1954. Ao avaliar a conduta de Café Filho nesse momento, Riedinger a interpreta da seguinte maneira:

De fato – e este é um detalhe importante – Café, plenamente consciente da forma precária pela qual chegara ao poder quatro meses

⁵⁹ Considerando a produção nacional, das 152 obras postas nas referências bibliográficas, apenas 15 apresentam cinco ou mais referências no texto de Riedinger.

⁶⁰ *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

⁶¹ *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁶² Pela ausência dessas obras nas referências da edição brasileira, podemos interpretar que o trabalho de Riedinger não passou por uma revisão bibliográfica entre a publicação da tese e o lançamento do livro.

antes, bem como da natureza interina e transitória do seu governo, achou que, de certa forma, o memorial era um ultimato dirigido à sua pessoa, a última chance de uma solução civil do problema sucessório antes que os militares, desejosos de evitar o retorno dos getulistas, banissem todos os políticos (RIEDINGER, 1988, p.89).

Logo após essa passagem, há uma nota de rodapé em que o autor comenta a posição de Juscelino diante do comportamento de Café sobre o processo sucessório. Além disso, trata-se de uma das poucas notas mantidas da tese para a edição brasileira, onde se lê o seguinte:

Kubitschek jamais chegou a compreender esta atitude do presidente. A tradição mineira era a da Velha República, na qual o incumbente tratava de manipular sua sucessão. O fato de Café não fazer isto em relação à sua pessoa levava Kubitschek a pensar que ele manobrava em favor de outro (idem, p.89).

Comparados os dois trechos, notamos que Riedinger relaciona contextos e regimes políticos distintos para explicar o comportamento dos personagens. Ao ligar o período anterior a 1930 com o contexto político-eleitoral dos anos 1950 sem mencionar as diferenças entre as duas épocas, Riedinger apresenta as posições de JK e Café Filho com base em interpretações sobre a personalidade de cada um. Quanto ao uso de referências, no meio do trecho do livro há uma nota mencionando duas edições do *Diário Carioca*⁶³, mas a nota acima transcrita não apresenta qualquer referência a jornais, livros ou entrevistas. Em ambos os casos, porém, a explicação para as atitudes dos personagens parece se basear mais em termos pessoais do que numa análise do sistema partidário do período.

Em outro sentido, essa tendência de análise pode ser observada no uso do termo “populismo”: em diversas passagens podemos encontrá-lo designando diferentes personagens, sem que se encontre uma definição a respeito. Desse modo, Jânio Quadros é apresentado como alguém que conseguira “[...] mostrar-se populista sem ser radical” (RIEDINGER, 1988, p.35), derrotando na eleição para o governo de São Paulo o candidato apoiado por Ademar de Barros, líder do PSP e dono de um “populismo inflamado” (idem, p.23). Juscelino, por sua vez, “[...] não era de modo algum um

⁶³ Enquanto a primeira edição apresenta a disposição de JK em manter sua candidatura “O Sr. Juscelino Kubitschek reafirmou, mais uma vez, e desta ao próprio presidente da República, que não retirará sua candidatura à Presidência da República, lançada pelo diretório nacional do PSD”, DC,9/1/55, p.1, a segunda cobre a reunião entre JK e Café Filho, que será discutida no próximo capítulo. De qualquer forma, nessa edição Juscelino reitera a manutenção de sua candidatura, apesar de Café ter comentado das “[...] enormes dificuldades de seu governo, sobretudo no plano econômico, para acentuar que a luta política poderá agravar essas dificuldades, com o acirramento das paixões, a tal ponto que se torne para ele totalmente impossível governar”. DC, 21/1/55, p.1.

populista radical” (idem, p.47), ainda que “Como de hábito, fiel à tradição populista” terminasse os discursos nos comícios solicitando perguntas dos ouvintes (idem, p.157).

A caracterização difusa dos personagens também se estende aos partidos. Ao mesmo tempo em que PTB e PSP são apresentados como partidos populistas⁶⁴, um dos principais opositores no PSD à candidatura JK, Etelvino Lins, aparece como líder de “uma coalizão populista e centrista” em Pernambuco, englobando PSD, UDN e PTB (idem, p.51). Em outra passagem, Riedinger menciona uma viagem que Jânio Quadros fez à Europa após ter sido eleito governador de São Paulo, tendo sido entrevistado pelo jornal francês *Le Monde*. Ao questionar a filiação partidária de Jânio, Riedinger comenta que “Como um verdadeiro populista, ele não tinha nenhuma. De qualquer modo, ele se considerava um democrata cristão”.⁶⁵ A uma primeira leitura, tal caracterização do populismo poderia ser considerada até como superficial, carente de base teórica. No entanto, ao pesquisar a trajetória do conceito⁶⁶, assim como algumas das obras que serviram de referência em *Como se faz um presidente*, podemos apontar para uma teoria sobre o populismo que sustentou as interpretações de Riedinger.

A discussão em torno do populismo e de sua utilização na historiografia se deu mais recentemente. Nesse sentido, Jorge Ferreira é um dos principais autores a questionar a validade desse conceito para a história brasileira, sobretudo para caracterizar o regime entre 1946 e 1964. Ainda que seja tomado como representação do período em alguns círculos ainda hoje, Ferreira demonstra que o conceito de populismo surgiu relacionado a teorias correntes nas décadas de 1950 e 1960, principalmente com a teoria da modernização. No primeiro capítulo, vimos que os teóricos da modernização surgiram num contexto próximo à emergência do brasilianismo, mas no caso do populismo Ferreira aponta para a influência de dois autores: Gino Germani e Torcuato di Tella. Considerando a emergência do populismo na América Latina, ambos o apontavam

⁶⁴ Como em RIEDINGER, 1988, p.15. Ao analisar a aliança PSD-PTB para a eleição presidencial, em mais de uma passagem Riedinger apresenta os partidos como pouco distintos entre si: “Embora teoricamente parecesse uma contradição – espécie de casamento entre duas classes inimigas -, a aliança surgiu, na verdade, em um instante muito propício à sua consumação. A rigidez ideológica não era característica de nenhum partido brasileiro, o que facilitava alianças de conveniência eleitoral” (idem, p.133). “No fundo, as diferenças eram irreconciliáveis; mas como nenhum dos dois partidos era ideológico [...], a combinação pôde funcionar produtivamente em 1955” (idem, pp.160-161).

⁶⁵ Trata-se de uma passagem numa nota de rodapé da tese, cujo texto é o seguinte: “In the *Le Monde* article Jânio was asked about his party affiliation. As a true populist he had none. However, he considered himself a Christian Democrat” (RIEDINGER, 1978, p.124). A tradução é de minha autoria.

⁶⁶ Um balanço sobre o conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras e suas transformações pode ser consultado em CASTRO GOMES, Angela. *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p.31-58.

como resultado de uma transição entre um modelo de sociedade tradicional, de pouca participação popular na política, para uma sociedade industrializada e de mercado, onde as “massas” reivindicavam direitos políticos e sociais. Neste contexto de urbanização acelerada e de instituições mal consolidadas, como os partidos políticos, o populismo seria uma forma das classes populares recém egressas do campo terem acesso a certos direitos sociais e políticos, embora sob a manipulação de um líder.⁶⁷ Desse modo, o populismo aparece como produto de um descompasso em relação a um tipo ideal, a democracia representativa dos países europeus.

De maneira semelhante às concepções que fomentaram a Aliança Para o Progresso, tal perspectiva progressista e etapista via na modernização econômica um meio de consolidar a democracia nos países “atrasados”. Contudo, além das críticas teóricas, como a distinção entre países “atrasados” e “desenvolvidos” em modelos excludentes, os golpes militares na América Latina a partir dos anos de 1960 puseram em xeque a credibilidade do modelo. No entanto, como aponta Ferreira, as imagens de “manipulação”, “atraso” e “desvio” permaneceram no imaginário sobre a história da região⁶⁸. A teoria da modernização acabou por influenciar nas primeiras interpretações sobre o populismo no Brasil, incluindo alguns intelectuais do chamado Grupo de Itatiaia que mais tarde formaram o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Alguns desses autores constam como referências na obra de Riedinger, a exemplo de Hélio Jaguaribe, Hermes Lima e Alberto Guerreiro Ramos.

Discorrendo sobre o trabalho deste último, Ferreira comenta que o populismo é descrito como um fenômeno que se fortaleceu a partir de 1945, com a participação político-eleitoral e um cenário de industrialização crescente. O populismo surge como uma ideologia para mobilizar as massas vindas do campo, ainda desprovidas de uma mentalidade que as motivasse em torno de lutas classistas. Assim, os trabalhadores aparecem como um “povo em estado embrionário”, sujeitos à influência de líderes sobre os quais tinham pouco poder (FERREIRA, 2001, p.69). Para os intelectuais do grupo, o

⁶⁷ FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. Em *O populismo e sua história: debate e crítica*/ organização, Jorge Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 64-65.

⁶⁸ No caso de Gino Germani, acreditamos ser relevante mencionar que ele se exilou nos Estados Unidos após o golpe de Estado de 1966 na Argentina, assumindo um cargo de professor de estudos latino-americanos em Harvard. Embora isso não aponte necessariamente para uma influência sobre a produção brasilianista, sinaliza o prestígio que seu trabalho adquiriu na academia norte-americana do período. Um perfil de Germani pode ser encontrado em <http://iigg.socials.uba.ar/gino-germani/>. Acessado em 06/11/2015.

populismo era uma política de massas em razão de inconsistências nas classes sociais. Os trabalhadores, na falta de uma consciência de classe definida, eram manipulados enquanto massa; a classe dirigente, por carecer de exemplos capazes de mobilizar a sociedade, buscava o apoio político das massas em favor dos próprios projetos. Assim, o líder populista seria alguém dotado de um carisma capaz de mobilizar as massas ao mesmo tempo em que seus projetos atendiam aos interesses das elites.

A relação entre essas concepções e o trabalho de Riedinger poderia permanecer num caráter mais geral, não fosse a influência de alguns desses intelectuais na campanha de JK. Nas palavras de um trabalho conhecido sobre o tema, “Com a eleição de Juscelino Kubitschek, pareciam reunidas as circunstâncias para fazer do ISEB uma peça essencial da nova administração” (PÉCAUT, 1990, p.109). Membros do ISEB participaram da elaboração do Programa de Metas. Programa que, como aponta Riedinger, adquiriu importância eleitoral e política durante a campanha:

A elite política alcançaria legitimidade através dos votos, dados em troca de uma garantia econômica absolutamente fundamental – o emprego – que só poderia resultar de uma economia em expansão. [...] Além disso, como contendor relativamente obscuro, Juscelino necessitava de uma imagem pública definida. O programa seria uma razão para que permitissem que ele concorresse às eleições e, se eleito, tomasse posse e permanecesse no cargo; e, dado o seu otimismo, constituiria, uma vez completado, a base de realizações concretas para uma possível reeleição e novo mandato futuros (RIEDINGER, 1988, pp.188-189).

Não seria essa uma interpretação próxima daquilo que se caracterizava como populismo? Em busca de legitimidade política, as elites apoiam um plano que expande o emprego, atendendo aos interesses dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o plano constrói uma imagem pública de JK como líder, dotado de um otimismo capaz de mobilizar as massas em torno das metas de seu programa⁶⁹.

Porém, as relações entre a obra de Riedinger e as formulações sobre o populismo não se restringem a essa passagem. No mesmo trecho da tese, o autor cita em nota uma tese de Francisco Weffort, “Classes populares e política”, que não consta na bibliografia. Ao

⁶⁹ Pelo trabalho de Riedinger não se tratar de uma biografia, não exploraremos este aspecto. No entanto, chama a atenção que o Programa de Metas é apresentado com um significado muito posterior ao período da campanha, permitindo que ele permanecesse no cargo e projetasse uma reeleição futura. No famoso texto sobre o assunto, Pierre Bourdieu adverte para os “já”, “desde então” e outras expressões que apresentam a vida como um todo coerente e ordenado logicamente, princípio implícito em grande parte das biografias. BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*, p.183-191.

mesmo tempo, dois artigos de Weffort são mencionados nas referências, sendo que um deles fez parte da coletânea intitulada *O populismo na política brasileira*. No dizer de Jorge Ferreira, o trabalho de Weffort abriu caminho para pesquisas posteriores, ao mesmo tempo em que ficou limitado pelo contexto intelectual em que surgiu. Baseado na teoria da modernização, Weffort apresenta o sucesso da política varguista entre os trabalhadores como resultado do êxodo rural, que deslocou uma mão de obra sem experiências de lutas sindicais. Deste modo, “[...] existia a classe, mas faltava a sua consciência, mascarada ou deformada no processo que transformou camponeses em trabalhadores urbanos” (FERREIRA, 2001, p.75).

Além das críticas já levantadas à teoria da modernização, tal interpretação estendida ao período entre 1946 e 1964 traz em si outros problemas. As relações entre a classe trabalhadora e o líder populista são apresentadas apenas em termos de manipulação, sendo a primeira no papel de vítima e o segundo como agente. Estendida ao regime político em geral, as diferenças no espectro político do período se dissolvem: do PTB à UDN, passando por Juscelino e Ademar de Barros, todos são caracterizados como populistas “[...] porque se dirigem ao *povo*, sem distinguir as contradições de classe contidas nessa concepção” (idem, p.77). Assim, os projetos políticos mal se distinguem, tornando a histórica política uma disputa apenas pessoal⁷⁰. Se retomarmos as afirmações de Riedinger sobre o populismo levantadas anteriormente, elas não estariam relativamente próximas dessa interpretação? Por certo, seria enganoso atribuir a interpretação do populismo em *Como se faz um presidente* a uma única referência. Contudo, como Jorge Ferreira demonstra, o trabalho de Weffort e os de alguns intelectuais que formaram o ISEB estavam inscritos dentro de uma tradição interpretativa, calcada na teoria da modernização e numa visão de classe social baseada em fatores essencialmente econômicos. Alguns desses autores foram tomados como

⁷⁰ Ao mesmo tempo, tanto Angela de Castro Gomes quanto Jorge Ferreira apontam para a complexidade das análises de Weffort em relação aos teóricos anteriores. Sobre as relações entre o Estado e as classes trabalhadoras, Ferreira traz a afirmação de Weffort de que “Grupo burguês algum é capaz, por si próprio, de inventar um político de massas. As condições de existência das massas têm também seu papel nesta invenção” In: FERREIRA, 2001, p.78. Assim, Ferreira aponta que “As afirmações, importantes, sugerem que o populismo não foi mera manipulação de massa, de cima para baixo, mas que houve interlocução entre o Estado e a classe trabalhadora. No entanto, muitas leituras não observaram com maior cautela uma linha de reflexão que se abria” (idem, p.78). Sobre a ambiguidade da manipulação entre o líder e as massas, Castro Gomes menciona que “É interessante observar que Weffort chega mesmo a sugerir a substituição de “manipulação” por “aliança” como categoria mais precisa para o que deseja situar. Contudo, não há investimento nesta modulação nem por parte do autor, nem por parte de muitos que seguem suas pegadas” (CASTRO GOMES, 1996, pp.8-9).

referências por Riedinger, e daí a hipótese de sua caracterização do populismo ter sido influenciada pelas obras e teorias que orientaram as interpretações desses autores.

Ao longo deste capítulo, por meio de um levantamento quantitativo das referências contidas no texto de Riedinger, procuramos avaliar quais as possíveis relações entre seu trabalho e a produção acadêmica sobre o assunto. De acordo com as obras mais citadas e, por outro lado, pela relação de trabalhos pouco ou sequer mencionados, observamos que *Como se faz um presidente* baseou-se mais em livros escritos pelos próprios personagens envolvidos nos eventos do que em análises sobre o regime político do período. De maneira semelhante, notamos que há pouca discussão de conceitos, apresentando-se a disputa eleitoral mais em termos de alianças visando resultados imediatos do que em programas partidários definidos. Contudo, nem todo grau de influência pode ser medido apenas com base no número de citações; como procuramos demonstrar na conceituação sobre o populismo, o uso do termo por Riedinger pode ser relacionado com uma linha de interpretação bastante vigente na época em que a tese foi escrita. Trata-se, por certo, de uma hipótese, mas o principal objetivo deste capítulo era contextualizar o trabalho de Riedinger em relação à literatura científica referente ao tema.

3.3 Uma hipótese a mais

Antes de passarmos para a discussão sobre as formas pelas quais Riedinger utiliza suas referências no texto, gostaríamos de lançar uma última hipótese. Não se trata de um trabalho acadêmico e nem consta na bibliografia, mas pela origem e trajetória editorial da obra ela pode ter sido um horizonte de referência para o trabalho de Riedinger. Trata-se de *The making of the President 1960*, de Theodore White⁷¹. Escritor e jornalista, além de graduado em história por Harvard, White cobriu a campanha que levou John Kennedy à presidência, vencendo Richard Nixon. Diferente das coberturas sobre campanhas feitas até então, que se baseavam principalmente nas declarações públicas dos candidatos, White escreveu uma história apresentando os envolvidos em seus hábitos pessoais, além de histórias dos bastidores da campanha. O sucesso do livro foi

⁷¹ As informações sobre Theodore White e o processo de escrita do livro podem ser lidas em <http://www.politico.com/magazine/story/2015/04/teddy-white-political-journalism-117090#.VTmQyGbleWg>. Acessado em 09/10/2015.

tamanho que chegou a vender quatro milhões de cópias, além de ter recebido o Prêmio Pulitzer na categoria de não ficção em 1962. Theodore White voltou a escrever outros livros sobre as campanhas de 1964, 1968 e 1972, mas o trabalho mais influente foi o primeiro. E não apenas pelo aspecto comercial, pois a partir dele a cobertura jornalística das campanhas presidenciais passou a incluir um séquito de repórteres em busca de detalhes e revelações sobre os candidatos, o que alguns batizaram de “síndrome de Teddy White”.

A semelhança mais ostensiva com o trabalho de Riedinger está no título original da tese, *The making of the president, Brazil 1955: the campaign of Juscelino Kubitschek*. Se tal indício não é suficiente para apontar alguma relação entre os dois livros, ao menos podemos recordar as considerações de Compagnon ao tratar da perigrafia de um texto. Título, notas, índice, bibliografia, prefácio, introdução e conclusão são alguns exemplos de perigrafia, ao que Compagnon aponta algumas funções. A primeira delas é de fechar o texto sobre si mesmo, apresentando-o como autônomo em relação a outros. Além disso, essas marcas permitem ao leitor avaliar se o livro em questão se apresenta conforme as convenções previstas, tornando o trabalho passível de uma recepção mais bem avaliada ou não. Com o avanço da tipografia, a questão de como reconhecer um texto dentre as inúmeras cópias espalhadas pelo mundo fez com que o título e o nome do autor se tornassem o denominador comum entre o conjunto dos exemplares. Assim, o título passou a se referir não mais ao texto, mas a seu autor, sendo a congruência entre ambos a relação necessária para estabelecer a identidade de um texto.

Dotado de um título e dos outros instrumentos da perigrafia, o texto “Exibe em sua franja seus títulos para reconhecimento. Sua função capital, como a das citações icônicas, é qualificar em relação à biblioteca e ao já dito” (COMPAGNON, 1996, p.105). Mas não só em relação aos demais livros; o título também serve para situar o leitor, ou o tipo de leitor, ao qual determinado trabalho se dirige:

O nome do autor e o título, na capa do livro, procuram antes situar este último no espaço social da leitura, colocá-lo corretamente numa tipologia dos leitores, porque meu primeiro contato com um livro passa por esses dois signos (idem, p.111).

Assim sendo, acreditamos que a escolha de Riedinger por um título quase idêntico ao livro de Theodore White pode seguir as duas funções. Qualificando em relação ao já dito, o título faz referência a uma campanha presidencial em específico, ao mesmo

tempo em que sua semelhança podia remeter os leitores da banca acadêmica ao livro de White, bastante conhecido nos Estados Unidos. E aqui o título pode cumprir o outro tipo de classificação, dirigindo-se a um grupo específico de leitor capaz de perceber que o título do trabalho de Riedinger alude ao livro de White, sendo assim um leitor já familiarizado com esse tipo de narrativa.

Neste capítulo, procuramos estabelecer as relações entre o trabalho de Riedinger e sua bibliografia a partir de um levantamento quantitativo de cada referência. Distinguindo estes números das notas de rodapé, constatamos que grande parte das referências vem de livros escritos pelos personagens envolvidos na campanha presidencial de 1955, além de um número restrito de jornais que cobriram a campanha. Em relação à produção acadêmica sobre o período, observa-se que Riedinger estabeleceu pouco contato tanto com trabalhos brasileiros quanto com a produção de brasilianistas. Contudo, a tese foi aprovada na condição de pesquisa histórica a respeito da campanha em que JK foi eleito presidente. Assim, as relações que procuramos observar entre o conceito de populismo na tese e as abordagens de historiadores, cientistas políticos e sociólogos a partir da mesma categoria são uma forma de contextualizar o trabalho de Riedinger em um conjunto mais amplo de interpretações sobre o período. Interpretações essas que também foram condicionadas conforme o contexto político e social em que foram formuladas, como o levantamento de Jorge Ferreira demonstra.

No próximo capítulo, a abordagem irá se concentrar em algumas passagens do texto da tese. Através da comparação entre o texto de Riedinger e algumas das fontes às quais ele faz referência, vamos analisar as formas de apropriação dos textos no corpo da tese. Afinal, como observado anteriormente, quase não existem citações diretas, destacadas do texto principal, ao longo do trabalho de Riedinger. Deste modo, a leitura cotejada entre tese e fonte deve nos permitir examinar de que maneira os textos são incorporados como referências no decorrer da narrativa. A escolha dos trechos da tese a serem lidos e comparados com a bibliografia, por sua vez, não seguirá uma ordem aleatória, mas se fará conforme passagens destacadas nos anexos. Além disso, alguns trechos sobre os principais personagens envolvidos na campanha também serão analisados, inclusive porque algumas das obras com maior número de referências no trabalho de Riedinger foram escritas por eles. Desta forma, pretendemos analisar quais foram as interpretações do autor e quais as adaptações que ele pode ter feito dos textos referidos para combiná-los em seu próprio trabalho. Após este processo e das considerações que já foram

levantadas, esperamos apresentar uma imagem crítica de *Como se faz um presidente*, localizando-o em relação à produção acadêmica existente sobre o assunto.

4 ENTRE AS FONTES, O TRABALHO DO AUTOR

Neste capítulo, nossa análise de *Como se faz um presidente* se dará ao nível do texto propriamente dito. Enquanto nos capítulos anteriores consideramos o contexto acadêmico e institucional no qual Riedinger produziu sua pesquisa e os tipos de textos mais utilizados, nosso objetivo agora é averiguar de que forma o autor elaborou suas referências em um texto próprio. Além disso, pela proximidade entre o período analisado e a época em que o trabalho foi produzido, outra questão a ser avaliada é se *Como se faz um presidente* pode ser considerado um exemplo de história do tempo presente. Neste ponto, as relações entre certa produção historiográfica e o jornalismo, assim como as categorias de história presente e história imediata, nos permitem ler o trabalho de Riedinger por outros ângulos, com critérios que talvez não fossem correntes quando de sua defesa enquanto tese e de sua publicação no formato de livro.

Antes de maiores análises, porém, temos de explicitar os critérios de seleção dos trechos em exame. Dentro dos limites deste trabalho, analisamos as passagens relativas a duas questões críticas no período da campanha: o encontro entre Kubitschek e Café Filho, com as diferentes versões dos personagens sobre o ocorrido, e os debates em torno da cédula eleitoral, alterada especialmente para a eleição presidencial. A escolha das passagens relativas a esses temas se deu também por outro critério, por se tratarem de temas referidos especialmente nos anexos da tese⁷². Ao contrário de outros anexos, como as tabelas com os resultados da eleição em cada estado, esses apêndices não foram incluídos na edição brasileira. Não temos acesso aos critérios editoriais que determinaram a retirada de alguns conteúdos e a manutenção de outros, mas a relevância dos anexos pode ser avaliada com base nas reflexões de Compagnon sobre a perigrafia, algumas das quais apresentadas anteriormente. Pois além de localizar o texto em relação aos demais textos e aos leitores para os quais se dirige, a perigrafia “[...] situa-o no intertexto, testemunha o controle que o autor exerce sobre ele. É uma cenografia que coloca o texto em perspectiva, cujo centro é o autor” (COMPAGNON, 1996, p.105).

⁷² A nota oficial da reunião entre JK e Café Filho, com o acréscimo posterior de Kubitschek, consta no Apêndice A da tese (RIEDINGER, 1978, p.380). No Apêndice B (p.382) há um modelo da cédula utilizada para as eleições de presidente e vice-presidente, com a ordem pela qual os nomes dos candidatos foram impressos.

No âmbito acadêmico, podemos supor que a presença de tais conteúdos em anexo denota a importância das passagens relativas a eles no texto da tese. Além disso, por se tratar de um trabalho sobre o Brasil defendido em uma universidade norte-americana, acreditamos que estes apêndices serviram de referência para contextualizar esses trechos aos leitores não brasileiros. Outro aspecto a considerar são as fontes apresentadas nessas passagens, o que aponta para as relações entre a tese e os textos que lhe serviram de referência. Este conjunto de relações entre produções distintas se apresenta como um exemplo de intertextualidade, conceito que remete à citação de Compagnon a respeito da perigrafia:

A intertextualidade *strictu sensu* (daqui por diante, apenas *intertextualidade*) ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva [...] dos interlocutores (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p.17).

Uma leitura comparada entre o texto de Riedinger e as fontes indicadas nos permite avaliar como o autor se situa em relação aos demais textos e de que maneira ele trabalha a intertextualidade em seu próprio trabalho. Na falta de citações diretas, essa leitura se faz ainda mais necessária para verificar as formas pelas quais o autor combinou e interpretou suas referências, posicionando-se em relação aos assuntos tratados. O que nos remete ao tempo em que Riedinger compôs sua obra, um tempo pouco afastado em relação aos acontecimentos narrados. Essa pouca distância no tempo teria condicionado a forma pela qual Riedinger escreveu seu trabalho e a escolha das fontes mais utilizadas? E de que maneira podemos avaliar este tipo de produção enquanto historiografia? Por isso, antes de examinar as passagens sobre a reunião JK-Café Filho e a questão da cédula eleitoral, vamos situar *Como se faz um presidente* à luz de outra categoria, a chamada história do tempo presente.

4.1 Uma história do tempo presente?

Comparada ao estudo de outras temporalidades, a história do tempo presente é um campo de estudos bem menos definido. Para tomar uma data como referência, apenas em 1978 foram fundados o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) e o Instituto de História Moderna e Contemporânea (IHMC) na França. Em suas recapitulações, Agnès Chauveau e Philippe Tétart atribuem essa defasagem à resistência da Nova

História, então predominante, em incorporar o imediato como matéria de história. Considerada herdeira da escola dos *Annales*, a Nova História enfatizava o estudo de longos períodos de tempo como mais determinantes do que os fenômenos conjunturais. E mesmo entre os responsáveis pela criação dos novos institutos, a divisão entre historiadores e estudiosos do presente persistia:

Nesse mesmo ano, em seu prefácio a *La Nouvelle Histoire*, e à época em que ocupava com René Remond o núcleo da comissão que discutia a criação do IHTP, Jacques Le Goff reafirmava, entretanto, que a história do presente é frequentemente melhor feita pelos sociólogos, politólogos, alguns grandes jornalistas, do que pelos historiadores. (CHAUVEAU; TÉTART, 1999, p.11).

Contudo, a tendência dos historiadores de se voltarem ao estudo dos tempos mais recentes aumentava desde a década de 1950. Sem atribuir sua origem a um fenômeno específico, os autores localizam alguns fatores que impulsionaram o seu surgimento, como a mudança de geração entre os historiadores, o impacto dos acontecimentos, sobretudo as guerras, ao longo do século XX e a conseqüente demanda social por explicações sobre esses fenômenos (idem, pp.15-17). No entanto, essa tendência não havia adquirido a especificação de um conceito. Nesse sentido, Chauveau e Tétart diferenciam a história do imediato da história do tempo presente, tanto pelo seu valor epistemológico quanto pelos sujeitos que as praticam:

Vista como objeto, a história do imediato é testemunho. Este é seu valor intrínseco. Esse testemunho pode tomar a forma de uma análise que, hierarquizando uma primeira vez as questões, os fatos, fornece conjuntamente arquivos, depoimentos, pistas de pesquisa e esboços de interpretação (idem, p.24).

O autor dessa história é também ator, está em relação direta com seu tema e escreve seu trabalho no calor da hora. Daí o seu valor sobretudo enquanto testemunho, objeto histórico. Seu valor é complementar ao da história do presente, que se diferencia por uma abordagem científica.

Jean-Pierre Rioux avança um pouco mais nas definições a respeito da história do presente, assim como em alguns questionamentos sobre seu status científico. Entre as dificuldades, Rioux aponta para o desafio de traduzir um presente não apenas efêmero por definição, mas que se encontra saturado de produções sobre o próprio tempo,

[...] nesse imenso rumor mundializado de um “atual” triturado, amassado, transformado sem trégua, sob o triplo efeito da mediatização do acontecido, da ideologização do ato e dos efeitos de

moda na nossa apreensão de um curso da história? (RIOUX, 1999, p.41).

O historiador assim se vê pressionado por uma demanda crescente de explicações sobre os fenômenos mais recentes ao mesmo tempo em que se arrisca a simplificá-los na falta de maiores informações sobre eles, o que a perspectiva retroativa permite comparar. Essa demanda, por sua vez, está bastante ligada ao curso do século XX, marcado por guerras e transformações políticas e tecnológicas numa velocidade talvez nunca antes vista. A história do tempo presente, assim, poderia ser

[...] um depoimento de boa qualidade científica sobre esse estranho sentimento próprio de nosso tempo, inédito na torrente do tempo e que atrapalha tão frequentemente nossos contemporâneos: a consciência, dolorosa ou exaltante, de ter sido, por bem ou por mal, tomados, triturados e designados por uma história catastrófica cujo curso eles jamais dominaram (idem, p.43).

Essa nova abordagem também se relaciona com as mudanças nos paradigmas da história, sobretudo a dos *Annales* e do marxismo, calcados na longa duração e no estudo de séries quantificadas e estruturas econômicas como principal chave para uma leitura da história. Diante de tantas mudanças, a história do presente surge como “uma outra composição hierarquizada do tempo” em que o descontínuo, o factual e o pessoal voltam a ser objetos de estudo. Seu valor não reside apenas na busca por identidade dos personagens, como também por fazer refletir sobre questões como a presença de um sentido na história e as relações entre passado e presente. Daí a “capacidade heurística” desse tipo de história (CHAUVEAU; TÉTART, 1999, p.37), que Rioux chama de “[...] um presente pouco a pouco aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas” (RIOUX, 1999, p.50).

Mas além das transformações no fazer historiográfico e da demanda social por uma explicação sobre os tempos mais recentes, outro fator que impulsionou essa história foi sua aproximação com o jornalismo. Esse diálogo não se deu sem resistências, como Rioux afirma, mas um dos marcos nessa direção foi o lançamento da coleção “A História imediata” por Jean Lacouture em 1962. E assim como a história passava por transformações em suas práticas e objetos de investigação, também o jornalismo movimentava-se numa direção mais próxima a da história:

[...] o jornalista não se contentaria mais em registrar o eco da atualidade, que ele saberia produzir material elaborado e exercer seu olhar crítico, que ele se daria o direito de fundar uma história “imediata” que inseriria “o acontecimento mal esquadreado” [...] num

percurso retrospectivo e numa problemática de interações entre o passado e o presente (RIOUX, 1999, p.122).

Essa ambição jornalística se fortaleceu ao longo da década de 1960, sendo que os acontecimentos de maio de 1968 mostraram o papel das mídias na transcrição, representação e na produção dos eventos⁷³. Os estudos sobre a imprensa ganharam impulso, e na relação entre os meios de comunicação e eventos percebeu-se que “O observador e o observado (...) agiam doravante um sobre o outro, e o próprio acontecimento tinha se tornado polissêmico” (idem, p.123). Segundo o autor, o movimento dos historiadores nessa direção foi mais lento, por vezes de pouco contato com essa história imediata⁷⁴. E não somente pela resistência a tal abordagem entre a corporação, como também pela escassez de conceitos para definir seu estudo. No entanto, e talvez em função disso, Rioux afirma que essa história incorporou alguns dos melhores métodos da imprensa

Na escolha de seus temas, impelida pela atualidade e submetida à pressão das testemunhas e dos atores que desejam que sua experiência seja rememorada numa produção ou numa co-produção históricas. Em suas práticas de pesquisa de campo e no uso do gravador. [...] Em suma, em seu contato permanente com a exigência dos vivos e a impetuosidade do atual (RIOUX, 1999, p.125).

Essas reflexões aludem a outra característica da história do tempo presente, o uso de novos tipos de fontes e bancos de dados. O que por sua vez se desdobra em questionamentos sobre o melhor uso dessas fontes, e quais os modos de relacioná-las com a escrita da história. Sobre esse tema, Robert Frank dedica-se a pensar nas implicações do uso de fontes coevas aos historiadores, sobretudo as fontes orais.

Frank não pretende recapitular a trajetória da chamada “história oral”, embora a demanda por este tipo de investigação tenha crescido muito nas últimas décadas. À expressão “história oral” o autor prefere “fontes orais”, por realçar o papel complementar dos testemunhos com fontes e arquivos escritos. Sobre essas fontes, a primeira questão levantada é sua confiabilidade, uma vez que um depoimento pode estar permeado de falsas informações e enganos do testemunho. Frank destaca que numa

⁷³ No balanço das obras relativas a períodos mais próximos de suas publicações, Rioux menciona que “Desde 1958, a coleção “Ce jour-là” publicada por Robert Lafont tinha vendido muito bem documento oscilando entre história e jornalismo, inspirado no modelo americano” (RIOUX, 1999, p.122). O autor não exemplifica ou caracteriza esse modelo, mas alude a uma relação entre os dois campos ao menos desde a década de 1950, portanto antes da formação acadêmica de Riedinger.

⁷⁴ Assim como Chauveau e Tétart, Rioux faz uma distinção entre história imediata, feita sobretudo por jornalistas, e uma história do tempo presente escrita por historiadores.

entrevista a fonte oral é “provocada” pelo historiador, que se torna ao mesmo tempo seu usuário e produtor. No entanto, apesar do imediatismo na construção através da entrevista, há uma diferença de tempo entre o testemunho e a ação contada pelo depoente. Essa diferença inerente a fonte oral muitas vezes induz a erros e projeções posteriores sobre o tempo narrado, o que levou alguns pesquisadores a rejeitar seu uso na historiografia.

Contudo, Frank aponta para alguns aspectos nos quais “[...] as fontes orais são insubstituíveis, não somente para cobrir lacunas, mas também para apreender todo um sistema de informações” (FRANK, 1999, p.110). Por exemplo, a reconstituição das redes de relações pessoais e as motivações dos personagens raramente passam por fontes escritas. Mas há outro aspecto que o autor considera ainda mais importante, e que pode ser especialmente significativo ao analisarmos a obra de Riedinger:

[...] as fontes orais revelam melhor do que as fontes escritas a complexidade dos mecanismos da tomada de decisão. Não há tomada de decisão única, mas todo um feixe de elementos conduzindo a esta. A pessoa que mais importou numa decisão não é necessariamente o ministro que assinou a sentença ou mandou adotar o decreto. Ainda aí, as fontes escritas não bastam para reconstituir a rede de pressões, a medida de influências e a cadeia de decisões (idem, pp.110-111).

Não se trata de tomar essas fontes como isentas de comparação quando outras referências existem, mas de ter acesso a processos que pouco aparecem por escrito. Em *Como se faz um presidente*, há uma série de entrevistas com personagens envolvidos nos acontecimentos, sendo que algumas passagens narram as intenções dos sujeitos. Nos episódios destacados neste capítulo, faremos uma leitura mais minuciosa da composição dos mesmos, nos quais Riedinger fez uso de fontes escritas e orais.

Dentre as considerações sobre uma história próxima do tempo dos eventos, Jean Lacouture oferece algumas reflexões mais detalhadas. Embora seu texto se intitule “A história imediata”, o autor chama a atenção para o quanto tal ausência de mediação entre o autor e os eventos é quase impossível. Afinal, o trabalho do historiador consiste em verificar, comparar e selecionar entre uma série de fontes, aplicando métodos que implicam num certo distanciamento em relação aos documentos. Deste modo, a história imediata é um termo relativamente impreciso, mas o autor define ao menos dois componentes irredutíveis, que são “[...] a proximidade temporal da redação da obra em

relação ao tema tratado e proximidade material do autor em relação à crise estudada” (LACOUTURE, 1990, p.216).

Segundo Lacouture, a imediação dessa história se baseia tanto em sua instantaneidade quanto na relação afetiva entre autor e objeto de pesquisa⁷⁵. De Tucídides a Trotsky, passando pelas crônicas de Joinville, Lacouture apresenta exemplos de histórias ligadas aos acontecimentos e carregadas de ressonâncias afetivas. No entanto, o autor realça que “[...] a operação histórica visa antes de mais nada a busca de uma linha de inteligibilidade, de uma relação entre causas e efeitos, meios e fins, barulho e sentido” (LACOUTURE, 1990, p.217). Esse trabalho pode por vezes se confundir com o jornalismo, mas Lacouture diferencia os dois ofícios pela quantidade de fontes e cruzamentos de informações à disposição do historiador, algo que o jornalista raramente consegue em seu trabalho. Tal proximidade entre os campos provocou resistências entre os historiadores por certo período, ao mesmo tempo em que os autores dessa história se aproximavam de áreas como a sociologia e a ciência política para formular suas explicações.⁷⁶

Ao mesmo tempo, se os procedimentos da historiografia se mostram possíveis de serem aplicados a uma temporalidade recente, também implicam certas limitações. Lacouture aponta para a incapacidade dessa história em saber ou prever o desfecho dos eventos, pois escrita quase que simultaneamente ao curso dos acontecimentos. Tal proximidade pode afetar sua capacidade analítica, mas o autor adverte que toda pesquisa histórica muda conforme novos documentos são descobertos e novos métodos são aplicados, sendo quase impossível de chegar a um conhecimento definitivo sobre determinado período:

Onde a busca do historiador se detém no definitivo, se paralisa no irremediável, se inscreve no mármore? Fim da história? Talvez. Mas fim da operação histórica... Sobre o cadáver embalsamado da história, os historiadores ainda pulularão, à busca de uma correspondência inédita, de uma folha de temperaturas, de um diagnóstico dissimulado

⁷⁵ Neste sentido, a proximidade entre Riedinger e JK parece mais um indicativo de que seu trabalho pode ser classificado nesta categoria. Cabe lembrar que Riedinger trabalhou como secretário de JK entre 1972 e 1976, informação que consta na contracapa da edição brasileira. Além disso, nela há uma foto de ambos num escritório, o que realça a relação pessoal existente entre os dois.

⁷⁶ Trata-se de um aspecto reiterado nos outros trabalhos sobre a história do presente. Na bibliografia a *Como se faz um presidente*, há uma seção de artigos consultados, assim como uma série de livros de sociologia e ciência política indicadas como referência. Considerando a época em que Riedinger compôs seu trabalho, tal seleção parece indicar uma busca por referências disponíveis ao momento, na falta de trabalhos sobre o período da autoria de historiadores.

pelo segredo médico, de uma declaração de imposto...
(LACOUTURE, 1990, p.223).

Assim, tanto ao discutir seus métodos quanto ao avaliar suas restrições, a discussão sobre a história do presente remete aos fundamentos da disciplina em geral⁷⁷. Além do mais, a estreiteza do prazo analisado muitas vezes se vê compensada por um volume e diversidade de fontes maior do que em períodos anteriores. Os meios de comunicação em geral, sejam jornais, rádio ou televisão, são alguns exemplos nesse sentido, sendo que com o advento da eletrônica a quantidade de arquivos relativos a essas fontes é crescente.⁷⁸

Outra característica bastante discutida neste tipo de história, e com impactos sobre a reflexão historiográfica em geral, é o chamado retorno do acontecimento. Posto em segundo plano pela escola dos *Annales*, em seu combate contra uma história de fatos e datas desvinculados de análises em longa duração, o acontecimento volta a ser objeto de estudo sob outros ângulos. Jacques Le Goff apresenta duas transformações no status do acontecimento em relação à antiga história factual:

A primeira, bem analisada por Pierre Nora, é a criação do acontecimento pela mídia, que lhe proporciona um estatuto privilegiado na história contemporânea. A segunda é a possibilidade, doravante, de fazer do acontecimento a ponta do iceberg e estudá-lo como cristalizador e revelador das estruturas (LE GOFF, 1990, p.7).

Lacouture afirma algo semelhante, ao distinguir o historiador do jornalista “[...] pela diferença dos níveis de escuta” (LACOUTURE, 1990, p.232), que o historiador deve ser capaz de relacionar numa sequência de eventos e significados mais amplos no tempo e no espaço. As discussões a respeito do acontecimento, seus significados e as formas pelas quais ele é apresentado ou construído pelos historiadores cresceram muito nos últimos anos, tornando-o objeto de análises específicas. Esse debate extrapolaria em muito os limites de nossa pesquisa, mas o trabalho de François Dosse avalia o conceito

⁷⁷ Jean-Pierre Rioux argumenta em sentido semelhante ao afirmar que “[...] o argumento da “falta de recuo” não se sustenta, dizem eles, pois é o próprio historiador, desempacotando sua caixa de instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que cria sempre, em todos os lugares e por todo o tempo, o famoso “recuo”” (RIOUX, 1999, p.46-47). Assim, seus fundamentos encontram mais nos métodos do que em novos conceitos, pois este tipo de história carece de conceituações específicas.

⁷⁸ No trabalho de Riedinger percebe-se o cruzamento de fontes vindas desses meios, principalmente jornais e entrevistas. Além disso, o discurso de Café Filho a respeito da reunião com JK foi transmitido pela *Voz do Brasil*, o que em parte explica o impacto do discurso naquele momento. Também é preciso destacar que o acesso aos periódicos armazenados em arquivos eletrônicos foi fundamental para esta pesquisa.

relacionando sobretudo história e filosofia.⁷⁹ Apresentado principalmente através dos meios de comunicação, o acontecimento na história mais imediata tende ao excepcional, ao sensacional ou às grandes figuras do momento, abordagens características do jornalismo. Lacouture adverte para os limites e mesmo os riscos de uma explicação tão próxima dos grandes personagens ou eventos, mas afirma que a história imediata é uma projeção do próprio século. Publicado pela primeira vez em 1978, mesmo ano em que a tese de Riedinger foi aprovada, o texto se encerra com uma observação ainda mais pertinente hoje, diante dos avanços na velocidade e na quantidade de veículos de comunicação:

O que caracteriza o mundo convulsionado e comunicante em que vivemos não é apenas o fato de que toda crise nos deixa em palpos de aranha [...], mas sim que esses acontecimentos sejam logo levados ao conhecimento da opinião pública, afligindo-a, projetando-a na angústia. É essa imediação da comunicação que impõe o desenvolvimento da história imediata, sinais de bruma de uma sociedade alucinada por informações e no direito de exigir inteligibilidade histórica próxima (LACOUTURE, 1990, p.238).

Assim, não chegamos a um conceito determinado sobre a história do tempo presente, ou história imediata. Como vimos, alguns autores fazem distinção entre ambas, enquanto Lacouture menciona apenas a segunda. Em todos eles, porém, há o cuidado de alertar para a presença dos meios de comunicação e a relativa impossibilidade de se escrever a história simultaneamente aos eventos. Tais observações acabam por remeter a alguns dos fundamentos da própria disciplina histórica, como a verificação e cruzamento das fontes, a objetividade e o distanciamento possíveis em relação ao objeto de estudo. Pela formação acadêmica de Riedinger e pelas fontes utilizadas, além da proximidade do autor em relação à época e alguns dos personagens na obra, especialmente Kubitschek, *Como se faz um presidente* pode ser considerado como exemplo de história do presente, ainda que o conceito seja amplo.⁸⁰

⁷⁹ Em sua obra, Dosse faz uma distinção entre acontecimento e fato histórico, com base nas reflexões de autores como Paul Ricoeur. O fato histórico aparece como uma construção discursiva a partir das diferentes versões a respeito de um mesmo acontecimento. No entanto, isso não impossibilita de se verificar a veracidade dos acontecimentos, como se eles fossem reduzidos a discursos. O discurso é condição para o acontecimento se constituir em fato histórico, mas para isso as diferentes narrativas sobre ele precisam ter um referente em comum: “Essa distinção permite compreender que existem múltiplas variações possíveis em torno de um mesmo acontecimento, desde que esse último não escape à narrativização e, portanto, a seu autor e a sua subjetividade. Ao mesmo tempo, é preciso pressupor um mesmo referente para poder comparar as diversas versões, ao relatá-lo” (DOSSE, 2013, p.206-207).

⁸⁰ Não considero, porém, o trabalho de Riedinger como história imediata, dada a distância de duas décadas entre o tempo da escrita e os eventos narrados. Ao utilizar artigos e livros publicados em 1955 ou

Nas próximas partes deste capítulo, vamos analisar dois episódios que tiveram repercussão no período, além de terem mobilizado as memórias dos principais atores envolvidos. Apesar da relativa distância entre a tese e os eventos, a cobertura jornalística, as entrevistas e as diferentes versões sobre os acontecimentos trazem um pouco do “vibrato do inacabado” de que fala Rioux sobre a história do presente. Na análise de como Riedinger selecionou, interpretou e relacionou as diferentes fontes em sua obra, esperamos que tais episódios possam ser apresentados com as diferentes direções para as quais eles poderiam se desenrolar.

4.2 Um episódio crítico: o encontro JK – Café Filho

Em 20 de janeiro de 1955, Juscelino Kubitschek encontrou-se com o então presidente Café Filho no Rio de Janeiro. Nesta época, JK realizava uma série de viagens pelo país em busca de apoio para sua nomeação como candidato presidencial na convenção do PSD, a se realizar em 10 de fevereiro. Sua candidatura, porém, enfrentava resistências tanto de outros partidos quanto de setores nas Forças Armadas e do próprio governo, que viam na disputa eleitoral um reacirramento da crise que culminou com o suicídio de Getúlio no ano anterior. Além disso, na falta de outros concorrentes até aquele momento e diante de uma candidatura apoiada pelo maior partido do país, os adversários viam suas chances serem muito reduzidas num eventual pleito.

Riedinger assim contextualiza a organização da reunião entre os dois personagens:

O encontro havia sido articulado pela equipe de Kubitschek, mas foi ele próprio quem resolveu, com o consentimento de Café, levar consigo o Senador Bernardes Filho. Ciente da controvérsia que a reunião poderia gerar, Juscelino desejava a presença de um observador objetivo, alguém capaz de ser aceito pelo presidente e por ele mesmo. Bernardes Filho, comprometido com a candidatura Kubitschek, porém membro do PR, partido que se havia aliado tanto à UDN quanto ao PSD, era mutuamente aceitável (RIEDINGER, 1988, pp.99-100).

Ao final deste trecho, o texto da tese apresenta uma nota de rodapé citando o *Correio da Manhã* de 20 de janeiro, nas páginas 8 e 18. Nestas páginas, há um discurso de Bernardes Filho no Senado a favor da candidatura JK, onde ele afirma que o Partido Republicano (PR) mineiro é da mesma opinião, embora a aliança precisasse ser homologada pela convenção nacional do partido. Na nota de rodapé Riedinger

nos períodos imediatamente anteriores ou posteriores como referências, acredito que o autor serve-se da produção mais próxima aos acontecimentos para compor uma história do tempo presente.

menciona esse discurso, mas sem incorporar essa passagem ao texto principal. Por outro lado, a notícia do encontro entre Juscelino e Café Filho com a presença de Bernardes Filho consta no trecho citado acima.

Comparados os textos do livro, da tese e do jornal, como podemos distinguir a interpretação do autor nessa passagem? O jornal não menciona que a articulação do encontro partiu da equipe de Juscelino, mas confirma que

O principal assunto a ser tratado no encontro é o memorial ou memorandum dos generais sobre a sucessão presidencial, que fora antes mostrado pelo presidente da República ao senador mineiro e por este levado ao conhecimento do senhor Juscelino Kubitschek.⁸¹

Nessa mesma edição, a presença de Bernardes Filho na reunião é explicada por sua amizade tanto com Café Filho quanto com Juscelino. Outras razões não são apresentadas, ao que podemos supor que o convite feito a Bernardes Filho na qualidade de observador parte de uma interpretação sobre o evento. Na falta de outras referências, essa interpretação parece partir de Riedinger, comentando as intenções de JK para o convite.

Mais adiante, Riedinger apresenta as falas de JK e Café Filho na reunião, sempre de maneira indireta. Contra o prosseguimento da candidatura de JK, que precisava ser homologada pela convenção do PSD, Café mostra um quadro de dificuldades e ameaças, enquanto Juscelino mantém a própria campanha como sinal de estabilidade política:

Como se não bastassem esses problemas, Kubitschek estava agora empenhado numa campanha eleitoral que irritava os militares, complicando ainda mais o seu governo que, afinal, era apenas interino. A união nacional e um candidato único eram as melhores soluções possíveis.

Kubitschek respondeu que não retiraria sua candidatura. Sua campanha tinha-o convencido de que não haveria distúrbios: o povo desejava ansiosamente preservar o funcionamento dos partidos, o direito de votar e a abertura do regime (RIEDINGER, 1988, p.100).

Logo após esse trecho, há uma nota de rodapé na tese indicando a página 10 do *Correio da Manhã* de 21 de janeiro de 1955. Nesta edição há um relato do encontro que discutiu a sucessão presidencial. Contudo, na reportagem não há maior referência à posição dos

⁸¹ *Correio da Manhã*, 20/1/55, p. 18. Todas as referências às edições do *Correio da Manhã* constam na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, através do endereço <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>. Acessado em 18/11/2015.

militares sobre a candidatura, inclusive afirmando-se que Café Filho não apresentou o memorial dos militares citado no dia anterior. Sobre a hipótese do candidato único, o jornal afirma que o presidente “Aludiu, como sugestão, à possibilidade de união nacional, se isto fosse possível na base de um entendimento entre os partidos” (CM, 21/1/55, p.10). Entre a candidatura única como a melhor solução e a possibilidade da união nacional com base num acordo interpartidário, a postura de Café Filho quanto à sucessão parece mais intransigente em Riedinger do que na fonte mencionada.

Por outro lado, a afirmação de Kubitschek no livro parafraseia a fala atribuída a ele no jornal:

Trouxe a impressão de que é normal e tranquila a situação política, não havendo motivo para temer-se uma campanha eleitoral no terreno democrático das competições entre duas ou mais candidaturas. É o funcionamento do regime, com a liberdade dos partidos e a decisão das urnas, aquilo que o povo brasileiro mais deseja como afirmação de sua maturidade política (idem, p.10).

Com base nestes excertos, seria possível pensar que Riedinger apresenta uma interpretação de Café Filho, enquanto as declarações de JK aparecem mais de acordo com a fonte correspondente. No entanto, é preciso considerar que o discurso dos personagens no jornal é indireto, segundo o que “Apurou a nossa reportagem os pontos essenciais da conversação” (idem, p.10). A este primeiro nível, acrescenta-se o trabalho do autor, que adapta e combina as referências em seu próprio texto. Portanto, essa dupla mediação entre o que os personagens afirmam e como isso é apresentado desde logo nos retira a ilusão de que os textos refletem exatamente as falas dos envolvidos. O que poderia ser visto como distorção por parte do autor mostra-se como uma condição das próprias fontes, que Riedinger seleciona, combina e interpreta em seu trabalho.

Outro aspecto a ser considerado é a posição do *Correio da Manhã* sobre a candidatura de Juscelino. Como analisado no capítulo anterior, o jornal mostrou-se o principal veículo da imprensa carioca a favor da candidatura JK, sendo que o editorialista Álvaro Lins fez parte da equipe de campanha (RIEDINGER, 1988, p.73). E mesmo tendo criticado a escolha de João Goulart como vice-presidente na chapa (idem, p.162), o jornal foi um dos fundadores da Liga Pela Defesa da Legalidade, organização que defendeu a realização das eleições diante das constantes ameaças de um golpe de Estado

(idem, p.225). Portanto, não podemos ignorar que o jornal também tinha suas posições e preferências políticas, neste caso favoráveis a manutenção da candidatura JK.⁸²

A narrativa de Riedinger prossegue com o debate entre JK e Café Filho, que chega a um ponto crítico. Diante da recusa de Kubitschek para retirar a candidatura, Café apresenta o memorial militar a Juscelino. Esse documento, já citado pela imprensa nas edições anteriores, propunha

[...] um movimento altruístico de recomposição patriótica que permita a solução do problema da sucessão presidencial em nível de compreensão e espírito de colaboração interpartidária, sem o acirramento dos ódios e dissensões que vêm de abalar seriamente a vida nacional (CRUZ, 1983, p.367).

Assinado por todos os membros militares do ministério de Café Filho, incluindo Juarez Távora, o documento rejeitava a hipótese de um candidato militar para a sucessão presidencial. Para evitar divisões entre as Forças Armadas e manter a estabilidade política, a candidatura de um civil com base em um acordo interpartidário seria a conciliação das diversas forças políticas, evitando o retorno da crise que culminou com o suicídio de Getúlio. Apresentado ao presidente em 31 de dezembro de 1954, o memorial não foi divulgado para não soar como uma ameaça dos militares ao regime. No entanto, como a cobertura da imprensa demonstra, já se especulava sobre o conteúdo do documento.

Ao questionar por que a posição de Café Filho pela candidatura única, Riedinger realça o caráter interino de seu governo, sustentado num frágil equilíbrio entre civis e militares após a crise de agosto de 1954. Diante de uma situação política precária, “Café Filho não se sentia inclinado a apelar à força militar que, na verdade, o intimidava”, segundo o autor (RIEDINGER, 1988, p. 86). Assim, ao receber o documento dos ministros militares, o presidente

⁸² Outro jornal importante foram os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Riedinger afirma que a maior parte da despesa com publicidade na campanha JK foi gasta nesse jornal, sendo que os pagamentos incluíam reportagens e editoriais (RIEDINGER, 1988, p.247). Trata-se, contudo, de uma afirmação difícil de verificar, pois as referências a ela na tese são uma entrevista com Fernando Rodrigues de 12 de maio de 1977, mencionando a existência de dois recibos dos *Diários* ao comitê de campanha JK. Esses recibos pertenciam aos arquivos particulares de Rodrigues, e eram “[...] apenas alguns dos vários outros que existiam. Ambos estão rasgados, com somente metades dos originais”. Em nota da tese, o autor afirma que “These two receipts, representing values o one million cruzeiros and half a million cruzeiros each, are only a few of several others which existed. Both are torn, only halves of the originals” (RIEDINGER, 1978, p.328). A tradução é de minha autoria.

[...] achou que, de certa forma, o memorial era um ultimato dirigido à sua pessoa, a última chance de uma solução civil do problema sucessório antes que os militares, desejosos de evitar o retorno dos getulistas, banissem todos os políticos (idem, p.89).

Logo após este trecho, há uma nota de rodapé incomum em relação aos padrões do trabalho. Em primeiro lugar, por ser uma das raras notas mantidas na edição em livro. E em segundo lugar, por apresentar não uma referência, mas um comentário do autor sobre a reação de JK para a atitude de Café Filho:

Kubitschek jamais chegou a compreender esta atitude do presidente. A tradição mineira era a da Velha República, na qual o incumbente tratava de manipular sua sucessão. O fato de Café não fazer isto em relação à sua pessoa, levava Kubitschek a pensar que ele manobrava em favor de outro (idem, p.89).

O que levou Riedinger a interpretar Juscelino e o processo sucessório desta forma? Embora sem citar uma ocasião específica, podemos supor que tal explicação veio de alguma das inúmeras entrevistas feitas com o ex-presidente⁸³. Por outro lado, ao associar a sucessão presidencial com uma tradição mineira vinda de um regime político de décadas anteriores, Riedinger relaciona contextos políticos e sociais bastante diferentes entre si. Nesta nota talvez se veja uma face mais brasilianista do autor, uma vez que grande parte das interpretações brasileiras sobre os regimes políticos de então recusam essa homogeneidade⁸⁴. Além disso, podemos nos questionar se, ao manter essa nota com o comentário do autor no texto principal, a edição brasileira não realça uma visão personalista da política do período, baseada mais nas atitudes dos personagens do que nos sistemas político-partidários da época. Visão essa que poderia ser mais uma caracterização do regime com as interpretações do populismo nas décadas de 1960 e 1970, como analisado no capítulo anterior.

De volta à reunião entre JK e Café Filho, Juscelino lê o memorial e não percebe o documento como uma ameaça, muito menos como veto, a sua candidatura. Entre os boatos que corriam a respeito e o texto propriamente dito, Kubitschek atribui ao memorando um significado muito menor do que Café Filho fazia supor. Contudo, por se tratar de um documento sigiloso, JK pediu ao presidente que não revelasse o conteúdo,

⁸³ Na seção das fontes consultadas, Riedinger menciona dezenove entrevistas com JK, entre 13 de setembro de 1973 e 4 de novembro de 1975, além de “várias outras ocasiões” (RIEDINGER, 1988, pp.302-303).

⁸⁴ Exemplo disso, como vimos no capítulo anterior, é o trabalho de Jorge Ferreira, que rejeita o conceito de populismo como categoria explicativa da política brasileira entre 1930 e 1964. E mesmo a obra de Octávio Iani, que toma o populismo como conceito para explicar o período, apresenta o regime anterior a 1930 com uma orientação política e econômica distinta do que veio depois.

alegando que isso poderia intimidar o eleitorado. Neste trecho, percebe-se que Riedinger alterna o relato dos acontecimentos com sua interpretação dos mesmos, sobretudo quanto às intenções dos personagens. Sobre a divulgação do memorial militar, o autor atribui o pedido de JK a uma manobra para expor o presidente e manter a própria posição de candidato:

É possível que Kubitschek estivesse realmente tentando induzir Café a publicar o memorial, sabendo quão ridícula pareceria a interpretação do presidente que, com isto, revelaria a pressão que vinha sendo exercida contra sua candidatura. Ao pedir que o presidente não revelasse o documento, o mineiro sabia que Café se sentiria inclinado a fazer exatamente o oposto (RIEDINGER, 1988, p.101).

Aqui, Riedinger avalia a conduta e as intenções dos personagens, ainda que sua interpretação contrarie a versão de JK sobre o ocorrido⁸⁵. No relato da reunião e do comportamento dos personagens, o autor se baseia nas memórias de Café Filho, JK e num livro de José Moraes, assessor de imprensa de Juscelino⁸⁶, sobre a campanha presidencial. Na tese, há três notas consecutivas com essas referências, inclusive das mesmas páginas de cada livro. Desse modo, uma leitura cotejada entre as obras pode nos fazer distinguir as vozes de cada um no texto, e dentre elas a de Riedinger.

Trata-se de um ponto crítico na narrativa, pois as referências utilizadas nesta parte são versões distintas do encontro. Por exemplo, ao receber o memorial de Café Filho, José Moraes afirma que “Juscelino leu com a maior ponderação o documento de nossos chefes militares. E não sem candura, mas com toda perspicácia de homem afeito à consideração de problemas graves, viu que se lhe estava aplicando uma chantagem” (MORAES, 1955, p.109). Em suas memórias, Kubitschek usa quase as mesmas palavras: “Li o documento com a maior ponderação e, não sem candura, mas com a perspicácia de um político já afeito a todos os truques, senti que estava sendo vítima de uma chantagem” (OLIVEIRA, 1976, p.343). É possível que JK tenha se utilizado do livro de Moraes para escrever seu próprio relato, mas ambos afirmam que o memorial foi apresentado com o objetivo de fazê-lo retirar sua candidatura. Por sua vez, Café Filho apresenta uma visão mais conciliadora do ocorrido:

⁸⁵ Juscelino afirma que “Seguiu-se uma troca de opiniões entre nós dois e o Senador Bernardes Filho sobre a inconveniência da publicação, saindo eu com a impressão de que o documento seria mantido secreto”. OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *A escalada política*. Volume 2: *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1976, p.343.

⁸⁶ O livro se chama *Juscelino: o homem, a candidatura, a campanha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1955. A referência a ele como assessor de imprensa de JK encontra-se em RIEDINGER, 1988, p.73.

Expliquei ao candidato o sentido puramente conciliatório do apelo das Forças Armadas e das minhas gestões. Não havia impugnação ao seu nome nem ao de ninguém. [...] O que então se alegava contra ele era a maneira como se antecipara, lançando-se isoladamente [...] numa campanha partidária e assim precipitando uma disputa que a muitos parecia arriscada, em face da delicada conjuntura nacional (CAFÉ FILHO, 1966, pp.495-496).

Dessa maneira, o problema não seria a candidatura de JK em si, mas a forma como foi lançada. Café se apresenta a favor de uma solução de conciliação, mas nega que o memorial representasse um veto contra Juscelino. E mesmo na relação entre ambos as versões divergem: enquanto Café afirma que JK se reuniu com ele já em novembro de 1954 para discutir a campanha presidencial (idem, p.494), nem Juscelino nem José Moraes mencionam esse encontro. E tampouco em Riedinger encontra-se alguma passagem sobre essa reunião prévia. Quanto ao encontro em 20 de janeiro, JK afirma que “Nada tinha a discutir com o presidente”, mas atendeu ao pedido por ser “[...] conciliador por natureza e, tratando-se de um convite do presidente da República, não iria ser indelicado, recusando-me a comparecer à entrevista” (OLIVEIRA, 1976, p.342). Versão muito semelhante à de José Moraes, mais uma vez.⁸⁷

Pelo exame dessas passagens, percebe-se que ambos os políticos procuram se apresentar como conciliadores, ainda que suas versões e mesmo o relato de certos acontecimentos divirjam entre si. Neste ponto, Riedinger adotou a perspectiva de JK sobre o encontro, ao que poderia se criticar uma leitura parcial dos eventos. Contudo, numa nota de rodapé mantida para a edição brasileira, o autor adverte para o contexto no qual as memórias de Kubitschek foram publicadas, contexto esse que condicionou mesmo a caracterização dos personagens:

As memórias começaram a ser publicadas em 1975, em apoio à candidatura Kubitschek à Academia Brasileira de Letras. A fim de não provocar personalidades dentro do governo militar da época, as memórias não traçam relatos ofensivos de figuras militares ou simpatizantes civis do governo. [...] Compensando esta moderação, mostram-se inteiramente críticas em relação a civis como Café Filho. Uma consequência irônica dessa ênfase é dar a Café Filho uma aparência de força e decisão que ele realmente não tinha (RIEDINGER, 1988, pp.25-26).

Assim, notamos que relato e interpretação se entrelaçam, tanto nas memórias consultadas quanto no texto de Riedinger. A imagem de Café Filho e de JK,

⁸⁷ “Juscelino nada tinha a discutir, mas dele nunca partiria um gesto descortês, muito menos afrontoso” (MORAES, 1955, p.109).

principalmente a do último, aparece de acordo com certa leitura do autor a partir de suas fontes, e não apenas como ato de “recortar e colar” com base nelas. Outra questão controversa do encontro, com consequências nos dias posteriores, foi a divulgação para a imprensa sobre o que foi discutido na reunião. Baseado nas fontes anteriores, Riedinger apresenta o resultado assim:

A reunião terminou com a preparação de um polido *press release* que louvava o esforço do presidente no sentido de encontrar uma solução harmoniosa para o problema da sucessão, esforço que seria apoiado por Kubitschek – ficando, porém, inteiramente entendido que sua candidatura iria continuar (idem, p.101).

Nas memórias de JK e no livro de Moraes, logo após a reunião os dois políticos discutem sobre a manutenção da candidatura JK. Tanto a fala de Juscelino quanto a resposta de Café Filho são quase idênticas nos dois livros⁸⁸, o que não é mencionado nas memórias de Café. Riedinger corrobora a versão dos primeiros, inclusive reproduzindo as falas dos personagens no livro, num exemplo raro de citação entre aspas. Contudo, o ponto mais problemático esteve na nota à imprensa, pois entre a versão redigida após a reunião e a que foi entregue para os jornais, JK acrescentou um trecho no qual reiterava sua disposição de se manter em campanha, ao que esperava ser homologado candidato pela convenção do PSD.

Ambas as versões da nota aparecem nas memórias de Café Filho e no anexo da tese⁸⁹. Nas memórias de JK e no livro de José Moraes, esse adendo foi explicado para não deixar dúvidas quanto a resolução de Juscelino de permanecer em campanha. Na análise de Riedinger, o autor chega mesmo a citar um trecho que não consta na nota, quando afirma que

A expressa concordância deste último com a tentativa de Café de “encontrar uma solução harmoniosa para o problema da sucessão” poderia levar muita gente a pensar que Kubitschek poderia renunciar a qualquer momento a fim de cooperar com o presidente (RIEDINGER, 1988, p.102).

⁸⁸ Em José Moraes, “[...] o presidente Café tratou de encerrar a conversa, não sem ter antes assumido ares sibilinos” (MORAES, 1955, p.110), enquanto JK afirma que o presidente “[...] procurando dar maior ênfase ao significado daquele documento, tratou de encerrar a conversa, assumindo ares sibilinos” (OLIVEIRA, 1976, p.343). Esta pesquisa não tem como foco este conjunto de produções, mas por essa e pelas passagens anteriores, não deixa de ser possível que Juscelino tenha utilizado o livro de Moraes como fonte para compor suas próprias memórias.

⁸⁹ A versão original da nota termina com o seguinte parágrafo: “Os propósitos revelados por Sua Excelência encontram, em princípio, o melhor acolhimento de minha parte, pois nunca foi outro o meu propósito, já tantas vezes manifestado”. A essa frase, JK acrescentou “e que manterei integralmente no decorrer da campanha, se for homologada a minha candidatura pela convenção do meu partido”. CAFÉ FILHO, 1966, p.496-97 e RIEDINGER, 1978, p.380.

Não há como afirmar se tal lapso foi intencional ou de interpretação, uma vez que a tradução da tese contém quase o mesmo trecho⁹⁰. Nem Juscelino nem José Moraes falam em ameaça de renúncia, ressaltando que a alteração foi para reiterar a candidatura. No entanto, também no livro de Café Filho se encontra uma pequena diferença no texto da nota. Segundo o então presidente, a versão original terminava da seguinte forma:

Os propósitos revelados por Sua Excelência encontraram, em princípio, o melhor acolhimento de minha parte, pois nunca foi outro o meu propósito, já tantas vezes manifestado. *Dessa conversa terei de dar conhecimento à direção do meu partido* (grifos meus) (CAFÉ FILHO, 1966, pp.496-497).

Dessa maneira, encontramos três versões da mesma nota, diferindo entre si apenas no final. Nas memórias de Café Filho, ele confirma a justificativa de JK sobre a alteração da nota, pois o texto original dava a entender que Juscelino renunciaria à candidatura. Contudo, confere outro sentido para a mudança no texto, sugerindo que Kubitschek mudou de posição entre a reunião e a divulgação da nota para a imprensa:

A explicação foi honesta: pois, de fato, se tratava disto, mas isso equivale a reconhecer-se que o pensamento de Kubitschek ficou reduzido ao adendo, com o qual neutralizou o texto da nota, que, por sua vez, era um resumo fiel do espírito da conversa que mantivera comigo (idem, p.497).

Além disso, permanece a questão em torno da última frase da nota original, segundo as memórias de Café Filho. Por que o compromisso de JK com a direção do PSD é citado ali e não nas demais versões do texto? Se recordarmos a passagem sobre a alegação de que Juscelino se lançou candidato isoladamente, antes de qualquer decisão do partido, a mudança do *release* como aparece no livro torna-se coerente com a imagem de JK em suas memórias. Referindo-se ao encontro que teriam tido em fins de 1954, Café afirma que Juscelino revelou a estratégia de se impor como candidato do PSD à revelia do partido, antecipando a própria campanha antes de qualquer definição oficial. Desse modo, o PSD teria de homologar sua candidatura como fato consumado (idem, p.495). Em comum entre esses trechos, a figura de Juscelino aparece como um político personalista, agindo além dos limites de disciplina partidária⁹¹.

⁹⁰ Na tese, encontra-se “[...] to pursue a harmonious solution to the problem of succession”. RIEDINGER, 1978, p.129.

⁹¹ A imagem de JK como político personalista aparece em Sheldon Maram, que analisou a eleição presidencial de 1960. Ao analisar por que o marechal Lott foi escolhido como candidato da situação, o

Por outro lado, a imagem de Café Filho como personalista também aparece nas obras de JK e Riedinger. No caso das memórias de Juscelino, a imagem negativa de Café pode ter sido influenciada pelo contexto político de publicação do livro em plena ditadura militar, segundo interpretação de Riedinger. Mas também em *Como se faz um presidente* encontramos essa caracterização, numa passagem em que o autor avalia o interesse do então presidente na divulgação da nota sobre o encontro para a imprensa:

Café, porém, já havia procurado tirar vantagem da possível interpretação da nota preparada para a imprensa, tentando aparentemente embaraçar Kubitschek com um fato consumado [...] Uma nota oficial sobre a reunião informava que o presidente estava agora aguardando uma resposta do governador de Minas no tocante à união nacional. [...] Assim que recebesse a “resposta” de Kubitschek, ou seja, sua renúncia, o presidente faria um discurso à nação (RIEDINGER, 1988, p.102).

Tanto na imagem de JK nas memórias de Café Filho quanto no sentido oposto, encontramos uma interpretação sobre o comportamento político do outro no sentido de impor um fato consumado a partir da reunião. Daí as versões diferentes da mesma nota, além das disputas em torno das alterações e da divulgação do texto para a imprensa. Riedinger não menciona a nota de Café Filho em que ele afirma aguardar uma resposta de JK sobre a união nacional, mas ao final do parágrafo apresenta duas referências de jornais numa nota de rodapé. No *Diário Carioca*, há uma reprodução da nota oficial:

O serviço de imprensa do Palácio do Catete distribuiu aos jornais, ontem, a seguinte nota: “Estamos seguramente informados que o Presidente da República aguarda uma resposta definitiva do governador Juscelino Kubitschek a fim de prosseguir nas conversas com partidos políticos, depois do que falará à nação” (DC, 22/1/55, p.1).⁹²

Nessa mesma edição, o jornal afirma ter Juscelino declarado à imprensa que “nenhum desenvolvimento deveria ocorrer de sua conversa de anteontem com o sr. Café Filho”,

autor afirma que “Para Juscelino, que tinha uma visão altamente personalista do processo político, os partidos e os aspirantes à presidência em 1960 não passavam de peões num tabuleiro de xadrez” (MARAM, 1991, p.100). E sobre as relações de Juscelino com seu próprio partido durante seu mandato, Maram considera que “Homens como Capanema sabiam muito bem que Juscelino usava a distribuição de cargos de modo altamente personalista, com o fim de construir uma base de apoio para si próprio e seu programa. Manifestava pouco interesse em utilizá-la para fortalecer o partido, a menos que isto lhe rendesse dividendos políticos diretamente” (MARAM, 1991, p.105). Já numa avaliação mais positiva do período, Maria Benevides atribui a JK um estilo pessoal de governar, capaz de mobilizar o país em torno de seu programa: “Consciente ou inconscientemente – e estou convencida de que não se tratava de uma política deliberada, mas de algo intrínseco à personalidade, do “talento da autoridade” – Juscelino transmitiu a esperança, obrigação de todo homem público” (BENEVIDES, 1991, p.21).

⁹² O acervo digitalizado do *Diário Carioca* pode ser consultado em <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca/093092>. Acessado em 20/11/2015.

indicando assim uma tensão entre os dois discursos. A outra referência é do *Correio da Manhã* do dia anterior, de um texto na seção “No mundo político” sobre a emenda que JK fez à nota do encontro para a imprensa. Nesse texto, o jornal afirma que JK tinha o direito de fazer tais alterações, pois ele compareceu a reunião por iniciativa pessoal, e não como candidato oficial do PSD. Em sentido contrário, o periódico questiona a nota oficial sobre a reunião, pois Juscelino já havia afirmado publicamente a manutenção de sua candidatura enquanto que o PSD não poderia se pronunciar a respeito, pois a convenção para definir o candidato à presidência estava marcada para o mês seguinte (CM, 23/1/55, p.12). Assim, o uso das fontes em Riedinger parece ser tanto para comprovar quanto para argumentar em torno das questões sobre os acontecimentos.

Contudo, o debate em torno do encontro não se encerrou nas notas lançadas para a imprensa. À medida que a data para a convenção do PSD se aproximava e com a recusa de Juscelino em retirar sua candidatura, Café Filho decidiu se pronunciar na *Voz do Brasil* em 27 de janeiro. Nessa ocasião, o presidente divulgou o memorial militar, que apesar de ter sido mantido em sigilo estava sendo comentado pela imprensa nos dias anteriores⁹³. O texto do memorial foi publicado inclusive nas memórias de Juscelino (OLIVEIRA, 1976, p.334), mas as referências ao discurso presidencial na tese remetem ao arquivo de Café Filho, sob guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), e a uma edição do *Diário Carioca*.⁹⁴ Riedinger apresenta o pronunciamento do presidente em cadeia nacional da seguinte forma:

Falou de uma candidatura que havia sido lançada sem consulta aos outros partidos; conseqüentemente, existia agora uma candidatura que, se vitoriosa, significaria um retorno ao regime que prevalecera no país antes de agosto, com toda sua corrupção, e que tinha sido derrubado pelas Forças Armadas. Em seguida, leu o memorial militar. E, para terminar, aludiu ao fato de Kubitschek ter alterado o texto da nota distribuída à imprensa no dia 20, o que dava uma amostra do tipo de campanha eleitoral que dele se poderia esperar (RIEDINGER, 1988, p.103).

⁹³ No *Correio da Manhã*, o jornal afirmou que Café “Não apresentou ao governador de Minas nenhum memorial ou memorandum de chefes militares, como se vinha afirmando que faria nessa ocasião” (CM, 21/1/55, p.10). Contudo, em suas memórias Café afirma que o havia mostrado para Juscelino, Ademar de Barros e Artur Bernardes Filho antes da divulgação pela imprensa (CAFÉ FILHO, 1966, p.492).

⁹⁴ Uma edição do texto desse discurso se encontra em *Impasse na democracia brasileira: coletânea de documentos*. Rio de Janeiro: FGV, 1983, p.366-371. O texto original digitalizado pode ser consultado em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/CF/textual/discurso-de-cafe-filho-sobre-a-posicao-do-governo-face-ao-problema-da-sucessao-presidencial-s-l>. Acessado em 23/11/2015.

Citamos o trecho acima na íntegra porque a forma pela qual o autor apresenta o discurso é diferente da ordem do texto de *Café Filho*. Em primeiro lugar, Café apresentou-se como elemento neutro, acima de interesses partidários e em busca de uma solução para a crise que o país vivia⁹⁵. Em seguida, afirmou ter recebido um apelo nesse sentido dos chefes das Forças Armadas, ao que se seguiu a leitura do memorial. Café identifica nos ministros militares um interesse semelhante ao seu, em busca de uma fórmula para a sucessão presidencial em termos interpartidários, evitando uma disputa que poderia reacirrar os confrontos do ano anterior. A partir desse ponto é que o presidente alude a uma candidatura indicada sem maiores acordos com as demais forças políticas, o que poderia prejudicar a já frágil estabilidade política do período. Em seguida, o presidente discorre sobre a reunião que teve com JK, a quem expôs o memorial lido há pouco. E chega a questão sobre a nota da reunião: segundo Café

Nela ficara estabelecido que o ilustre candidato da direção do PSD me daria posteriormente uma resposta para que eu pudesse conversar com os representantes dos outros partidos [...], verificando quais as forças democráticas dispostas a reunir-se para a solução do problema político de que este momento depende a estabilidade do regime (CRUZ, 1983, p.369).

Diante da alteração da nota, redigida em sua presença, e da falta de resposta por Juscelino, Café afirma que o país corria o risco de se encaminhar “para uma luta política de consequências imprevisíveis”, algo ainda mais grave “pela hipótese de restabelecimento da situação que as Forças Armadas fizeram ruir em 24 de agosto” (idem, p.370). Mais do que o memorial militar, a discussão em torno dessa nota é que parece ser o ponto central do pronunciamento, assim como das interpretações opostas dos envolvidos.

Comparamos a apresentação do pronunciamento por Riedinger com o discurso propriamente dito porque a disposição dos elementos numa sequência diferente parece indicar certo procedimento do autor. Antes da leitura do memorial militar, *Café Filho* reitera a sua neutralidade diante da sucessão presidencial, posição que também seria a das Forças Armadas. Em nenhum trecho menciona corrupção, embora sugira que a candidatura de JK arrisque restabelecer a crise política anterior ao suicídio de Getúlio,

⁹⁵ “Não vejo hipótese em que o presidente da República possa ou deva atribuir-se tarefas que são alçadas exclusiva e da competência natural dos partidos. A única interferência admissível, no caso, seria exatamente a do magistrado equidistante dos choques partidários e, por isso mesmo, com autoridade para se dirigir igualmente a todas as agremiações políticas, em busca de uma fórmula capaz de salvação nacional e preservação das instituições, em horas tão sombrias como as que está vivendo o Brasil” (CRUZ, 1983, p.366).

com o reacirramento das disputas partidárias. E sugere que a crise se deveu em parte à falta de uma base parlamentar suficiente para deixar o Executivo “[...] não dependente de transações momentâneas, com todo o seu cortejo de inconveniências e perigos” (idem, p.371). Assim, Café tanto se contrapõe a candidatura de JK quanto aponta para o sistema político do período, que seria fonte de instabilidade constante.⁹⁶ Riedinger não apresenta essas interpretações em seu texto. Em vez disso, registra a reação de JK ao discurso de Café Filho, em nota publicada à imprensa no dia seguinte ao pronunciamento. Neste trecho da tese, o autor faz referências às memórias de JK e a uma edição do *Diário Carioca*, onde o pronunciamento de Café e a nota de Juscelino foram publicados na capa (DC, 28/1/55, p.1). No texto da nota publicada à imprensa, JK afirma que em momento algum deu a entender que poderia abdicar da candidatura, e que “As palavras acrescentadas apenas esclareceram o texto, traduzindo com exatidão o que lealmente manifestei ao Sr. presidente da República” (OLIVEIRA, 1976, p.348). Portanto, desmente o significado da reunião segundo Café Filho, perspectiva que Riedinger corrobora na escolha e disposição das referências em seu próprio texto.

Além da publicação da nota, para reiterar sua posição diante do que viu como uma ameaça à sua candidatura, JK concedeu uma entrevista ao *Correio da Manhã* onde afirmou não ter se comprometido a dar nova resposta ao presidente. E, mais uma vez, garantiu que a mudança na nota foi apenas para esclarecer melhor sua posição, pois durante o encontro deixou claro que a retirada ou não de sua candidatura era uma decisão do partido, e não pessoal (CM, 28/1/55, p.1). Nesta passagem, Riedinger comenta que Kubitschek procurou Álvaro Lins, editorialista do jornal e favorável à sua campanha, para a publicação da entrevista. O próprio Juscelino confirma isso em suas memórias (OLIVEIRA, 1976, p.348), mas Riedinger apresenta o porquê dessa entrevista ter sido publicada naquele periódico: “Com a aprovação do proprietário do

⁹⁶ A relação entre sistema partidário e impasse institucional é questionada por Maria do Carmo Campello de Sousa ao elencar as teses mais levantadas para explicar a crise que culminou com o golpe de 1964. Dentre as teorias mais recorrentes, a dispersão da força eleitoral dos partidos era vista como causadora de um aumento no número de alianças e coligações, o que por sua vez afetaria a coesão interna dos partidos. Dessa forma, os governos dependeriam de alianças cada vez mais amplas para se sustentarem num cenário de instabilidade crescente. No cerne desses argumentos, contudo, as crises eram apresentadas quase como inevitáveis “[...] na medida em que toma a mudança na correlação de forças políticas quase diretamente como sinônimo de crise institucional. Faz coro, assim, com as interpretações puramente economicistas, que prescindem por completo do estudo dos mecanismos político-eleitorais por entenderem que a crise do modelo econômico os levaria fatalmente ao colapso” (SOUSA, 1976, p.142). Embora Campello seja mencionada como referência por Riedinger, notamos que o autor não partilha dessa interpretação ao caracterizar os partidos do período, como se pode observar pelo uso do termo populismo em relação ao PTB, PSD e PSP no capítulo anterior.

jornal, Paulo Bittencourt – inicialmente contrário a Kubitschek, mas furioso com a manobra de Café e oposto aos militares no poder [...]” (RIEDINGER, 1988, p.104). Na nota da tese correspondente a esse trecho é mencionada uma entrevista com José Soares Sobrinho de 15 de outubro de 1976, além da edição do jornal. Assim, podemos supor que a informação sobre o posicionamento de Bittencourt partiu dessa entrevista⁹⁷.

As reações à entrevista de JK foram diversas. Riedinger comenta que no mesmo dia da publicação Juscelino recebeu um telefonema de Benedito Valadares, “[...] que mal podia acreditar que Kubitschek houvesse, publicamente, impugnado a integridade do presidente” (RIEDINGER, 1988, p.104). Gustavo Capanema, líder do PSD na Câmara, recusou-se a discursar a seu favor, julgando a ocasião inconveniente. Durante a noite, JK compareceu a uma reunião do PSD no Rio de Janeiro onde discursou sobre a sucessão presidencial. Trata-se de uma das poucas passagens no texto de Riedinger em que constam citações diretas, retiradas do livro de memórias de JK. O discurso completo se estende por duas páginas, mas destacamos o trecho escolhido como citação:

[...] a duração de minha candidatura está condicionada à duração da própria democracia em nossa pátria. [...] Estou certo de que as Forças Armadas, fiéis ao seu passado, à sua tradição e senso de legalidade, garantirão a realização de eleições livres, dentro do funcionamento normal do regime e da Constituição (OLIVEIRA, 1976, p.350).

Ao vincular sua candidatura com um valor considerado positivo, como a democracia, JK atraiu tanto apoio popular quanto de políticos ainda em dúvidas sobre a viabilidade de sua candidatura. Por outro lado, o discurso também visou as Forças Armadas, pelo poder que exerciam no regime. Assim, a campanha de JK assumiu “[...] praticamente um caráter de cruzada”, segundo Riedinger.⁹⁸

⁹⁷ Em outro depoimento, Juscelino reconheceu esse episódio como um momento crítico para o prosseguimento de sua campanha. “Eu disse: Álvaro, tenha paciência, mas veja se segura o *Correio*; vou dar uma entrevista perigosa, vou abrir mesmo o negócio. Se você puder segurar o jornal para eu dar essa entrevista...” Ele disse: “Olhe, Juscelino, já passou até da hora – eram 11 e tanto da noite – mas eu fico aqui no jornal até amanhecer, e você vai dar essa entrevista. Ou você dá essa entrevista hoje, ou sua candidatura está morta, com o discurso de Café”. OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Juscelino Kubitschek I (depoimento, 1974)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1979. 15 p. dat., p.11. Nessa passagem, percebemos tanto a importância das relações entre JK e o jornal quanto o caráter decisivo da entrevista ao *Correio da Manhã*, inclusive para aqueles que trabalhavam a favor de sua candidatura. O depoimento está disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arg/Entrevista165.pdf>, acessado em 02/12/2015.

⁹⁸ RIEDINGER, 1988, p.105. Ao tomar as entrevistas e as memórias de JK como referências, Riedinger às vezes parece aderir às perspectivas de Juscelino sobre os eventos. Por esse motivo, cabe a advertência de Angela de Castro Gomes ao se trabalhar com este tipo de fontes: “Os homens públicos são, em geral, os primeiros a se preocupar e a trabalhar com sua própria imagem, realizando investimentos de naturezas diversas, de menos ou mais longo prazo, e recorrendo a profissionais especializados e à tecnologia avançada. O herói pode ser assim um dos primeiros construtores do mito e, como tal, é útil examinar sua

Nessa mesma página da tese, há uma nota de rodapé com referências ao *Correio da Manhã* e ao *Diário Carioca* dos dias 28 e 29 de janeiro de 1955, logo após o discurso de Café Filho na *Voz do Brasil*. Nessas edições, destacam-se as discussões na Câmara em relação a fala presidencial, com alguns deputados acusando Café de coagir os partidos políticos e de intranquilizar a população com ameaças de um possível golpe de Estado⁹⁹. Riedinger ressalta que o discurso de Café teve efeito oposto ao pretendido, inclusive atraindo o apoio de alguns membros do PSD até então hesitantes para a candidatura JK¹⁰⁰. As reações dos políticos ao pronunciamento são destacadas, mas o posicionamento da imprensa, sobretudo do *Correio da Manhã*, também foi relevante nesse momento. Em suas memórias, Juscelino afirma que o dono do jornal, Paulo Bittencourt,

[...] telefonou-me, pouco depois da meia-noite, após ouvir a irradiação do discurso, para dizer-me: “Parabéns pela atitude. Você esteve à altura da gravidade do momento. A partir de hoje, as páginas do meu jornal estarão à disposição da sua candidatura” (OLIVEIRA, 1976, pp.350-351).

O posicionamento da publicação pode ser verificado nas edições referidas no texto. Por exemplo, uma das manchetes do dia 29 é “A Câmara se movimenta contra o golpe”, onde se comentava a tumultuada sessão da Câmara na manhã do dia anterior. E na mesma página, numa coluna da seção “No mundo político”, o jornal se posiciona sobre a questão nos seguintes termos:

Durante a sessão de ontem na Câmara, ficou clara a posição de todos os partidos políticos de repulsa à intromissão indébita do presidente da República nas questões partidárias. [...] De nada valem as filigranas em torno da união nacional, irrealizável e hipócrita, quanto esta fica condicionada à ameaça da força para sua execução. A união é o encontro de interesses recíprocos e não a farsa da candidatura única produzida por vontades divergentes (CM, 29/1/55, p.14).

própria visão de si mesmo e de seu tempo”. (CASTRO GOMES, In: *O Brasil de JK/* Angela de Castro Gomes (org.). Rio de Janeiro: FGV, 1991, p.9).

⁹⁹ Mesmo membros da UDN criticaram o discurso: o deputado Hamilton Nogueira afirmou que “Não poderia ter sido mais infeliz o presidente Café Filho no seu discurso antidemocrático. Mesmo porque pretender uma solução nacional é uma utopia” (CM, 29/1/55, p.14). Nessa mesma edição, os líderes dos quatro maiores partidos do período – PSD, UDN, PTB e PSP – se manifestaram a favor do direito do PSD de escolher seu candidato.

¹⁰⁰ “[...] membros do PSD – como Balbino, por exemplo – com os quais Kubitschek tinha tido certa dificuldade antes da reunião do diretório (mas não os dissidentes), agora apoiavam resolutamente o seu gesto” (RIEDINGER, 1988, p.105). Antônio Balbino era governador da Bahia na época, estado que possuía o maior eleitorado da região Nordeste, sendo assim um apoio fundamental para a candidatura JK. Uma relação do tamanho do eleitorado por estados pode ser consultada em http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/representacao_politica/1957/rep_polit_1_957m_aeb_147_1.pdf. Acessado em 20/01/2016.

Assim, podemos notar que parte da imprensa e mesmo políticos de outros partidos se pronunciaram a favor do direito de Juscelino manter sua candidatura, ponto que não chega a ser tão salientado por Riedinger. E talvez essa mesma mobilização tenha condicionado o silêncio de Café Filho quanto a tais acusações e ao discurso de JK. Contudo, a interpretação que se encontra em *Como se faz um presidente* fica no plano dos indivíduos, das respostas pessoais:

O presidente nada disse, aparentemente envergonhado do seu próprio estouvamento, mortificado pela perda, agora irrevogável, da imagem de mediador objetivo que vinha procurando cultivar. Mais que qualquer coisa, esse silêncio [...] deu a Kubitschek a convicção de sua própria força (RIEDINGER, 1988, p.105).

Baseada numa entrevista com Juscelino em 13 de junho de 1974, segundo nota da tese, essa passagem oferece a interpretação de JK sobre a conduta de Café e de suas consequências para a própria candidatura. Sem aludir a sistemas e conceitos, as reações de Juscelino parecem ter sido mais relevantes do que a mobilização na Câmara e na imprensa em torno dessa questão, embora mesmo alguns parlamentares da UDN, identificada com o governo naquele instante, tenham apoiado o direito de JK manter sua candidatura.

Sem ser uma biografia, o trabalho de Riedinger privilegia uma perspectiva individual para as ações dos personagens. A nota sobre a reunião JK-Café Filho e suas alterações, por exemplo, são apresentadas conforme a intenção de JK em esclarecer sua posição e o uso que Café pretendia lhe dar em sentido oposto. Em suas memórias, ambos se apresentam como políticos conciliadores atuando contra interesses personalistas, mas pelo volume de referências é a perspectiva de Kubitschek que se impõe.¹⁰¹

¹⁰¹ Um aspecto passível de pesquisas posteriores é a questão em torno da autoria das memórias de Kubitschek. Já nos referimos à nota em que Riedinger adverte para o contexto político no qual elas foram publicadas, assim como dos paralelos entre as memórias e o livro de José Moraes, assessor de imprensa de JK. No entanto, há mais um elemento a ser considerado nesta avaliação. Em artigo sobre a sucessão presidencial de Juscelino, Sheldon Maram afirma que “Juscelino tinha muita consciência de que a documentação que deixaria viria a ser utilizada pelos pesquisadores para determinar seu lugar na história. [...] É característico de seu estilo ter ele preparado em suas memórias, que foram publicadas nos anos 70, ditando suas ideias para um *ghostwriter*, o qual se encarregou da pesquisa e da redação do texto” MARAM, Sheldon. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 1991, p.101. Em nota correspondente a esse trecho, Maram faz referência a entrevistas com Carlos Heitor Cony e Sara Kubitschek. Sendo Cony autor de dois livros sobre JK, parece bastante provável que a indicação de Maram aponta para sua participação na composição das memórias de Juscelino. A relação de livros escritos por Cony pode ser consultada em <http://www.carlosheitorcony.com.br/>. Acessado em 03/12/2015.

Pelas diferentes versões do episódio e a cobertura jornalística a respeito, notamos que a reunião JK-Café Filho foi um momento importante na sucessão presidencial. Talvez mesmo um momento crítico, uma vez que Juscelino viu sua campanha seriamente ameaçada diante do discurso presidencial na *Voz do Brasil*. No entanto, a reação de JK e a repercussão de suas declarações na imprensa acabaram por reforçar sua candidatura. Ao comparar a leitura das fontes utilizadas com o trabalho de Riedinger, percebemos que a narrativa dos eventos endossa a perspectiva de JK, apresentando Café Filho como disposto a utilizar do memorial militar para interromper sua candidatura em favor de um candidato único, apoiado por uma coalizão dos maiores partidos com as Forças Armadas. As três versões da nota sobre a reunião revelam as disputas em torno da interpretação do ocorrido, sendo que a posição de Juscelino acabou prevalecendo.

Porém, cabe-nos lembrar da nota de rodapé sobre as memórias de JK em *Como se faz um presidente*. Se aquela passagem revela um distanciamento para melhor advertir sobre os significados e o contexto de produção daquele livro, cremos que o mesmo pode ser aplicado ao texto de Riedinger. E na introdução, o próprio autor nos previne para a ambiguidade que perpassa o livro:

Não foi, porém, apenas essa lacuna que motivou o presente estudo. O autor manteve um relacionamento profissional com a principal figura do livro, desde 1972 até a morte de Juscelino em 1976. Não obstante sua admiração por ele, o autor procurou atender plenamente aos critérios de um estudo histórico objetivo, examinando criticamente a conduta de Juscelino, seus correligionários e oponentes (RIEDINGER, 1988, p.11).

Tal afirmação logo na entrada ao texto principal remete às características do prefácio, conforme a análise de Compagnon. Identificando sua origem em Descartes, Compagnon aponta para as motivações e o público ao qual o prefácio se dirige. Escrito em retrospectiva ao texto principal, o prefácio se dirige a um leitor imaginário, propondo um método de leitura adequado. No entanto, Compagnon aponta para o paradoxo inerente ao gênero:

Hegel condenava o prefácio como uma racionalização supérflua e enganadora da verdade expressa no texto. Mas não é, ao contrário, o livro que ergue a racionalização de uma verdade desconhecida, e não é o prefácio que, às vezes, abate essa construção e atinge a verdade da escrita, quando ele não é apenas um estágio suplementar, um frontão coroadando um edifício? (COMPAGNON, 1996, pp.133-134).

Essa observação pode nos servir de advertência para uma leitura crítica de *Como se faz um presidente*. Entre a admiração por JK e a busca por um estudo objetivo da história, o autor anuncia a intenção de apresentar um texto equilibrado, mas as fontes utilizadas e as interpretações dos eventos reiteram a perspectiva de Kubitschek sobre os mesmos. Mais do que um ponto crítico no sistema político-partidário do Brasil na época ou um desacordo entre elites, com toda a discussão conceitual que tais análises requerem, o episódio da reunião JK-Café Filho aparece como uma disputa entre dois personagens com intenções opostas, de onde JK saiu vencedor. Visão essa que corrobora a narrativa que Juscelino quis deixar de si mesmo, tanto pelas fontes quanto pelo uso que o autor fez delas. Assim, a observação de Riedinger sobre as memórias de JK também parece se aplicar em relação a seu livro, sobretudo como sinal do distanciamento necessário para a análise de uma obra.

4.3 Riedinger entre as versões da cédula eleitoral

Outro tema de muitos debates na época, sobre o qual Riedinger discorre em mais de uma passagem, é a questão da cédula oficial. Em três seções de anexos da tese, o autor apresenta o modelo da cédula adotada para a eleição, os resultados do pleito em cada estado e comenta a reforma eleitoral aplicada em 1956, que corrigiu os números de eleitores cadastrados. Pelos temas em pauta, os conteúdos anexados remetem às discussões sobre o sistema político do período, desde o modelo de votação até o registro de eleitores. Considerados de acordo com o contexto político em 1955, esses debates fizeram parte de uma série de projetos e emendas que tramitaram até as vésperas da eleição, mobilizando partidos e eleitorado em torno de sua adoção.

Diferente do encontro entre JK e Café Filho, cujo acontecimento e repercussão se concentram num período específico, as discussões em torno do projeto sobre o modelo oficial de cédula se prolongaram por meses até pouco antes das eleições. De maneira semelhante, os debates sobre esses temas em Riedinger também se estendem por trechos diferentes do texto, ao contrário da passagem focalizada no encontro JK-Café Filho, por exemplo. Assim, além de avaliar de que forma esses projetos são apresentados em *Como se faz um presidente*, é necessário considerar a organização eleitoral da época para melhor compreender os processos. Esses debates não apenas mobilizaram eleitores e partidos, como também repercutiram na imprensa e nas campanhas dos principais

candidatos, Juscelino Kubitschek e Juarez Távora. Portanto, a mudança do modelo de cédula eleitoral foi uma questão central no decorrer da disputa presidencial de 1955.

Antes de apresentar o projeto de alteração da cédula, Riedinger caracteriza o sistema eleitoral brasileiro no período. Menciona a existência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos Tribunais Regionais, além de suas respectivas funções. No entanto, o autor descreve o processo eleitoral da época em termos bastante críticos:

A corrupção no processo de votação era tão óbvia e tão escancarada que o próprio conhecimento de sua existência minava cada vez mais a fé do eleitorado na integridade das eleições e no processo democrático. [...] Os eleitores eram intimidados, especialmente no interior, e atraídos aos locais de votação por meio de comida e transporte oferecidos pelo partido dominante ou pelo chefe político local (RIEDINGER, 1988, p.166).

Diante desse cenário, vários projetos de reforma eleitoral tramitavam no período, sendo que um deles visava a cédula eleitoral. Até então, elas eram impressas e distribuídas pelos próprios candidatos, em cores e tamanhos diferentes. O eleitor escolhia um modelo e o colocava num envelope, que era depositado numa urna. Assim, era comum que o eleitor trouxesse a cédula antes de chegar ao local de votação, sendo que, pelos diferentes modelos a sua escolha, ela podia ser facilmente identificada. Tais circunstâncias facilitavam os abusos, como o controle sobre a distribuição das cédulas, a intimidação dos eleitores e os votos de analfabetos ou de pessoas que haviam morrido ou trocado de cidade, pela falta de revisão e identificação dos registros de eleitores.¹⁰²

Neste contexto, o projeto de reforma no modelo da cédula era um entre um conjunto de medidas para combater as fraudes eleitorais, mas devido ao curto prazo até a eleição seria o único levado adiante. E não somente por interesse do eleitorado, mas também pela pressão do ministro da Guerra, Marechal Lott, pela sua aprovação. Segundo Riedinger, a atuação do ministro nesse sentido visava sobretudo manter a hierarquia nas Forças Armadas, o que dependia de haver legitimidade no sistema vigente:

¹⁰² Essa percepção do processo eleitoral da época contrasta com as análises de autores mais recentes. Ao discorrer sobre o regime entre 1945 e 1964, Jorge Ferreira o considera como a primeira experiência democrática do Brasil, com eleições regulares, partidos com programas identificados e fiscalização da Justiça Eleitoral (FERREIRA, 2013, p.149). Por sua vez, Jairo Nicolau avalia o período como uma fase inédita na história eleitoral brasileira, entre outros motivos pela existência de “[...] eleições limpas, cujos resultados foram apenas marginalmente afetados por fraudes” (NICOLAU, 2012, p.93). E ainda que com a exclusão dos analfabetos, a expansão do eleitorado no período é considerada mais um sinal da crescente democratização pela qual a sociedade brasileira passava então.

No interesse da hierarquia militar, Lott estava empenhado em conservar as Forças Armadas longe das intrigas e dissensões do envolvimento político. [...] Mas, sendo a corrupção no processo eleitoral tão amplamente reconhecida e sustentada, sua posição seria plausível somente se aqueles que operavam e se elegiam dentro de tal sistema o fizessem legalmente, para que houvesse legitimidade nessa legalidade (RIEDINGER, 1988, p.168).

Nessa passagem, percebe-se o peso que as Forças Armadas possuíam como ator político no período, e o empenho do ministro para manter sua neutralidade diante da sucessão presidencial. A unidade entre os militares, considerada fundamental para a estabilidade política, só poderia ser mantida caso o sistema eleitoral fosse reconhecido como legítimo, e por essa causa que Lott aparece tão empenhado pela aprovação do novo modelo de cédula.

No trecho do texto referente a essa mudança, Riedinger descreve como seria o processo de votação a partir do projeto levado à Câmara. A cédula oficial seria impressa e distribuída pelo TSE, contendo os nomes dos candidatos e um espaço à esquerda de cada nome onde o eleitor marcaria sua escolha. Os mesários de cada seção eleitoral deveriam assinar a cédula antes de entregá-la ao eleitor, o que só poderia ser feito nos locais de votação. Assim, o novo sistema visava garantir o sigilo, além de exigir que o eleitor fosse pelo menos alfabetizado para escolher seu candidato. Para que tais medidas vigorassem para as eleições em 3 de outubro, elas deveriam ser aprovadas ao menos 90 dias antes do pleito, portanto até o começo de julho (idem, p.169). Na passagem correspondente da tese, Riedinger usa duas edições do *Correio da Manhã* como fonte, ambas do mês de junho.¹⁰³

No entanto, essas alterações encontraram forte resistência justamente no PSD. Riedinger explica essa atitude pela grande penetração do partido no interior do país, justamente a região onde as práticas a serem combatidas pelas reformas mais vigoravam. Tanto quanto o partido, também Juscelino reagiu contra a aprovação desses projetos, por considerá-los uma alteração das regras da eleição no meio da campanha. Na relação das fontes indicadas, Riedinger aponta para duas edições do CM, uma entrevista e um capítulo das memórias de JK, justamente batizado de “A Cilada da Cédula Oficial”.

¹⁰³ Nessa época, a candidatura de Juarez Távora havia sido oficialmente homologada e os principais partidos começavam a entrar em acordo sobre o modelo de cédula a ser utilizado. Não encontramos, porém, referências no jornal sobre o prazo máximo até julho, embora o autor indique as edições de 5 de junho de 1955, na página 20, e de 24 de junho de 1955, na página 12.

Para Juscelino, a questão foi utilizada como recurso de campanha pela UDN, ao vincular a legitimidade da eleição à aprovação do novo modelo de cédula.¹⁰⁴

Diante de tal projeto, visto como mais uma ameaça ao andamento da campanha JK, o PSD se mobilizou para obstruir o andamento de sua votação no Congresso. Foi composta uma Comissão Mista de reforma da Lei Eleitoral, no que o partido conseguiu que a posição de relator do anteprojeto fosse ocupada por Ulysses Guimarães, deputado do PSD paulista. Segundo Riedinger, a estratégia do PSD foi de protelar a votação do projeto até que o prazo expirasse: “Uma vez que o tempo era fator essencial para a aprovação do projeto, a tática, era retardá-la na comissão” (RIEDINGER, 1988, p.169). Outro sinal dessa tática pode ser conferido numa das fontes relacionadas na tese, uma edição do *CM* de 30 de abril de 1955:

Convocada para ontem, uma semana antes, a Comissão Mista de Reforma da Lei Eleitoral não pôde funcionar por falta de número. Compõe-se de doze membros, seis de cada casa do Congresso. Compareceram quatro senadores e apenas dois deputados (*CM*, 30/4/55, p.12).

Não encontramos referências a intenção deliberada do PSD em bloquear o projeto nos jornais e tampouco nas memórias de Kubitschek, o que nos induz a pensar que essa informação veio de uma entrevista de JK citada nas referências, de 26 de novembro de 1974. No entanto, Riedinger afirma que essa tática dificilmente teria sucesso, pois “Retardando a reforma eleitoral, o PSD estava confessando que a corrupção reinante no sistema de votação lhe era benéfica” (RIEDINGER, 1988, p.169). Esse também era o argumento da UDN a favor do projeto, o que deixou o PSD numa posição frágil perante a opinião pública do momento (OLIVEIRA, 1976, p.389).

Tanto as táticas do PSD para evitar a aprovação da cédula oficial quanto a pressão de diversos grupos em sentido oposto são reiteradas em outros trechos do livro. Com base numa entrevista de Edgar Costa, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ao *CM* em 25 de junho de 1955, Riedinger comenta que “Durante mais de três meses, o projeto arrastou-se pelas comissões, apesar de ter sido originalmente encaminhado em caráter

¹⁰⁴ Kubitschek atribuiu a repercussão do debate em torno da nova cédula a uma campanha da UDN para condicionar a opinião pública, através de jornais e rádios. Tal campanha teria influenciado inclusive alguns círculos militares e setores das classes produtoras, chegando até o Superior Tribunal Eleitoral (OLIVEIRA, 1976, p.389-390). Por outro lado, Riedinger interpretou a mudança como assunto de legítimo interesse público, o que o próprio PSD teria admitido em seu procedimento: “A questão era do tipo que atraía grande popularidade, não podendo ser vista como assunto meramente partidário; tanto assim que o líder do PSD na Câmara, Gustavo Capanema, recusou-se a obstar o caminho da reforma eleitoral” (RIEDINGER, 1988, p.169-70).

de urgência” (RIEDINGER, 1988, p.198), pois havia sido enviado para votação ao Congresso em março sem ter sido sancionado até então. Na mesma entrevista, o presidente do TSE fixou para 10 de julho o prazo máximo para que a Câmara decidisse sobre a cédula, ou ela não poderia ser utilizada a tempo nas eleições presidenciais de outubro. Ao mesmo tempo, organizações não partidárias pressionavam pela aprovação do projeto. Riedinger ressalta o papel de organizações femininas nesse sentido, com base em três edições do CM que tratam do tema.¹⁰⁵

Por outro lado, o PSD se mobilizou para obstruir o projeto. Em posição majoritária na Câmara¹⁰⁶, os líderes do partido foram instruídos por JK para impedir a aprovação da cédula, segundo Riedinger. Diante de tal situação, os defensores da reforma propuseram o uso das novas cédulas somente para as eleições majoritárias, posição que teve o apoio do presidente do TSE (CM, 4/6/55, p.16). No entanto, em 27 de junho a Câmara vetou a adoção da cédula oficial, enquanto que os demais projetos de reforma foram aprovados. Na nota referente a este trecho, que cita o CM do dia seguinte, o líder da minoria na Câmara advertiu “[...] que a UDN iria às últimas consequências legais para impugnar os resultados que considerar fraudulentos, se não fosse adotada a cédula oficial” (CM, 28/6/55, p.11). Somado ao fato de que o PTB também se posicionou contra a cédula, percebe-se que o debate em torno do projeto se polarizou conforme as alianças eleitorais do momento. Ao eleitorado em geral, o veto à cédula reacendeu as ameaças de golpe. Afinal, segundo Riedinger “A rejeição fez crescer o ceticismo do público, sendo a campanha vista como inútil, uma vez que a eleição poderia não ser decisiva. “Ganha mas não leva”, dizia o povo em relação a Kubitschek ”” (RIEDINGER, 1988, p.199). Não encontramos tal afirmação nos jornais referidos, mas a mesma nota na tese menciona uma entrevista do autor com José Eduardo do Prado Kelly em 21 de setembro

¹⁰⁵ Na edição de 8 de junho, o CM fala numa campanha de arregimentação feminina em São Paulo com cerca de 10 mil pessoas em favor da reforma eleitoral, sobretudo através do envio de telegramas aos deputados para que votassem a favor da medida (CM, 8/6/55, p.8). Em 17 de junho, o mesmo jornal menciona um discurso do deputado Herbert Levy sobre a existência de um “Movimento de Arregimentação Feminina” em São Paulo. (CM, 17/6/55, p.14). No entanto, Riedinger não apresenta maiores detalhes sobre o movimento, comentando apenas que “O disputado projeto era especialmente forte entre as mulheres, tendo recebido o apoio de várias organizações femininas” (RIEDINGER, 1988, p.198).

¹⁰⁶ Nas eleições legislativas de 1954, o PSD elegeu 114 deputados, contra 74 da UDN e 56 do PTB (RIEDINGER, 1988, p.32). Essa bancada representava em torno de 35% da casa, entre 326 deputados (SOUZA, 1976, p.144).

de 1977¹⁰⁷. Dessa forma, podemos supor que Riedinger apresenta a visão de Kelly a partir da rejeição da cédula¹⁰⁸.

Contudo, a tramitação do projeto não se encerrou aí. Após a votação na Câmara, ele foi encaminhado ao Senado, onde a questão da cédula foi reexaminada. Diferente da Câmara, porém, nessa casa a coalizão PSD-PTB era menos coesa, inclusive pela presença de alguns dissidentes do PTB. Aprovada em 11 de julho e assinada por Café Filho, a reforma eleitoral tornou-se lei no dia 25. De um projeto original com 14 artigos, a versão aprovada apresentava 80 artigos, entrando em vigor logo após sua publicação. Entre as medidas aprovadas estavam a proibição das votações “em trânsito”, ou seja, de eleitores fora de sua seção eleitoral; o uso da impressão digital para verificar a identidade nos locais de votação e a proibição de ofertas de alimentação e transporte aos eleitores (CM, 12/7/55, p.11). No entanto, “[...] todas estas reformas foram consideradas de menor importância em comparação com a da cédula oficial”, no entender de Riedinger (RIEDINGER, 1988, p.215).

Neste cenário, o Senado emendou a cláusula de cédula sob a forma de um novo projeto, aprovado por 31 votos a 19. Além da cédula, outra emenda estendeu o prazo para o registro das candidaturas para até 45 dias antes do pleito (CM, 2/8/55, p.14). Após a votação no Senado, o projeto baixou para a Câmara a fim de ser examinado e votado. Porém, nessa casa a maioria PSD-PTB continuava a rejeitar a proposta. Neste ponto, Riedinger interpreta o comportamento da coligação da seguinte forma:

De fato, julgara que, aprovando o grosso do projeto original da reforma, a rejeição da cédula passaria de roldão com ela. Na primeira semana de agosto, portanto, mais uma chance de “limpar” o processo de votação era visto como destinado a fracassar, vítima daqueles membros do Legislativo da época cujas perspectivas seriam prejudicadas por ela. Tal atitude fazia o processo legal parecer fraudulento e ilegítimo (RIEDINGER, 1988, p.215).

Pelos termos utilizados, percebe-se que o autor se posicionou a favor do projeto, embora ele contrariasse a candidatura de Juscelino na época. Mas a repercussão em torno do

¹⁰⁷ Kelly foi ministro da Justiça entre abril e novembro de 1955, ou seja, no período em que os acontecimentos narrados estavam se desenrolando. Um perfil de sua trajetória política pode ser consultado em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-eduardo-do-prado-kelly>. Acessado em 05/01/2016.

¹⁰⁸ Em outro trecho do livro, Kelly é apresentado como ex-presidente da UDN e defensor da reforma eleitoral (RIEDINGER, 1988, p.165). Assim, nessa passagem também parece haver a presença de vozes opostas a de Juscelino sobre os temas em questão na narrativa, como no episódio entre JK e Café Filho analisado anteriormente.

projeto não se restringiu aos partidos políticos e ao eleitorado em geral. Afinal, outro ator político importante no período eram as Forças Armadas, que haviam sido decisivas na crise que culminou com o suicídio de Getúlio. Já mencionamos a posição do ministro da Guerra, Henrique Lott, que segundo o autor “exigiu” do presidente do TSE um projeto de reforma eleitoral (idem, p.168). Mas além dele, outros membros da cúpula das Forças Armadas também se dispunham a favor do projeto. Chefe do Clube Militar e do Estado-Maior das Forças Armadas no governo Café Filho, o general Canrobert Pereira da Costa declarou que o país vivia uma “mentira democrática” diante das constantes denúncias de corrupção e da rejeição à reforma eleitoral. Esse discurso foi pronunciado na cerimônia de um ano do assassinato do Major Rubens Vaz, estopim da crise que culminou com o suicídio de Vargas.

Pelos termos utilizados e pelo cargo que ocupava, o discurso de Canrobert teve repercussão imediata. O CM enviou telegramas aos quatro candidatos perguntando as suas opiniões sobre o pronunciamento. Na edição do dia 10 de agosto, mencionada na tese, constam as respostas de JK e Távora. O segundo preferiu se abster de declarações, enquanto Juscelino reafirmou sua posição democrática, vinculando sua candidatura à defesa do regime:

Não posso concordar com a afirmação de que vivemos numa “mentira democrática”. Uma democracia – ou é a verdade, esta verdade da soberania do povo e do respeito à deliberação da maioria, expressa nas urnas ou não é mais nada. [...] Nego que o Brasil esteja arruinado moralmente, necessitando ser encarcerado num regime de força, e nem que estejamos numa falsa legalidade (CM, 10/8/55, p.14).

Nesta mesma passagem do livro, Riedinger comenta que também Café Filho criticou o discurso, apresentado a ele por Lott. Café o julgou inconveniente sobretudo por ter sido pronunciado por alguém que ocupava um posto no governo, mas Lott argumentou que Canrobert falara em nome do Clube Militar, uma agremiação civil, o que portanto não constituía um ato de indisciplina (CAFÉ FILHO, 1966, p.545). Apesar de tais declarações, porém, persistia a incerteza sobre o andamento das eleições. Utilizando-se de edições do CM, Riedinger elenca afirmações de Café Filho (CM, 13/7/55, p.14) e Juarez Távora (CM, 11/8/55, p.16 e 13/8/55, p.14) garantindo a realização do pleito e o respeito ao resultado das urnas; no entanto, ao final do mesmo parágrafo o autor apresenta a posição de Lott, para quem “[...] somente uma votação livre e consciente poderia prevalecer nas eleições; uma má escolha poderia representar um retrocesso” (RIEDINGER, 1988, p.216). Na tese, essa afirmativa aparece entre aspas, o que não se

verifica no livro. Consultando as fontes apresentadas em nota, verifica-se que Riedinger parafraseou um texto no CM de 16 de agosto, onde também consta uma entrevista de Lott ao jornal. Questionado sobre o significado de suas declarações, o ministro da Guerra afirmou que

Num país democrático o que pesa é o voto, mas um voto consciente, voto livremente manifestado. Para que esse voto possa ter o peso que merece, é mister que todos os órgãos responsáveis pela recepção dos votos, pela contagem dos votos e pela apuração dos votos, procedam de maneira digna e elevada (CM, 16/8/55, p.16).

Assim, por meio da cobertura feita pelo CM sobre a movimentação política do período, percebem-se as incertezas e as disputas em torno do processo eleitoral. À medida que o prazo para a aprovação da cédula se esgotava, cresciam as tensões sobre a continuidade ou não das candidaturas presidenciais. Nesse sentido, o comentário de Lott era visto como uma advertência em favor da reforma eleitoral, principalmente a implantação da cédula oficial.

Ao comentar o consenso em torno da mudança no modelo de cédula, Riedinger faz referências a alguns números do CM, além das memórias de JK e a uma edição da *Tribuna da Imprensa* (TI), jornal editado por Carlos Lacerda¹⁰⁹. No entanto, a relação das fontes apresentadas na tese pode induzir o leitor a pensar que tal discurso é comum entre elas. Em certo trecho, o autor apresenta uma série de personagens políticos importantes do período que se manifestaram a favor da nova cédula: Afonso Arinos, importante líder da UDN, os ministros da Marinha e da Aeronáutica e o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara. Além deles, Riedinger comenta que “Os ministros do TSE unanimemente recomendavam a aprovação da medida, deixando a ominosa implicação de que o tribunal eleitoral poderia não reconhecer a legitimidade dos resultados de outubro” (RIEDINGER, 1988, p.221). No entanto, uma leitura das fontes elencadas neste ponto da tese faz ver que não havia tal consenso entre os diferentes personagens políticos. O CM se mostra favorável ao novo modelo, tendo inclusive sugerido uma solução para o impasse em torno da confecção das cédulas (CM, 19/8/55, p.14); contudo, na mesma página citada há uma declaração de Lott contra a medida, alegando que ela ainda deixaria em aberto a possibilidade de fraude. Igualmente contra se mostrou a *TI*, que em manchete declara que “A nova cédula é

¹⁰⁹ A referência a Lacerda, descrito como “[...] *enfant terrible* da oposição” está em RIEDINGER, 1988, p.77. O acervo digitalizado do periódico pode ser consultado em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 12/1/2016.

outra farsa” (TI, 23/8/55, p.1). E apenas nas memórias de Juscelino encontramos menção ao posicionamento de Afonso Arinos, dos ministros militares e de D. Jaime sobre a cédula, apresentada por JK como uma manobra da UDN para tentar impedir a realização das eleições (OLIVEIRA, 1976, p.390-391).

Através de manobras de José Maria Alkmin¹¹⁰, o PSD obstruiu o quanto pôde o andamento do projeto, mas a ação do general Lott a respeito foi decisiva:

O ministro tinha falado com outros ministros militares e exigira a reforma como garantia indispensável de legitimidade. Informou francamente a Alkmin que a cédula oficial tinha de ser aprovada. Sem ela, não haveria eleição; e, se houvesse eleição, não haveria posse (RIEDINGER, 1988, p.222).

Na relação de fontes referentes a essa passagem, o autor elenca tanto as memórias de JK e Café Filho quanto um livro sobre Lott. Porém, chama a atenção que uma edição do CM novamente é citada, quando o jornal propôs um modelo de cédula alternativo ao projeto oficial. Não há qualquer menção a um encontro entre Alckmin e Lott no trecho referente às memórias de Café (CAFÉ FILHO, 1966, pp.539-540), embora ele cite uma visita de Lott ao presidente da Câmara dos Deputados para reforçar a necessidade da aprovação da cédula oficial. Nas memórias de JK, o autor menciona um encontro entre Alckmin e o presidente do TSE para solucionar o impasse. Segundo Juscelino, a principal divergência do PSD quanto ao projeto estava na impressão e distribuição das cédulas:

No que dizia respeito à confecção e distribuição, porém, tínhamos de ser intransigentes. E isto por um motivo muito simples: o governo Café Filho não merecia a menor confiança. [...] Se fosse do interesse do Governo adiar o pleito, a Imprensa Nacional receberia ordens para não concluir em tempo a encomenda. Se, entretanto, o Governo estivesse disposto a realizar as eleições na data marcada, o Departamento de Correios e Telégrafos teria instruções para remeter as cédulas apenas para os Estados onde sabidamente os udenistas dispunham de grande eleitorado (OLIVEIRA, 1976, p.395).

Já na edição do CM supracitada, o jornal apresenta a concordância de líderes do PSD e da UDN com a sugestão apresentada pelo veículo (CM, 19/8/55, p.14). Chegou-se assim a uma solução de meio-termo, estipulando um modelo de cédula única em vez de

¹¹⁰ Alckmin era deputado pelo PSD e “[...] um dos mais íntimos associados políticos de Juscelino”, segundo Riedinger (RIEDINGER, 1988, p.72-73). Um perfil mais detalhado pode ser consultado em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alkmin-jose-maria>. Acessado em 05/01/2016.

uma cédula oficial. A principal diferença para o projeto então aprovado estava justamente quanto à confecção e entrega das cédulas pelo país:

Assim, a cédula única estipulava que, para a próxima eleição presidencial, mas não para nenhuma outra, as cédulas seriam impressas e distribuídas pelo TSE. Contudo, para garantir ao PSD a disponibilidade e entrega das cédulas em toda parte, os partidos poderiam também imprimir as cédulas, segundo o modelo do TSE, e distribuí-las (RIEDINGER, 1988, p.223).

Apesar de provisória para aquele momento, tal solução influenciou o sistema político a ponto de ser adotada e ampliada para as eleições seguintes¹¹¹. Diante da urgência de prazo para sua implementação, o novo modelo foi aprovado em sessão extraordinária na Câmara e imediatamente sancionado pelo presidente Café Filho (CM, 28/8/55, p.16 e CM, 31/8/55, p.12). Deste modo, garantiu-se a realização das eleições na data marcada, pois conforme a narrativa de Riedinger demonstra, a ocorrência do pleito esteve condicionada à reforma no modelo de cédula eleitoral.

Entretanto, os debates em torno da questão não se encerraram com a sanção da nova lei. Neste ponto, Riedinger confronta as posições de Juscelino com as memórias de seu principal adversário no pleito, Juarez Távora. A principal divergência entre ambos e entre suas coligações estava na possibilidade ou não de se recorrer ao Judiciário após o pleito, em função de possíveis falhas no processo eleitoral. Debate esse que também envolveu outras forças em disputa:

Para o PSD e o PSP, Távora era um golpista, por ter insistido em que a ausência da cédula oficial ou das impressões digitais do eleitor dava razão aos que propunham um golpe. Apesar da aprovação da cédula única e da revogação, pelo TSE, da exigência de impressões digitais, dada a impraticabilidade de sua aplicação imediata, Juarez continuou a insistir em tais normas. Sua estratégia eleitoral era estimular a realização de eleições a fim de vencê-las; e, se perdesse, poder contestar os resultados por ter criticado o processo eleitoral (RIEDINGER, 1988, p.233).

No fragmento correspondente da tese, uma nota de rodapé faz referência a um número do CM e a um trecho do livro de memórias de Távora. Considerando o trecho citado acima com as fontes indicadas, podemos talvez perceber um modo de composição comum a diversas passagens do livro. De um lado, Riedinger apresenta a opinião de um

¹¹¹ A cédula oficial voltou a ser utilizada nas eleições presidenciais de 1960, tendo sido estendida para as eleições legislativas em 1962. Considerando a sua importância no conjunto de reformas no sistema eleitoral do período, Jairo Nicolau afirma que “Com isso, as eleições realizadas a partir da segunda metade da década de 1950 foram muito menos afetadas por falsificações e coações do que as primeiras eleições realizadas na primeira década do novo regime” (NICOLAU, 2012, p.103).

dos grupos envolvidos na questão, ao que se segue a opinião da parte contrária; em seguida, há um comentário que pela ausência de fontes pode ser atribuído ao próprio autor. No entanto, os documentos citados em nota não indicam todas as afirmações contidas no trecho destacado acima. Tanto no periódico quanto nas memórias, não há menção às críticas do PSD e do PSP; tampouco ao posicionamento de Juarez a favor da cédula oficial. A edição do CM apresenta uma cópia do projeto que instituiu a cédula única, mas também uma crítica de um deputado ao modelo:

Por outro lado, usando da palavra como líder do PDC, o sr. Arruda Câmara criticou a maioria da Câmara, declarando que a mesma, na votação do projeto da cédula única negara certas medidas indispensáveis à moralização das eleições (CM, 28/8/55, p.16).

No livro de Távora, a página indicada em nota menciona que sua candidatura foi lançada, além de outros grupos, por instâncias de Arruda Câmara (TÁVORA, 1977, p.51). Portanto, uma leitura sobre o posicionamento de Juarez a respeito da cédula pode considerar que tal oposição não foi somente pessoal, mas também partidária. Vimos que parte da UDN foi contra o modelo, como indica a edição da *Tribuna da Imprensa* citada anteriormente. Contudo, o texto de Riedinger ressalta a posição de Távora, reiterando uma história mais centrada nos indivíduos do que nos partidos e sistemas políticos.

Logo adiante, há uma passagem que menciona uma proposta feita por Ademar de Barros para que todos os candidatos presidenciais se reunissem após o encerramento oficial da campanha a fim de se comprometerem a reconhecer ao eleito o direito de ser empossado. Segundo Riedinger, JK estimulou Ademar a propor esse acordo, sendo que a resposta mais aguardada era a de Juarez (RIEDINGER, 1988, p.235). Nessa passagem, encontramos as referências mais explícitas sobre a posição de Távora quanto à cédula e a própria eleição. Em nota na tese, Riedinger indica três referências: duas edições do *Jornal do Brasil* e outro trecho das memórias de Távora.¹¹² Nos periódicos, há uma entrevista de Ademar na qual afirma ter feito um apelo aos demais candidatos

[...] para se reunirem após cessada a campanha eleitoral, no dia 1º de outubro, lançarem um manifesto ao povo brasileiro aceitando o veredito da urna, seja qual for e afirmando o propósito de que o eleito seja empossado, fortalecendo-se o espírito democrático do regime (JB, 21/9/55, p.9).

¹¹² O acervo digitalizado do *Jornal do Brasil* está disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-do-brasil/030015>. Acessado em 15/1/2016.

Na outra edição indicada, Ademar comenta suas relações com JK, indicando que partiu do encontro entre ambos a proposta anterior:

Somos muito amigos e nos damos muito bem. Estive, há uns dois meses, num almoço, durante o qual, juntos, assumimos o compromisso de lutar pela democracia, pela consciência cívica do povo brasileiro, pela posse do eleito [...] (JB, 16/10/55, p.10).

Não há referência explícita de que a ideia do acordo veio a partir desse encontro, nem de que a proposta tenha sido sugerida por Juscelino a Ademar. Nas referências da tese, não encontramos menção a alguma entrevista de JK ou de outros envolvidos, o que nos induz a pensar que tais afirmativas são uma interpretação de Riedinger sobre o encontro. E mais uma vez os candidatos se sobressaem aos partidos, como se o desenrolar da campanha e seu desfecho dependessem principalmente dos indivíduos.

Mas é na passagem do livro de Távora em que encontramos posições mais evidentes, capazes inclusive de esclarecer afirmativas anteriores. Após afirmar que recebeu uma carta de Ademar em 1º de outubro com a proposta mencionada por Riedinger, Távora argumenta por que não aderiu ao acordo:

[...] se o Congresso Nacional houvesse aprovado, nos termos propostos, o projeto de reforma eleitoral elaborado pela Justiça competente, não teria dúvidas em considerar válidos os resultados daquela apuração. Mas como haviam sido rejeitados dois de seus dispositivos mais essenciais para a prevenção contra fraudes: a adoção da cédula oficial, impressa e distribuída pelos Tribunais Eleitorais, com os nomes dos candidatos impressos em ordem variável [...] e a marcação do polegar direito de cada votante com tinta indelével [...] era provável que tivesse de travar uma batalha judicial para a impugnação de votos fraudulentos (TÁVORA, 1977, p.87).

Assim, a afirmação de Riedinger sobre a estratégia de Juarez para contestar o resultado da eleição caso fosse derrotado parece se basear nesse trecho das memórias. Vimos que também o líder do Partido Democrata Cristão (PDC), pelo qual Távora disputou a presidência, era contra o modelo da cédula, mas no trecho acima Juarez justifica sua posição em convicções pessoais. Passagem essa que também parece justificar a interpretação de Riedinger sobre os eventos em questão.

Circunscrevemos nossa análise ao debate em torno da cédula porque ele se mostrou uma questão importante para a própria realização das eleições. Em passagens posteriores,

Riedinger faz uma descrição detalhada do ato de votar¹¹³, sem falar na cópia do modelo da cédula anexado ao trabalho (RIEDINGER, 1978, p.382). Outras questões passíveis de exame não foram contempladas, como o apoio dos comunistas a Juscelino, a participação dos comitês femininos pró-JK ou os eventos de novembro, geralmente mais estudados do que a própria eleição. Optamos por esta abordagem em parte pela discussão em torno da cédula ser um aspecto menos considerado, mas também porque ela nos indica as formas pelas quais Riedinger combinou as fontes utilizadas em sua narrativa dos eventos. Tomando principalmente as perspectivas dos personagens mais destacados da campanha, além da cobertura jornalística a respeito, Riedinger parece tentar trazer a dimensão do imediato que permeava as ações dos envolvidos. Em vez de inserir a disputa num contexto como o do regime sob a Constituição de 1946 ou do debate em torno do populismo, corrente à produção da época, o autor apresenta uma disputa mais fundada nos projetos e decisões pessoais de cada candidato.

Não pretendemos avaliar *Como se faz um presidente* em termos de qualidade, se comparado à produção historiográfica sobre o período. Pois além de ser uma questão potencialmente sujeita a avaliações bastante pessoais, corre-se o risco de subestimar o contexto no qual a produção foi concebida. Se sua composição pode parecer incomum ou mesmo pouco rigorosa segundo padrões mais recentes, deve-se ter em conta que a tese foi aprovada por uma banca examinadora em 1978. Essas duas dimensões – a avaliação pelos pares e a época em que foi escrita – servem para nos advertir quanto a juízos absolutos a respeito da obra. Porém, constatamos que o diálogo com a historiografia em geral, assim como com os brasilianistas em particular, foi muito menor do que com a imprensa e os personagens envolvidos, seja na forma de entrevistas ou em livros de memórias. O tipo das fontes mais consultadas influenciou no modo pelo qual a narrativa se apresenta, conforme procuramos demonstrar. Considerando essas características, *Como se faz um presidente* se apresenta como um trabalho historiográfico carregado de procedimentos comuns a uma produção não especializada. O que talvez explique a trajetória editorial do trabalho, publicado no Brasil quase sem alterações no texto, mas somente desprovido das notas que caracterizam o labor acadêmico.

¹¹³ RIEDINGER, 1978, p.338-339. A descrição dos documentos necessários, da urna e dos funcionários envolvidos durante a votação não consta na edição brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou realizar uma análise crítica de *Como se faz um presidente*, trabalho de Edward Anthony Riedinger sobre a campanha de Juscelino Kubitschek para a eleição presidencial de 1955. Nesse sentido, a abordagem pretendeu partir de uma avaliação do contexto acadêmico no qual o trabalho de Riedinger se fomentou até o próprio texto da obra, comparando-a com as fontes utilizadas em sua composição. Afinal, um livro escrito por um norte-americano sobre a campanha que elegeu JK, com quem o autor manteve uma relação profissional durante alguns anos, não seria explicado apenas como produto do brasilianismo ou pela proximidade entre o autor e o protagonista da história. Como levantamos no primeiro capítulo, o brasilianismo foi um fenômeno difuso, embora seu auge em número de pesquisadores e de produção tenha se dado entre as décadas de 1960 e 1970. Pelas origens do autor, de sua formação acadêmica e de sua obra, *Como se faz um presidente* pode ser situado no conjunto da produção brasilianista. Ao mesmo tempo, pelo levantamento das fontes mais consultadas, percebe-se que a relação entre o trabalho de Riedinger e a produção acadêmica dos Estados Unidos foi bastante reduzida. O que, até certo ponto, pode explicar a falta de referências sobre Riedinger em trabalhos historiográficos posteriores, embora esta pesquisa não tenha por objetivo avaliar a fortuna crítica da obra.

Quanto ao estudo das fontes mais utilizadas, bem como das formas pelas quais o autor as manejou para compor seu texto, ao menos dois pontos devem ser destacados. Queremos reiterá-los porque, apesar de terem sido explorados ao longo desta dissertação, eles foram determinantes para o próprio andamento da pesquisa, uma vez que acarretaram mudanças no projeto original. Em primeiro lugar, as diferenças entre a tese e sua edição em livro no Brasil, publicada dez anos depois. Ainda que o texto entre as duas versões seja praticamente o mesmo, a remoção das notas de rodapé da tese para o livro tornaria quase impossível de averiguar as referências somente a partir da versão brasileira. Daí a importância do acesso ao texto original da tese, o que permitiu verificar a quantidade de menções a cada fonte, e em que passagens do texto elas foram mobilizadas. O segundo capítulo deste trabalho visou principalmente um levantamento quantitativo das fontes, tanto a partir do número de referências feito a cada fonte quanto pelas menções a uma categoria específica, entre artigos, livros, documentos oficiais, entrevistas, jornais e manuscritos e documentos inéditos. Outros critérios para avaliar o somatório das referências foram a época de produção das fontes e suas origens, entre

nacionais e estrangeiras. Graças a esses levantamentos, pudemos constatar que *Como se faz um presidente* se baseou sobretudo em alguns jornais, com destaque para o *Correio da Manhã*, e em livros escritos pelos principais atores políticos envolvidos nos eventos, como Juscelino Kubitschek, Café Filho e Juarez Távora. O predomínio desse tipo de fontes, assim como as poucas referências a trabalhos acadêmicos, parece indicar num primeiro momento certa carência de base teórica em Riedinger. No entanto, como procuramos demonstrar na discussão sobre o conceito de populismo, as avaliações de Riedinger sobre os políticos parecem se lastrear numa tradição interpretativa que remonta à época em que o trabalho foi escrito e em alguns autores presentes na sua bibliografia, como Francisco Weffort.

O segundo ponto a ser destacado é a forma com que Riedinger dispôs de suas referências ao longo do texto. A ausência de citações diretas a partir das fontes indicadas em cada nota tornou necessário comparar o texto da tese com o dos livros ou jornais – os quais foram acessados e cotejados diretamente, a fim de verificar como o autor selecionou e combinou essas fontes num texto próprio. Trata-se de um processo sujeito a imprecisões, além de pontos que permaneceram obscuros, como a presença de fontes não citadas na bibliografia ou menções a obras que não constavam nas referências. O terceiro capítulo do presente trabalho foi dedicado especialmente para estas questões, tendo sido pensado como um desdobramento do capítulo anterior. Assim, de acordo com as obras de referências mais importantes em Riedinger, analisamos de que maneira o autor interpretou os personagens em momentos críticos ao longo da campanha, como o encontro entre JK e Café Filho e os debates a respeito da nova cédula eleitoral. As reflexões de Antoine Compagnon sobre a citação também foram importantes nesse sentido, pois nos esclareceram de que forma o ato de citar se tornou uma forma de incorporar e identificar um texto em relação aos demais, ao que acrescentamos certas interpretações pela falta de referências diretas no texto de Riedinger.

Para explicar as interpretações do autor acerca dos acontecimentos e dos personagens, ensaiamos uma hipótese a partir do levantamento das fontes. Como afirmado há pouco, notamos que as principais referências de Riedinger foram obras próximas aos eventos, seja a cobertura jornalística da época ou os livros de memórias dos principais políticos envolvidos nas circunstâncias mencionadas. Dessa forma, a abordagem feita no texto de Riedinger não estaria até certo ponto condicionada pelo tipo de fontes mais consultadas?

As perspectivas individuais, das ações e intenções dos personagens nos momentos críticos, parecem se sobrepôr a considerações sobre os partidos e o regime político da época. Essa abordagem poderia parecer limitada ou mesmo ingênua, não fosse a constatação de que os jornais e as memórias, assim como as entrevistas, são os principais tipos de referências consultadas pelo autor. Tal proximidade com as fontes acabou por afastar o trabalho de Riedinger das análises mais sistêmicas, que geralmente relacionavam a eleição de Juscelino com a ascensão do desenvolvimentismo, de um tipo de populismo ou com certas características do regime político entre 1946 e 1964. Trata-se esta de uma leitura possível da obra, longe de se pretender definitiva.

A proximidade entre o autor e suas fontes também nos levou a outra avaliação. Nas últimas décadas do século XX, especialmente a partir dos anos 1970, cresceu o debate acadêmico sobre a história do presente e a história imediata. Questionava-se a possibilidade de o historiador oferecer uma interpretação dos eventos mais recentes sem abdicar de sua cientificidade, da crítica das fontes e de um método para investigar os eventos. Em comum, os teóricos que avaliam essa abordagem dos tempos mais recentes destacam a demanda social e a influência das mídias na composição dessa história. Assim como no caso do brasilianismo, a história do tempo presente também não apresenta um consenso conceitual, sendo mais identificada a partir de algumas características comuns. Numa formulação mais sucinta, Jean Lacouture define dois componentes indispensáveis para esse tipo de história, a proximidade temporal da redação da obra em relação ao tema e a proximidade material do autor em relação à crise em questão. Outro aspecto relevante é a aproximação entre história e jornalismo, ainda que os historiadores mantenham certas distinções entre os dois campos. No que diz respeito às diferenças, Lacouture aponta pelo menos uma vantagem do historiador sobre o jornalista, a de que ele pode trabalhar com um volume maior de informações e cruzamentos de dados, ao passo que o trabalho do jornalista, via de regra, precisa responder a uma demanda mais urgente. Comparando esse levantamento com o trabalho de Riedinger, pelas fontes mais utilizadas e a relativa proximidade do autor com a época e os personagens, alguns dos quais entrevistados pelo autor, acreditamos que *Como se faz um presidente* também pode ser considerado um trabalho de história do presente, ainda que não imediata. Nesse sentido, é possível afirmar que o evento estudado pelo autor (a campanha presidencial de 1955 no Brasil) já na década de 1970 fazia parte de um ciclo encerrado, segundo boa parte da historiografia, em 1964.

Ainda que categorias como o brasilianismo ou a história do presente não guardem um entendimento unívoco, são importantes na medida em que induzem a pensar o fazer historiográfico numa dimensão mais abrangente. Por vezes questionadas quanto ao seu *status* científico, os debates em torno dessas produções remetem a alguns dos princípios que norteiam a escrita da história, como as mediações entre o historiador e o tema abordado e a produção das fontes, por exemplo. Outra questão importante é o chamado “retorno” do acontecimento, mediado pela linguagem e por uma descrição particular do historiador. A campanha presidencial de 1955 pode ser considerada um acontecimento. Tais considerações realçam o papel do autor na construção da historiografia, embora François Dosse e Paul Ricoeur advertam para a diferença entre acontecimento e fato. Afinal, há múltiplas versões de um acontecimento, não obstante todas remetam a um mesmo referente; este, inalcançável ao historiador, o acontecido. Aplicados ao trabalho de Riedinger, esses conceitos nos permitem avaliar as diferentes versões dos personagens em torno de um mesmo evento, e de que maneira o autor construiu sua versão a partir do cruzamento e do confronto entre elas. Deste modo estamos cientes de que a história não se reduz aos discursos, ao mesmo tempo em que é notório que o historiador apresenta uma interpretação pessoal sem que isso implique necessariamente num sacrifício da cientificidade de sua obra.

Por fim, este trabalho não pretendeu ser uma análise exaustiva da obra em questão. Diante dos limites inerentes a uma pesquisa desta natureza, foi necessário selecionar alguns aspectos considerados mais relevantes para os objetivos levantados. Assuntos como a participação dos comitês femininos ou o apoio dos comunistas à campanha JK poderiam ter sido objetos de estudo, mas excederiam os limites e as possibilidades desta produção. Assim, destacamos dois eventos entre um conjunto de acontecimentos ao longo da campanha, e na medida em que pudemos esclarecer os procedimentos do autor nas passagens relativas a esses eventos. Ao analisar as maneiras pelas quais Riedinger construiu o relato da campanha presidencial de 1955, a discussão em torno destes pontos remontou a alguns dos fundamentos da disciplina, como a crítica das fontes e o possível distanciamento entre o historiador e os eventos avaliados. Aspectos que, numa obra de história do tempo presente, tornam-se ainda mais proeminentes.

Como se faz um presidente não teve uma segunda edição, e tampouco chegou a ser analisado em trabalhos de referência acerca do brasilianismo. Os motivos para a pouca repercussão da obra permanecem obscuros, passados quase trinta anos desde sua

publicação no Brasil. Neste sentido, esta dissertação poderia ser considerada – com as devidas ressalvas – inédita, ainda que não contemple muitas das variáveis que poderiam ser objeto de inquérito. E, reconhecidas essas limitações, talvez nisso resida o maior valor deste trabalho, se puder servir como subsídio e estímulo para pesquisas posteriores no campo dos estudos de historiografia.

FONTES

BARRETO, Lima. *Marginália*. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/bv000154.pdf>. Acessado em 05/05/2015.

BORGES, Jorge Luís. *História universal da infâmia*. São Paulo: Globo, 1998.

CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete, memórias políticas e confissões humanas*. Vol. 2. Rio: José Olympio, 1966.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>. Acessado em 18/11/2015.

CEIA, Carlos. *E-Dicionário de Termos Literários*. Disponível em <http://www.edtl.com.pt/index.php>. Acessado em 22/04/2015.

DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca/093092>. Acessado em 20/11/2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.

GASPARI, Elio. “A história do Brasil – O passado do país está sendo escrito em português”. *Revista Veja*, 24/11/1971.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-do-brasil/030015>. Acessado em 15/01/2016

MORAES, José. *Juscelino: o homem, a candidatura, a campanha*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1955.

NATIONAL DEFENSE EDUCATION ACT. Disponível em <https://federaleducationpolicy.wordpress.com/2011/06/03/national-defense-education-act-of-1958-2/>. Acessado em 07/03/2015.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *A escalada política*. Volume 2: *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1976.

_____. *Juscelino Kubitschek I (depoimento, 1974)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1979. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista165.pdf>. Acessado em 02/12/2015.

RIEDINGER, Edward Anthony. *The making of the president, Brazil 1955: the campaign of Juscelino Kubitschek*. Thesis (Ph. D.), University of Chicago, Dept. of History, September 1978.

_____. *Como se faz um presidente: a campanha de JK*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

TÁVORA, Juarez. *Voltando à planície*. Volume 3: *Uma vida e muitas lutas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

THE COLUMBUS DISPATCH. Edward A. Riedinger Obituary. Disponível em <http://www.legacy.com/obituaries/dispatch/obituary.aspx?n=edward-a-riedinger&pid=146592247>. Acessado em 19/04/2015.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em 12/01/2016.

WHITE, Theodore. *The Book That Changed Campaigns Forever*. Disponível em <http://www.politico.com/magazine/story/2015/04/teddy-white-political-journalism-117090#.VTmQyGbleWg>. Acessado em 09/10/2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Tendências e perspectivas dos estudos brasileiros nos Estados Unidos”. In: BARBOSA, Rubens Antônio; EAKIN, Marshall C.; ALMEIDA, Paulo Roberto de (orgs.). *O Brasil dos brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.31-55.

ANDRADE, Carlos Drummond de. “O simpático William Berrien”. In: *Confissões de Minas*. São Paulo: Cosac Naify, p.113-116, 2011.

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

BEIGUELMAN, Paula. O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1985.

_____. “Cultura acadêmica nacional e brazilianismo”. In: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura brasileira, temas e situações*. São Paulo: Ática, p.199-207, 1987.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. “O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991, p.9-22.

BIEBER, Judy. “História do Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000”. In: BARBOSA, Rubens Antônio, EAKIN, Marshall C., ALMEIDA, Paulo Roberto de (orgs.). *O Brasil dos brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.195-232.

BIROLI, Flavia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v.24, n.47, p.213-240, 2004.

BOJUNGA, Claudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. Tese (Doutorado). Niterói, UFF, 2010.

CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. *O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos: Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2007.

_____. “A produção da história latino-americana nos Estados Unidos: entre o passado e a política do presente”. In: Fernando Nicolazzi, Helena Mollo e Valdeci Araujo (orgs.). *Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, p.1-12, 2010.

CASALS, Marcelo; PURCELL, Fernando. “Espacios em disputa: el Cuerpo de Paz y las universidades sudamericanas durante la Guerra Fría em la década de 1960”. *História Unisinos*. São Leopoldo: v. 19, n. 1, p.1-11, janeiro/abril de 2015.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p.65-119.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. “Questões para a História do presente”. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.7-37.

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

CORBISIER, Roland. *JK e a luta pela presidência*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

COUTO, Ronaldo Costa. *O essencial de JK: visão e grandeza, paixão e tristeza*. São Paulo: Planeta, 2013.

CRUZ, Adelina Maria Alves Novaes e; COSTA, Célia Maria Leite; D'Araújo, Maria Celina Soares e SILVA, Suely Braga da (orgs.). *Impasse na democracia brasileira, 1951-1955*; coletânea de documentos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

DURÃO, Fábio Ackelrud. O efeito das notas. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, v.41, n.3, p. 1193-1200, set-dez 2012.

ELMIR, Cláudio Pereira. O enredo como categoria e como método de análise. In: *A história devorada*. No rastro dos crimes da Rua do Arvoredo. Porto Alegre: Escritos, 2004, p. 95-109.

FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da. “Cooperação científica internacional: estilos de atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford”. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, nº 1, p. 159-191, 2006.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: *O populismo e a sua história: debate e crítica*/ org. Jorge Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.

_____. “A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos”. In: NUNES, João Paulo Avelãs e FREIRE, Américo. *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.147-181.

FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FRANK, Robert. “Questões para as fontes do presente”. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.103-117.

GARBER, Marjorie. *Instintos acadêmicos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh*. São Paulo: Contexto, 2011.

GOMES, Angela de Castro. “Qual a cor dos anos dourados?”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991, p.1-8.

_____. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.133-160.

_____. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p.1-17, 1996.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KOCH, Ingedore G. Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2008.

LACOUTURE, Jean. “A história imediata”. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.215-240.

LE GOFF, Jacques. Prefácio à nova edição. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.1-13.

LEVINE, Robert M. “Pesquisas: fontes e materiais de arquivos, instituições relevantes, abordagens”. In: BARBOSA, Rubens Antônio, EAKIN, Marshall C., ALMEIDA, Paulo Roberto de (orgs.). *O Brasil dos brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.57-80.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARAM, Sheldon. “Juscelino Kubitschek e a política presidencial”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991, p.100-121.

MASSI, Fernanda Peixoto. “Brazilianismos, ‘brazilianists’ e discursos brasileiros”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: v.3, n.5, p.29-44, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Introdução ao nacionalismo acadêmico: os brasilianistas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

_____. “Decifra-me ou devoro-te: nacionalismo acadêmico x brasilianismo”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: v.4, n.7, p.126-143, 1991.

MELO, Manuel Palacios da Cunha e. *Quem explica o Brasil*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

MOREIRA, Regina da Luz. “Brazilianistas, historiografia e centros de documentação”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: v.3, n.5, p.66-74, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; RAMOS, Vanessa Carnielo. Que vença o melhor argumento: as notas de rodapé como artifício argumentativo em *Casa Grande & Senzala*. *Revista de teoria de História*, Goiânia, Ano 1, n.3, p.249-266, junho/2010.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PONTES, Heloísa André; MASSI, Fernanda Peixoto. *Guia bibliográfico dos brasilianistas: obras e autores editados no Brasil entre 1930 e 1988*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1992.

PONTES, Heloísa A. “Brasil com z”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: v. 3, n.5, p.45-65, 1990.

RAMOS, Dulce Helena Álvares Pessoa. *Um exemplo de pesquisa bibliográfica como elemento da pesquisa pública: as teses americanas sobre o Brasil (1960-1970)*. São Paulo: Revista de História, 1977.

RIEDINGER, Edward Anthony. “Desenvolvimento comparado do estudo do Brasil nos Estados Unidos e na França”. In: BARBOSA, Rubens Antônio, EAKIN, Marshall C., ALMEIDA, Paulo Roberto de (orgs.). *O Brasil dos brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.469-486.

RIOUX, Jean-Pierre. “Pode-se fazer uma história do presente?”. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.39-50.

_____. “Entre história e jornalismo”. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.119-126.

RODRIGUES, José Honório. Os estudos brasileiros e os “brazilianists”. *Revista de história*. São Paulo: USP, n.107, p.189-219, 3º trimestre de 1976.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil: (1945-2000)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Robert Cândida. “Érico Veríssimo, um embaixador cultural nos Estados Unidos”. *Revista Tempo*, v. 19, n. 34, p.147-173, Jan – Jun 2013.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

STATION, Elizabeth; WELNA, Christopher J. “Da administração pública à participação democrática”. In: N. Brooke e M. Witoshynsky (orgs.), *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil*. São Paulo/ Rio de Janeiro, Editora da Universidade de São Paulo/ Fundação Ford, 2002, p.167-197.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.